

ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

● Janeiro/2018



ISSN - 2358-3304

Organização:



COMITÊ CIENTÍFICO

Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo

Eliane Medeiros Borges

Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Juliana Alves Magaldi

Lina Kátia Mesquita de Oliveira

Beatriz de Basto Teixeira

Rafaela Reis de Azevedo Oliveira

Marco Aurélio Kistamann Júnior

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Victor Cláudio Paradela Ferreira

Ilka Schapper Santos

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

Eduardo Magrone

Tufi Machado Soares

Katiuscia Cristina Vargas Antunes

Carolina Alves Magaldi

COMITÊ ORGANIZADOR

Antônio Sávio Teixeira Carneiro

Daniel Eveling

Edilvana Mara da Silva Lopes

Fernanda Antunes Spolaor

Gillian Mariana Luciano Volpato

Helena Rivelli de Oliveira

Keylah Adriana Ramos Albuquerque Dolzanes

Luisa Gomes de Almeida Vilardi

Marina Furtado Terra

Mayanna Auxiliadora Martins Santos

Moisés dos Santos Cordeiro

Pablo de Oliveira Pereira

REALIZAÇÃO



SUMÁRIO

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	4
GESTÃO EDUCACIONAL.....	37
ENSINO SUPERIOR	64
DIVERSIDADE E DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO.....	81
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	90
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	121

● AVALIAÇÃO EDUCACIONAL



AVALIAÇÃO DIGITAL EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA APLICAÇÃO PILOTO EM CINCO ESTADOS BRASILEIROS.

Wagner Silveira Rezende
Roberta Palácios Carvalho da Cunha e Melo
Carmilva Souza Flores
Josiane Toledo Ferreira Silva

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o piloto da avaliação digital conduzida pelo CAEd/UFJF, no período entre agosto e outubro de 2016, nos estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraíba. No total, foram avaliados mais de 170 mil estudantes, matriculados em 1.721 escolas. O pioneirismo dessa iniciativa abre espaço para uma série de questionamentos acerca desse modelo de avaliação. A forma como os testes foram montados, bem como as características de sua aplicação e da ferramenta utilizada para promovê-la, somadas ao tempo e à maneira de processar os dados e produzir as medidas, além dos mecanismos usados para a divulgação dos resultados, apresentam pontos de interseção e distanciamento com o modelo tradicional de realização das avaliações em larga escala no contexto brasileiro. À incipiência de experiências dessa natureza acrescenta-se a carência de literatura sobre o tema, fazendo dele uma novidade no cenário da avaliação educacional, empírica e teoricamente. Ao descrever a experiência do CAEd em parceria com as secretarias de educação dos estados supracitados, pretende-se, além de comparar, em pontos nevrálgicos, a avaliação digital com a avaliação educacional em larga escala em seu modelo tradicional, iniciar uma discussão sobre o conceito de avaliação digital e suas implicações para o âmbito da avaliação em educação. Os dois modelos são comparados no que diz respeito a quatro etapas fundamentais da avaliação: i) a construção e a montagem dos testes; ii) a forma de aplicação dos testes; iii) a produção das medidas; iv) a divulgação dos resultados. Sem definir a avaliação digital como a substituta natural do modelo tradicional da avaliação, tendo em vista o rápido desenvolvimento de tecnologias nesse âmbito, o artigo busca estimular reflexões sobre as potencialidades da avaliação digital no contexto brasileiro, marcadamente, no que diz respeito às redes públicas de ensino, partindo da análise da experiência nesses cinco estados.

Palavras-chave: Avaliação Digital; Avaliação em Larga Escala; Pesquisa em Avaliação

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA AO LONGO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM BASE EM ITENS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello
Rosângela Veiga Júlio Ferreira
Begma Tavares

No presente trabalho são apresentados resultados parciais da Pesquisa em Avaliação CAEd 2016-2018, relativos à área de Língua Portuguesa. O objetivo da referida pesquisa é a produção de conhecimentos a serem aplicados ao desenvolvimento do Banco de Itens do CAEd, cujos instrumentos são utilizados em avaliações de diferentes estados do Brasil. As perguntas que norteiam a pesquisa são: qual a natureza do construto que se pretende avaliar? Como esse construto vem sendo avaliado pelos instrumentos produzidos pelo CAED? Quais os melhores instrumentos para avaliar esse construto ao longo das diferentes etapas de escolarização? O corpus da pesquisa é constituído por aproximadamente 3000 itens aplicados em avaliações em larga escala de leitura a estudantes do 5o ao 12o ano de escolarização. A metodologia utilizada na pesquisa consiste na articulação entre teorias do conhecimento, com base nas quais é pode-se analisar a consistência dos itens em relação às habilidades que pretendem avaliar, e teorias da avaliação, por meio da inquirição aos parâmetros do itens, o que possibilita compreender como as habilidades avaliadas são manifestadas pelos estudantes ao longo das diferentes etapas da educação básica avaliadas pelo CAED. Os aportes teóricos da linguística aplicada têm fundamentado as reflexões sobre a natureza da atividade de leitura e sobre os aspectos envolvidos na compreensão do texto pelo leitor. O modelo estatístico da Teoria da Resposta ao Item têm orientado as análises dos instrumentos de avaliação - itens de testes de múltipla escolha - utilizados pelo CAED. Os resultados parciais da pesquisa apontam para a existência de diferentes classes de itens, representativas dos diferentes níveis de dificuldade com que uma mesma habilidade pode ser avaliada em diferentes etapas do processo de escolarização. Com base nessas diferentes classes de itens é possível a construção de testes melhor ajustados à avaliação da leitura em diferentes etapas de escolarização. Observa-se, ainda, a potencialidade da noção de classes na compreensão dos processos de interação dos estudantes com textos de diferentes gêneros ao longo da escolarização básica.

Palavras-chave: Avaliação Em Larga Escala; Leitura; Educação Básica

BNCC SUA CRIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOCENTE.

Carla do Carmo
Gleison Souza Menezes
Joselaine Cordeiro Pereira

Este trabalho surge de questionamentos e apontamentos gerados pela pesquisa em andamento intitulada: “Que Educação para que país: Uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola”. Pesquisa que em realização pelo GESE (Grupo de Estudo em Sistemas de Ensino) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tendo como objetivo identificar possíveis transformações nas práticas escolares, reconhecidas pelos professores e gestores da rede pública de Minas Gerais como decorrentes das atuais políticas educacionais. Na primeira fase da pesquisa elencamos quatro escolas, duas da rede municipal e duas da rede estadual, nelas por meio da aplicação de questionários, viemos 80 respondidos, e com a tabulação destes percebemos que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) não é uma política discutida nas escolas. Este fato nos permite grandes questionamentos, pois segundo ROCHA, 2016 e PEREIRA, 2016, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) consolida uma demanda existente por uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar. Mesmo sendo uma antiga discussão, divulgada recentemente via propagandas televisivas e em diferentes plataformas, nos deparamos com a realidade de desconhecimento do tema. Contrariando o desenho feito pelo Governo Federal onde a BNCC é apresentada como uma política pública construída com ampla participação de diversos setores da sociedade. A BNCC, construída após análise de cinco modelos curriculares de diferentes países com especificidades em fatores sociais, econômicos, organizacionais e culturais, ainda em fase de implementação sem avaliações sobre os resultados de aplicação. A necessidade de uma BNCC aparece em diversas legislações, na Constituição Federal, pela LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais e, recentemente, no Plano Nacional de Educação. Na pesquisa em estudo, percebemos a falta de conhecimento da BNCC. Por este trabalho buscaremos apresentá-la, seu processo histórico, dados e leitura crítica, acreditando na reflexão para a construção de política pública. Referências Bibliográficas: ROCHA, N.F.E.; PEREIRA, M. Z. C. O QUE DIZEM SOBRE A BNCC? Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. Revista Espaço do Currículo. Paraíba, v.9, n.2, p. 215-236, 2016.

Palavras-chave: BNCC; Escolas; Professores

A INFLUÊNCIA DA ELABORAÇÃO DE ITENS NA EFICÁCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA.

Patrícia de Lima Paula
Tufi Machado Soares
Luísa Gomes de Almeida Vilardi

O presente resumo se refere a um recorte da pesquisa de dissertação em andamento que busca compreender quais são os fatores que interferem na qualidade dos itens de biologia nas avaliações dos Programas de Avaliação SADEAM, AVALIA BA e PAEBES. Na busca desse objetivo foi necessário refletir sobre o cenário da elaboração de itens nos testes de proficiência e o processo de construção das matrizes de referência e das escalas de proficiência, além de enquadrar a atuação das Ciências da Natureza nas avaliações externas através de uma abordagem histórica assim como a presença da Biologia nos Sistemas de Avaliação Estaduais e Municipais. Nesse processo, foi importante apontar a metodologia da elaboração dos itens pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação através da dinâmica de organização das coordenações e sua atuação nas avaliações em larga escala além do sistema organizacional no processo de elaboração de itens. Além disso, foram apresentados os Programas de Avaliação do Espírito Santo (PAEBES), Bahia (AVALIA Ba) e Amazonas (SADEAM) que serviram de base de análise da pesquisa e atrelado a isso, foi apresentado a elaboração de itens de acordo com o Guia de Elaboração do Itens do CAEd e a montagem dos testes de proficiência. A qualidade desses itens está atrelada a adequação dos mesmos à Teoria de Resposta ao Item (TRI) e às técnicas específicas de elaboração, tais como a utilização de suportes adequados e a plausibilidade dos distratores, para que assim o teste se torne efetivo nas suas atribuições. Para isso a próxima etapa é realizar uma análise psicométrica dos itens de biologia dos três Programas de Avaliação citados através da utilização dos relatórios estatísticos gerados pela Coordenação de Instrumentos de Avaliação (CIA) que apresentam o comportamento estatístico de cada item dos testes de proficiência aplicados. O produto final desse trabalho é a proposta de um plano de ação que visa um melhoramento das elaborações de item elaborados pelo CAEd ou de políticas que promovam a formação dos profissionais em suas práticas pedagógicas contribuindo assim para a melhoria do ensino público.

Palavras-chave: Avaliação; TRI; Testes de Proficiência.

PROPOSTAS DE PADRONIZAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE ITENS DE QUÍMICA PARA O BANCO DE ITENS DO CAED

Vinícius da S. Carvalho
Simone do C. Oda
Graziela P. Richetti

Apresentamos duas propostas para a elaboração de itens de Química que viabilizasse a padronização da linguagem científica nos testes produzidos pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Com a consolidação de uma equipe para elaborar itens de Química houve uma preocupação em obter resultados mais próximos daqueles trabalhados nas escolas avaliadas. A metodologia adotada buscou eliminar interferentes que dificultassem a interpretação dos estudantes nos testes de proficiência. Assim, buscamos nos documentos do Sistema Internacional de medidas (SI) e da União Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC), livros didáticos atualizados e artigos publicados em periódicos da área padrões a serem utilizados nos itens. Nas primeiras revisões encontramos habilidades que exigiam o reconhecimento de elementos químicos na tabela periódica por meio de símbolos. Entretanto, elementos como cloro e alumínio, cujos símbolos são Cl e Al, poderiam gerar dúvidas ao serem digitados como Cl e Al. Porém, a letra “l” se distancia da letra cursiva e pode ser interpretada pelo estudante como a letra “i” maiúscula, que poderia ser confundido com o elemento lodo, representado por I. Para resolver essa situação propomos o atalho 2113+ALT+X para substituir o “l” minúsculo pelo “l” cursivo, diferenciando esses elementos. Outra situação semelhante diz respeito à concentração de soluções cujos valores são apresentados como potências de 10, podendo ser representados como, 1×10^{-3} , e o ponto a meia altura, $1 \cdot 10^{-3}$. Em matemática, as duas leituras já são consolidadas pela maioria dos estudantes, porém, as duas situações em um mesmo item poderia gerar confusões sobre o significado dessas simbologias matemáticas, prejudicando a avaliação da habilidade Química envolvida no processo. O trabalho realizado pela equipe favoreceu o aperfeiçoamento do processo de elaboração de itens de Química para o banco do CAEd. Quando os elaboradores são expostos a uma ferramenta de apoio o processo favorece a comunicação entre a equipe. Entendemos que essa padronização é facilitadora de resultados mais fidedignos com a realidade educacional, além de explorar com maior confiança o poder comparativo da TRI para populações diversas.

Palavras-chave: Avaliação externa, Elaboração de itens, Educação em química.

DISCURSO OPINATIVO: UMA ANÁLISE DA HABILIDADE “DISTINGUIR FATO DE OPINIÃO” NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO EXTERNA.

Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto
Paula Luisa Silveira Barletta Martineli
Adriana Lourdes Ferreira Andrade Leocadio

Este trabalho pretende investigar como o discurso opinativo tem sido conceptualizado pelos estudantes nas avaliações externas de Língua Portuguesa, realizadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Sendo assim, nossos objetivos específicos são (i) diferenciar os conceitos “opinião” e “posição” – comumente e equivocadamente tomados como sinônimos – e (ii) sistematizar as diversas codificações linguísticas de opinião identificadas pelos estudantes em diferentes gêneros textuais. A subjetividade na linguagem é entendida como uma codificação das crenças, dos valores, da atitude e do comportamento do locutor. O discurso opinativo e a posição do locutor são diferentes manifestações possíveis dessa subjetividade. Enquanto a opinião implica incerteza quanto às circunstâncias enfocadas, a posição apresenta caráter menos subjetivo, envolvendo uma argumentação passível de comprovação por dados factuais (SCHIFFRIN, 1990). Nesse contexto, propomos uma análise qualitativa de itens aplicados aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, a partir da interpretação dos parâmetros da TRI – Teoria de Resposta ao Item –, para verificar as marcas linguísticas de opinião identificadas por estudantes que se encontram em diferentes níveis de desempenho. Os resultados preliminares indicam que são mais perceptíveis aos estudantes codificações de opinião por meio de construções apositivas – com verbo de ligação mais adjetivo avaliativo ou com substantivo ou adjetivo avaliativo – ou de expressões metalinguísticas – como “eu acho”, “na minha opinião”. Portanto, com este trabalho, intencionamos produzir um material que sirva de referência para a elaboração dos itens da habilidade em análise, de maneira a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Referências: SCHIFFRIN, D. The management of cooperative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A. D. (ed.). Conflict talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversations. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 241-259.

Palavras-chave: Avaliação externa; Língua Portuguesa; Opinião.

APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO SADEAM RELATIVOS À PRODUÇÃO TEXTUAL NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE A AÇÃO GESTORA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ITACOATIARA – AM.

Meiry Jane Cavalcante Rattes
Hilda Micarello

O presente artigo visa apresentar a pesquisa que teve como objetivo investigar de que forma acontece a apropriação e o uso dos dados divulgados SADEAM, relativos à produção textual, pela equipe gestora e docentes em uma escola estadual, no interior do Amazonas. A escolha do tema foi pautada em observações feitas no exercício da função de pedagoga e a questão que motivou essa investigação foi: como é feita a apropriação de resultados do SADEAM, na Produção Textual do Ensino Médio, na escola citada e quais ações são realizadas pela gestão, a partir desta apropriação? A pesquisa buscou problematizar a apropriação e uso dos resultados da avaliação externa estadual. Para a coleta de dados, utilizou-se a abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e quantitativa, através dos resultados do SADEAM. Os sujeitos pesquisados foram o coordenador regional, adjunta pedagógica do Ensino Médio e o gestor escolar. A partir dos dados foi possível identificar algumas lacunas quanto à : apropriação e uso dos resultados do SADEAM, relativos à Produção Textual, pela Coordenadoria e as instituições de ensino que estão sob seu comando; a necessidade de resignificação da prática pedagógica dos professores, conforme Gonçalves (2010) que propõe o uso das Sequências Didáticas no trabalho com a produção textual, na sala de aula; além disso, a importância de uma postura diferenciada dos professores, nas correções dos textos, escritos pelos alunos, superando a questão apenas de apontar os erros, e utilizando a correção interativa, com base nas reflexões de Ferreira e Walvy (2013). Assim, o trabalho apresentado discute tais resultados apontando para seus impactos na qualidade do ensino da produção textual no ensino médio das escolas públicas do Amazonas.

Referências: FERREIRA, Carolina Suisso das Chagas e; WALVY, Ophello Wlakyrio de Castro. Intervenções em Produções Textuais de Alunos no Contexto do Ensino de Ciências. IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências- IX ENPEC. Anais. Águas de Lindóia, São Paulo, 2013. GOLÇALVES, Adair Vieira. “Gêneros textuais e reescrita: uma proposta de intervenção para o ensino de língua materna”. In: Linguagem em (Dis) curso, Palhoça, v. 10, n. 1, p. 13-42, jan./abr. 2010.

Palavras-chave: gestão escolar, produção escrita, avaliação em larga escala

ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E DE DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DAS TURMAS DE 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ARINOS/MG.

Marcele Maria Ferreira Lopes
Djanine Raquel Cantuária Santos Fonseca

Esta proposta é parte do projeto de pesquisa intitulado O(S) PERFIL(IS) DOS ALUNOS INGRESSOS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO EM AGROPECUÁRIA, INFORMÁTICA E MEIO AMBIENTE DO INFMG – CAMPUS ARINOS, desenvolvida no Campus Arinos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e visa à expansão do diálogo entre o campus e as unidades escolares de onde provêm seus alunos. Após a delimitação do perfil do corpo discente de primeiro ano do campus, pretende-se formular estratégias que visem à qualidade da educação oferecida em escolas públicas do município, começando a discussão pela análise dos resultados das avaliações internas e externas das turmas de 9º ano do Ensino Fundamental e com a formação de gestores escolares e docentes, por meio de reuniões de capacitação oferecidas pelo grupo de pesquisadores que atuam no Campus Arinos, voltadas à análise e à apropriação desses resultados. Os resultados das avaliações internas e externas precisam ser encarados em seu caráter formativo pelos professores das redes municipal e estadual de Arinos, e, para que isso ocorra, é necessário que a gestão escolar se prepare para auxiliar na formação desses profissionais no sentido de estabelecerem discussões acerca não só dos instrumentos avaliativos, mas – e principalmente – sobre as matrizes de referência das avaliações, os resultados dessas, o currículo escolar e o foco em competências como a leitora. Propõe-se que seja organizado um ciclo com oito reuniões entre a equipe de pesquisadores do campus Arinos e as equipes gestoras e os professores das escolas municipais e estaduais que oferecem a segunda fase do Ensino Fundamental (EF-II), com o apoio das secretarias municipal e estadual de educação. Essas reuniões terão como objetivo abrir espaço para que os professores coloquem suas experiências com as turmas de EF-II, fazendo uma avaliação sobre os usos que fazem dos resultados das avaliações internas e externas e trocando experiências de uso formativo desses resultados, por meio de apresentação de práticas docentes. Essas práticas podem ser bem sucedidas ou não, de forma a conduzirem os professores à constante avaliação do trabalho docente. Deseja-se que as reuniões de formação com os professores ocorram nas próprias unidades escolares, nos dias destinados ao planejamento e em reuniões mensais nos momentos destinados às atividades pedagógicas complementares.

Palavras-chave: Diálogos pedagógicos; Apropriação de resultados; Formação docente

PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO EM ANGRA DOS REIS/RJ E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS EM TEMPO INTEGRAL.

Marcio Bernardino Sirino
Arthur Vianna Ferreira

Este artigo objetiva apresentar as reflexões realizadas por meio de uma pesquisa em andamento sobre a avaliação da aprendizagem dos educandos que permanecem em tempo integral em Angra dos Reis/RJ, por meio do Programa Novo Mais Educação (PNME). A proposta se iniciou após perceber, na adesão das escolas ao PNME, a orientação para o preenchimento da plataforma do PDDE-Interativo e, neste bojo, encontrar avaliações prontas a serem aplicadas aos estudantes da educação básica. A partir dessa realidade foi possível elaborar os seguintes questionamentos: como avaliar a aprendizagem dos educandos, de norte a sul deste país, da mesma forma – tendo a clareza de que cada território possui suas disputas acerca do que é educação, do papel social da escola, do processo de construção de conhecimento e da própria concepção de avaliação? Diante destas indagações, em diálogo com os membros do Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI/UNIRIO) e também com os participantes do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Fora da Sala de Aula (UERJ/FFP) a discussão foi potencializada com a problematização da avaliação enquanto instrumento de nivelção dos alunos ou para se modificar a prática pedagógica, tendo como foco a aprendizagem do educando e o seu desenvolvimento humano mais completo – ou seja, integral. Portanto, selecionamos como aporte metodológico dessa pesquisa bibliográfica duas temáticas importantes para essa reflexão, a saber: a Educação Integral e(m) Tempo Integral e a Avaliação. Nesse primeiro momento de discussão, nos alicerçamos nas contribuições de Coelho (2009), Cavaliere (2009) e Maurício (2009). Por sua vez, com relação ao segundo eixo, nos fundamentamos em Hoffman (2005), Freitas (2016) e Fernandes (2014), dentre outros. Até o presente momento da pesquisa, os alunos passaram por 2 (duas) avaliações – elaboradas pelo CAEd/UFJF – no entanto, o relatório previsto como retorno para as escolas não foi socializado a fim de incorporarmos, nesta pesquisa, novos elementos de análise. Desse modo, podemos salientar como resultados parciais a profunda relação entre a perspectiva de avaliação com a função social da escola que, a nosso ver, se volta para uma visão mais quantitativa de conhecimento.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral; PNME; Avaliação.

RESSIGNIFICAR A AVALIAÇÃO EXTERNA PARA OS DOCENTES: DIÁLOGO, PROJETOS E A APROPRIAÇÃO

Maria Vanderli de Souza Marques
Rosângela Veiga Júlio Ferreira

A busca por resultados, baseados em avaliações externas, tem sido uma preocupação das diferentes instâncias governamentais (federal, estaduais e municipais). Nesse sentido, as avaliações em larga escala tem sido propaladas pela mídia, nos últimos tempos, como “medidas de qualidade educacional” e tendem a gerar em gestores e professores a sensação de “certificação” do seu trabalho. Diante disso cabe questionar quais usos e sentidos têm sido dados a esses instrumentos de diagnóstico da educação dentro das escolas. Assim, pretendemos discutir como a equipe gestora e os docentes de uma escola de Ensino Médio do interior de Minas Gerais tem compreendido os elementos provenientes do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) em suas atividades pedagógicas. Ao ouvirmos e envolvermos os diferentes profissionais, por meio de grupos focais, que atuam na escola foi possível identificar como compreendem os resultados oriundos do SIMAVE. Para isso fizemos uma análise dos reflexos e refrações dessa apropriação [ou não] nas escolhas metodológicas, colaborativas e interdisciplinares docentes, o que tornou-se o ponto fundamental de nossa interpretação. Para fundamentar essa discussão elencamos como pressupostos teóricos a gestão de resultados, (LÜCK,2009); a gestão estratégica (MACHADO,2012); a gestão participativa (LUCK, 2010); e a metodologia de projetos (HERNANDEZ,1998). A partir disso entendemos ser necessária, naquela unidade escolar e, talvez, em outras uma nova cultura de apropriação de resultados marcada pela socialização e responsabilização das diferentes áreas e saberes escolares. Ressaltamos, contudo, que os instrumentos avaliativos externos não garantem a compreensão total da complexidade do processo de ensino-aprendizagem e que devem ser conjugados a outros dados escolares para a consolidação do processo escolar.

Referências: HERNANDEZ,F; VENTURA,M. Transgressão e Mudança na Educação. Porto Alegre, ArtMed,1998. LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo,2009.Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2016. _____. Gestão Educacional: Uma questão paradigmática. 7. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. MACHADO,M. A Gestão Estratégica como caminho para implantação da Gestão Participativa no Sistema Educacional.

Palavras-chave : Avaliação externa; Apropriação; SIMAVE.

O PROALFA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO: DO CONTEXTO AO RESULTADO

Gleice Aparecida de Menezes Henriques

Este estudo provém de uma pesquisa realizada em duas escolas do município de São João Nepomuceno (MG), com professores do terceiro ano do ciclo de alfabetização, cujo objetivo consiste em analisar a relevância e as concepções sobre as avaliações externas no contexto escolar, bem como evidenciar discursos sobre as influências das avaliações em larga escala no trabalho pedagógico durante o processo de alfabetização. As avaliações externas passaram por diferentes abordagens ao longo dos anos, o que ocasionou diferentes concepções sobre seus resultados, frente a seus interesses políticos. A pesquisa apresenta a contextualização de cada uma das escolas e, a partir dela, analisa os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA. Possui um viés quali-quantitativo, pois além de analisar amostragens dos resultados em larga escala, busca investigar os perfis tanto das escolas quanto dos docentes que atendem o último ano do ciclo de alfabetização. Para tanto, além do levantamento bibliográfico, tornou-se necessário mais três instrumentos de investigação: análise documental dos resultados do PROALFA, entrevistas e os questionários com professores alfabetizadores. No decorrer da pesquisa, foi possível evidenciar que os contextos educacionais das escolas pesquisadas diferenciam e articulam-se com as teorias encontradas por autores que tratam as diferentes perspectivas das avaliações externas, o que corrobora com as diferenças nos padrões de desempenho percebido em cada uma delas. Além disso, apontou para o fenômeno do estreitamento curricular, o que tem trazido grande prejuízo no processo de ensino aprendizagem. Evidenciou-se a importância de analisar os resultados das avaliações externas frente aos contextos sociais e pedagógicos de cada uma das escolas.

Palavras-chave: Avaliação externa; Contexto escolar; Discurso docente; PROALFA

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O OLHAR DA CRIANÇA

Fabiana Maria Roque Chaves
Jéssica Cássia Carneiro Domingos
June Rodrigues Pereira Campos.

Este estudo, um relato de experiência, tem por objetivo apresentar uma análise da participação de crianças, com idades entre 4 e 5 anos, em um processo de avaliação, por meio de projetos em execução em uma escola privada de Viçosa-MG, bem como da formação continuada de seus professores. Teoricamente este trabalho parte da concepção de escola com abordagem nas múltiplas linguagens, proposta por Loris Malaguzzi (Edwards et al, 1999) e discutida por outros autores como Montessori (2009). Fundamenta-se na liberdade, atividade e independência da criança, propondo que essas experiências constituam o centro do planejamento e que a proposta curricular preveja a participação das crianças (Edwards et al, 1999). Essa proposta de avaliação na Educação infantil baseou-se nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (Brasil, 2009). Outro fundamento da pesquisa centra-se nas concepções relacionadas à prática reflexiva do professor (Perrenoud, 2008) da Educação Infantil, relacionado à observação, registros escritos, fotografia, desenhos e artes, a participação da criança na própria avaliação e a organização da documentação pedagógica. Tendo em vista tais aspectos, o enfoque principal deste trabalho é proporcionar informações claras e objetivas, vivenciadas num estudo de caso acerca da avaliação na educação infantil. Geralmente a avaliação nessa etapa, é dominada pelo uso de instrumentos normativos, direcionados para a identificação das deficiências das crianças, sem atentar para os componentes social, cultural e de interação inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. Neste aspecto há um desafio importante e atual, o abandono de práticas descontextualizadas que ignoram a individualidade das crianças e a procura de abordagens que captem a unicidade e a autenticidade de cada uma delas, considerando o desenvolvimento dentro dos contextos e das rotinas.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella e FORMAN, George. As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. MONTESSORI, Maria. A criança. Lisboa-Portugal: Portugalíia Editora, 2009. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: Profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Palavras-chave: avaliação, educação infantil e prática pedagógica.

IDENTIFICAÇÃO DE QUEIXA ESCOLAR E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Claudia Tenor.

Os objetivos deste estudo foram identificar as queixas escolares de professores da educação infantil e avaliar o desenvolvimento de linguagem dos alunos. O trabalho foi desenvolvido no período de Abril a Novembro de 2017 em um município do interior paulista, participaram vinte escolas de educação infantil. As escolas solicitaram avaliação fonoaudiológica de alunos que apresentavam queixas referentes ao desenvolvimento de linguagem. Os professores preencheram uma ficha de encaminhamento elaborada pela pesquisadora contendo dados sobre identificação dos alunos, motivos do encaminhamento, informações a respeito do desenvolvimento da criança e a presença de hábitos orais prejudiciais à fala, envolvimento da família com as questões acadêmicas. Foram encaminhados 171 alunos, mas compareceram à avaliação 131 alunos na faixa etária de 2 a 6 anos, sendo 86 do gênero masculino e 45 do gênero feminino. Os alunos foram avaliados individualmente em horário previamente agendado pela pesquisadora em um núcleo de atendimento vinculado a Secretaria Municipal de Educação. Os pais ou responsáveis acompanharam o processo avaliativo, receberam orientações a estimular o desenvolvimento de linguagem no contexto familiar e a procurar os serviços de saúde nos casos necessários. Os dados obtidos do preenchimento das fichas e das avaliações foram analisados. Observou-se que os professores relataram queixas de fala, linguagem, audição e respiração, tais como: falar errado, emitir poucas palavras, não formar frases, fazer uso de gestos e vocalizações para comunicar, gagueira, dificuldades para ouvir e respiração oral. Quanto à presença de hábitos orais inadequados nos alunos, os professores citaram: uso de chupeta, mamadeira e sucção digital. Os resultados das avaliações dos alunos apontaram que 63 apresentou desvio fonológico, 27 desvio fonético e desvio fonológico, 19 desenvolvimento normal para idade, 13 atraso de linguagem, 3 gagueira, 2 distúrbio de linguagem, 1 gagueira e desvio fonético, 1 gagueira e desvio fonológico, 1 voz rouca. Constatou-se por meio da identificação das queixas escolares e diagnóstico das avaliações a necessidade de desenvolver um trabalho em parceria colaborativa junto aos educadores com vistas à promoção do desenvolvimento de linguagem dos alunos no contexto escolar.

Palavras-chave: Avaliação; Linguagem; Educação Infantil

SALA DE AULA INVERTIDA E AVALIAÇÃO: ILUSTRAÇÕES AVALIATIVAS NUM MODELO PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO

Renan Lucas Vieira dos Santos
Tatiana Costa Coelho

Diante de práticas pedagógicas emergentes, novos conceitos são alocados ao cotidiano da sala de aula; porém, alguns exercícios permanecem necessários. Para tanto, temos a SAI – Sala de Aula Invertida como modelo emergente e a Avaliação como processo fundamental. O modelo pedagógico da SAI consiste em ofertar ao aluno o conteúdo e o material necessários para a aula antes dela, promovendo o estudo independente diante do material; para a sala, são levadas as dificuldades de aprendizagem, visando saná-las; o professor deixa de ser protagonista nesse processo para tornar-se coadjuvante. Tratando dos processos de avaliação, essa é entendida como ato fundamental, vez que norteia e aponta práticas disformes do professor e aponta necessidades dos aprendizes. Assim, sob a metodologia de análise documental, questiona-se a eficácia de tal modelo pedagógico ante os processos avaliativos. Objetiva-se explanar e conceituar o modelo Sala de Aula Invertida, bem como confrontar sua eficácia ante as avaliações aplicadas pelo professor. A metodologia de SAI, aplicada em práticas avaliativas, corrobora diretamente para uma melhor efetivação das práticas de avaliações formativas. Ao entender tal modalidade como aquela em que o educador busca sanar dificuldades pré-existentes, o tempo-espaço disponível em sala far-se-á exclusivamente para elucidação e consolidação das habilidades e competências que se fazem necessárias à compreensão global do conteúdo, colaborando para uma otimização do tempo de aula disponível. Na mesma ótica, a interação entre os alunos se mostra maior, vez que, entre eles, e fazendo uso dos diversos recursos tecnológicos disponíveis, as dúvidas que surgirem promovem interações e comunicação entre estes no objetivo de extirpá-las. Percebendo que o aluno deverá ter em mãos o conteúdo prévio, bem como deve estudá-lo, práticas de comprometimento, organização e responsabilidade são estimulados e desenvolvidos no educando, colaborando, ainda, para uma formação moral do indivíduo, vez que estes são valores que serão necessários à vida em sociedade. Conclui-se, assim, que a boa aplicação do modelo Sala de Aula Invertida, além de corroborar para melhores intervenções do professor, colabora para melhor aprendizagem e desenvolvimento do aluno, elencando sua interação com os demais e sua atuação em seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Sala de Aula Invertida; Avaliação; Metodologia; Educação.

AVALIAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I QUE APRESENTAM QUEIXAS ESCOLARES DE DIFICULDADES DE LINGUAGEM E ESCRITA

Ana Claudia Tenor

O objetivo deste estudo foi avaliar alunos do ensino fundamental I com queixas escolares de dificuldades de linguagem e escrita. O trabalho foi desenvolvido no período de Março a Novembro de 2017 em um município do interior paulista e teve a participação de dezesseis escolas. Os professores solicitaram avaliação fonoaudiológica de um grupo de alunos e preencheram uma ficha de encaminhamento elaborada pela pesquisadora. Posteriormente as escolas enviaram 104 fichas de encaminhamento e foram agendadas as avaliações em um núcleo de atendimento vinculado a Secretaria Municipal de Educação. Entre os 104 alunos agendados, participaram 75, com idade entre 6 a 11 anos, sendo 52 do gênero masculino e 23 do gênero feminino. Os dados foram coletados por meio de aplicação individual de um protocolo de avaliação das habilidades de linguagem, fala, processo perceptual auditivo, processo perceptual visual, noção temporal, lateralidade, leitura e escrita. Os pais ou responsáveis foram esclarecidos a respeito das dificuldades identificadas e as escolas receberam relatórios contendo o parecer técnico e sugestões de intervenções. Os alunos apresentaram as seguintes alterações: desvio fonológico (45), alteração na fluência da fala (4), alteração do processo perceptual auditivo (71), alteração do processo perceptual visual (10), dificuldades em orientação temporal (67), dificuldades em lateralidade (59), dificuldades em leitura (43), dificuldades em escrita (51). Observaram-se nas amostras das escritas a presença de erros ortográficos que foram classificados conforme a categorização proposta por Zorzi (1998), sendo os mais frequentes: representações múltiplas (37), trocas surdas sonoras (26), confusão am e ão (25), apoio na oralidade (8), omissões de letras (8), acréscimo de letras (4), letras parecidas (2), junção separação (2). O estudo apontou a necessidade de capacitar os professores das escolas participantes para que trabalhem as habilidades de consciência fonológica e realizem intervenções na escrita visando facilitar a apropriação do sistema ortográfico dos alunos.

REFERÊNCIAS ZORZI, J.L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. In: ZORZI, J.L. (Org). Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Palavras- Chave: Avaliação; Linguagem; Escrita; Ensino Fundamental I.

AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE VIÇOSA/ MG

Camila Martins Januário
Cristiane Aparecida Baquim

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise exploratória sobre a qualidade educacional no município de Viçosa/MG, identificando também nas escolas públicas municipais, que oferecem o Ensino Fundamental I, se estas utilizam os resultados das avaliações externas como referentes para desenvolverem um trabalho pedagógico e/ou de gestão com foco na qualidade social. Apesar do sentido polissêmico do termo qualidade, o consideramos sob duas perspectivas: uma qualidade articulada com o modelo neoliberal; e a outra voltada para as transformações sociais e pautada nos interesses da população. Buscamos desenvolver uma análise bibliográfica utilizando como fonte as plataformas científicas Scielo e o Portal de Periódicos Capes/MEC. Além disso, realizou-se uma análise exploratória documental, visando apreender se a qualidade social pode ser identificada como política pública nessa localidade, bem como entrevista com representantes que ocupavam cargos estratégicos no setor educacional: a Secretária Municipal de Educação vigente no período e o diretor do Sindicato dos Professores (Sind-UTE/MG), que indicaram escolas que, supostamente, estariam desenvolvendo ações em prol da qualidade social. Nessas escolas, coletamos dados junto às equipes gestoras, que apontaram alguns aspectos e práticas pedagógicas realizadas que visam à educação de qualidade social, mesmo que apenas uma das instituições tenha, de fato, o acesso a uma das condições internas para garantia da qualidade social, qual seja, a infraestrutura física adequada. Igualmente, a política educacional analisada a partir da legislação educacional local, apresenta metas para o alcance da qualidade social, ainda que muito articuladas aos parâmetros determinados pelos índices padronizados do governo, mas desenvolve poucas ações efetivas visando alcançá-la. Concluímos que não é possível indicar que há ações políticas coordenadas que visam o alcance dos aspectos de qualidade social da educação no município, nem pelo ente público, nem pelas escolas. Apenas ações pontuais e focadas em algum aspecto específico, mas que não evidencia uma política educacional municipal articulada. Reiteramos que a educação de qualidade social não pode primar o mercado e sua lógica excludente, contrapondo a qualidade à quantidade necessária para garantir as condições imprescindíveis à luta pela emancipação e liberdade humana.

Palavras-chave: Qualidade social da educação; Avaliações externas; Escola pública de qualidade.

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SIMAVE): RESULTADOS DE UM SOBRE REALIZADO NA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG.

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel
Denilson Santos de Azevedo
Cristiane Aparecida Baquim

Apresentaremos aspectos gerais de uma pesquisa qualitativa que vindo sendo desenvolvida no mestrado em Educação na Universidade Federal de Viçosa. O trabalho aborda um tema que vem crescendo nos debates educacionais: as avaliações externas em larga escala, empreendidas pelo Estado para aferir dados sobre a qualidade do ensino das escolas. Apresentaremos uma descrição das principais mudanças ocorridas, a partir de 2015, no Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Básica (SIMAVE), objeto de análise desta pesquisa, e também os resultados iniciais de um estudo realizado com escolas públicas da microrregião de Ubá-MG. Neste trabalho, nos propomos coletar os resultados referentes à avaliação do SIMAVE/Proeb tanto de Matemática, quanto de língua portuguesa, ao longo dos anos de 2014 e 2016 das escolas públicas da microrregião de Ubá – MG. A justificativa de coletar os dados desses dois anos, citados anteriormente, se justifica por assim podemos comparar os resultados do antigo e do novo Simave no 5º ano do ensino fundamental, pois só em 2016 é que a avaliação do Proeb foi aplicada para este nível de escolaridade. Esta coleta e análise inicial vem sendo realizada com as 84 escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, inseridas no contexto das 17 cidades da microrregião analisada. Os dados quantitativos foram coletados no site oficial da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Ao final da coleta dos dados, selecionamos duas escolas (uma que apresentou aumento e outra redução, nos resultados de língua portuguesa e matemática do novo Simave) para irmos a esta escola conhecer as perspectivas dos professores destas instituições e também conhecer como é feito o planejamento das ações após tomarem conhecimento do resultado da sua unidade escolar. Desse modo, esta pesquisa vem sendo realizada, empregando as seguintes etapas de operacionalização: pesquisa bibliográfica e documental; seleção dos participantes; construção dos dados qualitativos por meio de entrevistas com os participantes da pesquisa; coleta de dados quantitativos das escolas da microrregião de Ubá participantes do Simave, com a finalidade caracterizar o Sistema e as escolas em que os professores entrevistados atuam; além de uma análise quanti-qualitativa dos resultados iniciais do Simave, análise descritiva e qualitativa dos dados produzidos no trabalho.

Palavras-chave: SIMAVE; Avaliações Externas; Políticas de Avaliação, Microrregião de Ubá/MG

CONSTRUINDO UMA ESCOLA EFICAZ NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA: FATORES DE ALTO DESEMPENHO E BOAS PRÁTICAS ESCOLARES EM CONTEXTO DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL

André Alves Januario
Adolfo Ignacio Calderón

O presente estudo se insere no campo da Eficácia Escolar entendida como aquela que promove o aprendizado e as melhorias dos resultados educacionais, num processo global e de cada aluno, por meio de um estudo da realidade de escolas em contexto de vulnerabilidade social, mas que têm elevado desempenho nas avaliações em larga escala, como por exemplo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Diante essa realidade, convém questionar por que nessas escolas, apesar do contexto socioeconômico em que estão inseridas, o IDEB foi crescente e conseguiram alcançar e, até mesmo, superar as metas estabelecidas? Quais as boas práticas escolares desenvolvidas nessas instituições para conseguir os resultados obtidos nas avaliações? Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo é investigar os fatores de alto desempenho e de boas práticas escolares que levaram as escolas a conseguirem um IDEB elevado, alcancarem e até ultrapassarem as metas estabelecidas entre os anos de 2007 e de 2015, sendo classificadas como instituições de eficácia escolar. Em termos metodológicos trata-se de um estudo de caso, analisando duas escolas do município de Bragança Paulista, São Paulo, que desenvolveram um IDEB crescente entre os anos de 2007 e 2015 e que estão localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social. Serão utilizados tanto uma abordagem quantitativa, principalmente para análise de dados de desempenho, quanto uma abordagem qualitativa, envolvendo entrevistas semiestruturada com todos os sujeitos envolvidos no aprendizado escolar. Os dados coletados nas entrevistas serão analisados com técnicas de análise de conteúdo objetivando identificar tendências e especificidades a partir da identificação de incidências discursivas e confronto e triangulação de informações de todos os informantes. De posse dessas informações será realizado um confronto de boas práticas e fatores de alto desempenho em uma unidade de controle, isto é, uma escola com baixo desempenho longitudinal, também localizada em região de vulnerabilidade social, com o intuito de identificar as boas práticas e fatores de alto desempenho próprios ou originais da escola de elevado desempenho. Com este projeto espera-se constatar realidades e formular hipóteses finais que possam contribuir com os conhecimentos produzidos.

Palavras-chave: Avaliação Educacional; Eficácia Escolar; Boas Práticas Escolar

CONTRIBUIÇÕES PARA A CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE CAMPO DO CAED QUE ATUA NA APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Daniele Aparecida Silva Dias

Esse trabalho é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado discute as dificuldades no processo de elaboração das capacitações da equipe de campo do CAEd a partir da análise das dificuldades detectadas durante o processo avaliativo. Os objetivos definidos para este estudo foram: (i) descrever criticamente o planejamento e o desenho das capacitações; (ii) identificar e analisar os problemas mais recorrentes observados nos plantões de aplicação; e (iii) propor um plano de intervenção para superações dos problemas diagnosticados na pesquisa. Assumimos como hipótese que as capacitações não são tão eficientes na medida em que não conseguem evitar os problemas que são recorrentes na aplicação. Para tanto, utilizamos como metodologia de produção dos dados a análise documental das Planilhas de Ocorrências e dos Relatórios de atendimento do Call Center produzidos a partir das informações coletadas no plantão da aplicação dos testes. Esses dados foram categorizados em macro e micro categorias que propiciaram uma análise mais detalhada das dificuldades. Sob o aporte teórico de PACHECO (2009), CARVALHO (2010) e FILHO (2007) foram discutidos os conceitos e possibilidades da atividade de formação de pessoas e das premissas do ensino de jovens e adultos para construção da aprendizagem. Diante disso, visando minimizar as dificuldades mapeadas por essa pesquisa propôs-se um Plano de Ação Educacional (PAE) composto de estratégias exequíveis a ser praticado executado pela Equipe de Campo da COA para aprimoramento das capacitações e diminuição dos problemas verificados na aplicação.

Palavras-chave: Capacitação. Formação de pessoas. CAEd.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PROMOÇÃO DE EQUIDADE EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES.

Maria Elizabete Neves Ramos

Este estudo propõe uma reflexão sobre a utilização de determinadas práticas pedagógicas enquanto procedimentos que facilitam a aprendizagem dos alunos e que podem promover a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas. Com a consolidação dos sistemas de avaliação em larga escala, e em especial com a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil, verificou-se um progresso notável na coleta, produção e disponibilização de informações sobre os sistemas de ensino (FONTANIVE, 2013; SILVA et al., 2013). As propostas educacionais, desde então, têm focalizado cada vez mais o trabalho desenvolvido na escola. O tempo alocado no ensino e aprendizagem e a combinação de procedimentos didáticos diversificados são alguns dos procedimentos que explicam a eficácia do professor, que pode promover a melhoria do desempenho dos discentes, sendo capaz “de mobilizar os alunos com mais dificuldades, fazendo-os progredir juntamente com os outros colegas e reduzindo, assim, as diferenças entre eles” (BONAMINO, 2012, p. 129). Com esse objetivo, foram utilizados os dados da edição de 2015 da Prova Brasil para a criação do índice de práticas pedagógicas, através de análise fatorial; e o índice de equidade, criado a partir dos níveis de proficiência adequado e avançado. Foi possível verificar que o índice de práticas pedagógicas possui uma relação estatisticamente significativa, sendo que a dimensão motivacional dos docentes se mostra mais relevante para os resultados dos discentes da rede municipal do Rio de Janeiro do que a dimensão instrucional, o que pode ser explicado pelo conceito de autoeficácia docente. Palavras-chave: Eficácia escolar; Práticas Pedagógicas; Desempenho; Equidade.

Referências: BONAMINO, A. Características da gestão escolar promotoras de sucesso. Coleção Gestão do Currículo e Gestão e Liderança, v. 3, p. 117-132, 2012. FONTANIVE, N.S. A divulgação dos resultados das avaliações dos sistemas escolares: limitações e perspectivas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.21, n.78, p.83-100, jan/mar 2013. SILVA, J.C.; SILVA, M. M. Colaboração entre professores e autoeficácia docente: Que relações? Revista Portuguesa de Educação, CIEd, Universidade do Minho, 28(2), p. 87-109, 2015.

Palavras-chave: Eficácia escolar; Práticas Pedagógicas; Desempenho; Equidade.

ANÁLISE DA COMPREENSÃO SOBRE CADEIA ALIMENTAR ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PROJETO AVALIA BH

Mariana Brasil Galvão
Graziela Piccoli Richetti
Marcelo de Oliveira Santos

Neste trabalho analisamos um conjunto de itens do projeto Avalia BH sobre o conteúdo cadeia alimentar. Esse conteúdo está distribuído nas diferentes etapas de ensino na matriz do Avalia BH. Na matriz CAEd, esse conteúdo encontra-se em diferentes descritores e classes. Na Base Nacional Comum Curricular, cadeia alimentar é um objeto de conhecimento encontrado apenas no 4º ano. Assim, questionamos como os estudantes responderam aos itens sobre cadeia alimentar no Avalia BH. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa e quantitativa dos itens presentes nos testes realizados entre 2011 e 2013, do 7º, 8º e 9º anos. Selecionamos os itens cujos descritores abordam cadeia alimentar e adotamos como ponto de corte para separar itens estatisticamente bons e ruins os seguintes valores: parâmetro $a < 0,01$; parâmetro $c > 0,3$ e bisserial $< 0,2$. Esses valores representam a qualidade de um item e possibilitam a inferência sobre habilidades dos estudantes. Dos 21 itens encontrados, sete são ruins, representando 33,33% do total analisado. Verificamos a alta ancoragem dos itens e alto desvio padrão. Considerando o total de itens, a média de ancoragem é 361,5 com desvio padrão de 79,6. Apenas para os itens ruins, essa média é 466 e o desvio padrão 102,7. Os 14 itens com parâmetros bons apresentam uma média de ancoragem de 331,7 e desvio padrão de 39,1. Foram dois itens com enunciado, oito com esquema e 11 com imagens. Identificamos problemas de elaboração tanto nos itens bons quanto nos ruins, como suporte desnecessário para a resolução, suporte confuso, item que não atende ao descritor e problemas na redação do enunciado, do comando e dos distratores. Para os alunos das primeiras etapas analisadas, 7º e 8º anos, as habilidades esperadas (compreender) são de uma categoria acima daquela que é esperada para o 9º ano (conhecer), o contrário do que propõe a Taxonomia de Bloom, onde os objetivos de aprendizagem são agrupados do mais simples ao mais complexo. Talvez por isso, os estudantes não compreendem fluxo de energia, mas conseguem identificar níveis tróficos. A composição das matrizes, a fragmentação do conteúdo, os problemas na elaboração dos itens, associados a fatores escolares, podem gerar dificuldades na capacidade responsiva dos estudantes e na consolidação das habilidades pretendidas aos mesmos.

Palavras-chave: Cadeia alimentar; Itens; Avalia BH.

APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS: UMA INVESTIGAÇÃO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS IMPLEMENTADAS NAS COORDENADORIAS DISTRITAIS DE EDUCAÇÃO 02 E 07 DO ESTADO DO AMAZONAS

Keylah Adriana R. A. Dolzanes
Marina Furtado Terra

A pesquisa teve como objetivo propor ações para a efetiva apropriação de resultados do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) em duas Coordenadorias Distritais de Educação (CDE). O SADEAM tem por objetivo ser um instrumento de informação que permite o diagnóstico de problemas educacionais da rede e subsidie o desenho de políticas voltadas para as fragilidades detectadas. Acredita-se que uma das maneiras de se alcançar este objetivo são os atores escolares se apropriarem das informações fornecidas pelo sistema de avaliação. No entanto, o que se percebe no interior das escolas é que, apesar da avaliação em larga escala ser uma política pública praticada, ainda há muito desconhecimento sobre o instrumento. Assim, a pesquisa teve como propósito investigar as ações para a apropriação de resultados que poderiam ser disseminadas pela Coordenação de Avaliação e Desempenho junto às CDE visando contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos da rede. A investigação delimitou-se em informações sobre o componente de Língua Portuguesa do 7º ano do Ensino Fundamental de duas Coordenadorias Distritais de Educação, a CDE 2, localizada na zona Sul, e a CDE 07, na zona Norte. Para coleta dos dados, aplicou-se questionário a professores de Língua Portuguesa do 7º ano e a Coordenadores Adjuntos Pedagógicos de ambas as coordenadorias. Além das informações coletadas por este instrumento, analisou-se documentos de cunho pedagógico utilizados por estes órgãos para orientação de suas escolas no que se refere à apropriação dos resultados. Dentre os achados da pesquisa, pôde-se evidenciar a ausência de um trabalho de apropriação feito de maneira processual e sistemática assim como não se percebeu um trabalho direcionado para o grupo de alunos com baixo desempenho em Língua Portuguesa. Desta forma, o Plano de Ações Educacionais (PAE) propõe ações que, embora não sejam inovadoras, acredita-se serem viáveis e colaboradoras para a construção de uma cultura de apropriação pautada no princípio da garantia do padrão de qualidade, conforme prevê o artigo 206, inciso VII da Constituição Brasileira de 1988.

REFERÊNCIAS BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2016.

Palavras-chave: SADEAM; Avaliação Externa; Apropriação de resultados.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS (SADEAM): O CASO DE DUAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE UARINI- AM

Moisés dos Santos Cordeiro
Marina Furtado Terra.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o que tem proporcionado à baixa participação e o baixo desempenho dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental nas avaliações externas do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) em duas escolas estaduais pertencentes à Coordenadoria Regional de Educação do município de Uarini/AM, tendo como referência os resultados apresentados nas edições de 2012, 2013 e 2015, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A escolha da temática se justificou pela necessidade de se propor ações que visem melhorias nos níveis de desempenho e percentual de participação dos alunos e, assim, elevar os resultados da coordenadoria, que está atrelada às atividades profissionais do pesquisador. A apropriação dos resultados do SADEAM e sua tradução em ações pedagógicas que proporcionem a aprendizagem significativa dos estudantes é um desafio presente nas atividades dos atores escolares, os quais devem criar condições ao fortalecimento da cultura da avaliação nas instituições educacionais, afim de que os dados gerados assumam relevância no processo ensino e aprendizagem. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa de caráter qualitativo e, como instrumentos de coletas de dados, a aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores e professores das escolas investigadas, além da análise documental a partir de dados oficiais disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) e pelo CAEd/UFJF, responsável pela divulgação e sistematização dos dados do SADEAM.. A pesquisa apontou como principais resultados: a falta de divulgação dos resultados pela equipe gestora; a não apropriação dos resultados do SADEAM junto aos professores e comunidade; ausência de suporte às escolas da SEDUC-AM e Coordenadoria Regional de Educação; falta de profissionais como pedagogos e professores habilitados em Língua Portuguesa e Matemática; e ausência de Plano de Intervenção Pedagógica e monitoramento. Esses achados permitiram elencar ações descritas no Plano de Ação Educacional (PAE), direcionadas a quatro dimensões: SEDUC, Coordenadoria Regional, Gestão Escolar e Professores, visando melhorias no percentual de participação e proficiência dos alunos das escolas investigadas.

Palavras-chave: Avaliação Externa; Desempenho; Participação; Apropriação de Resultados.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO USO DOS RESULTADOS DO SIMAVE PELOS GESTORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE JUIZ DE FORA

Priscila Trogo Pereira.

O presente trabalho objetiva conhecer como os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) são utilizados pelos gestores da rede estadual de Juiz de Fora, com a intenção de compreender se essa política pública tem sido aproveitada de forma efetiva pelos gestores escolares em seus planejamentos e ações realizadas dentro das escolas. Segundo Machado (2012), poucos estudos relacionados às avaliações externas abordam o trabalho pedagógico com os resultados. Algumas investigações já realizadas evidenciaram que “o uso dos resultados por parte dos gestores é escasso ou inexistente e que os responsáveis pelas iniciativas reconhecem que as escolas têm dificuldade até mesmo de ler os resultados produzidos.”(MACHADO,2012, p.74). Dessa forma, a presente pesquisa pretende investigar em que medida as políticas públicas de avaliação externa, representadas pelo Simave, impactam no trabalho das equipes escolares. A parte metodológica da pesquisa será composta por dois momentos: o primeiro consiste na aplicação de questionários padronizados para os diretores das 39 escolas estaduais de Juiz de Fora que ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio, com o objetivo de conhecer se os gestores escolares utilizam os resultados do Simave e de que forma o utilizam. O questionário pretende mapear as formas de uso dos resultados, com a intenção de conseguir separar as escolas em três grupos, sendo eles: 1- escolas que não utilizam os resultados; 2- escolas que fazem a leitura dos resultados, promovem debates e identificam as maiores dificuldades; e 3- escolas que utilizam os resultados como subsídios para seus planejamento e projetos. Já a segunda parte da pesquisa consistirá em entrevistas realizadas com os diretores, escolhidos por critérios pré-estabelecidos, representantes de cada grupo. Intenciona-se com as entrevistas aprofundar o conhecimento sobre se e como os resultados do Simave são utilizados pelos gestores escolares e o porquê dessas formas de utilização ou não utilização. Com a análise dos questionários e entrevistas, espera-se ter informações sobre como o Simave tem sido aproveitado pelos gestores de Juiz de Fora, analisando assim o impacto dessa política dentro das instituições escolares. MACHADO, C. Avaliação Externa e Gestão Escolar: Reflexões sobre usos dos Resultados. In Revista @ambienteeducação.5(1)70-82 jan/jun/2012.

Palavras-chave: SIMAVE, Avaliação externa, gestão escolar

O presente estudo aborda a avaliação em larga escala e seus reflexos nas práticas pedagógicas dos professores de escolas de ensino fundamental I. O objetivo geral desta pesquisa é analisar e conhecer a realidade de uma escola pública, após aplicação da Avaliação de Larga Escala - Prova Brasil, onde se pretende verificar se a partir desta, ocorreram mudanças nas práticas docentes com a preocupação da melhoria na aprendizagem dos alunos. Como procedimento metodológico, utilizou-se de um estudo de caso em uma escola da rede municipal de ensino de Santos, com aplicação de questionário semiaberto e entrevista semiestruturada com ênfase em aspectos qualitativos, foi realizado também um estudo bibliográfico dos fenômenos para fundamentar os resultados da coleta. Neste estudo dá-se foco para a questão das avaliações realizadas em larga escala, seus princípios, conceitos, objetivos e seu impacto no fazer pedagógico dos professores de escolas de ensino fundamental I. As reflexões se iniciam a partir dos estudos sobre as políticas públicas de educação elaborando um breve caminho na história da educação brasileira a fim de conhecermos seus avanços e retrocessos. Enfatiza-se também os conceitos de avaliação presentes na escola (Luckesi, 2011), suas relações com a Prova Brasil, objetivos declarados nessas avaliações e presentes na legislação vigente e a análise sob perspectiva de Freitas (2005;2013;2014) e Gatti (2007;2012). Em sua fase final, a pesquisa vem revelando que por se tratar de um objeto de recomendações internacionais, instituições financeiras e organizações ligadas ao mercado, a Prova Brasil não consegue atingir aos seus objetivos propostos no discurso oficial, tampouco gerar reflexos positivos nas práticas docentes da escola pesquisada. Ao contrário, a forma como está organizada a avaliação educacional no país, conclui-se que apenas vem contribuindo com o quadro de exclusão, marginalização das classes menos favorecidas, descontinuidade das políticas educacionais e escassez de recursos consolidados na história da educação brasileira.

Palavras-chave: Avaliação educacional; Políticas educacionais; Avaliações em larga escala; Práticas docentes.

RESULTADOS DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ – SPAECE: EVOLUÇÃO COM FOCO NA EQUIDADE

José Marques Batista
Denilson da Silva Prado Ribeiro
Ana Gardennya Linard Sírío Oliveira
Vivian Silva Rodrigues Vidal

Mensurar o desempenho acadêmico dos discentes através de avaliações externas hoje é algo consolidado no Brasil e especificamente no Ceará, e uma das fases da avaliação é a análise dos resultados, esta fase sendo bem trabalhada é capaz de mostrar informações riquíssimas para o gestor retroalimentar o sistema. Segundo Soares (2012), os indicadores são pouco escrutinados, por motivos diversos, tais como, falta de capacidade técnica dos gestores para interpretar os dados oriundos das avaliações, ou por diversas outras circunstâncias. Para esta pesquisa, utilizou-se os microdados da avaliação do 5º ano no SPAECE 2016, foram realizadas algumas análises agregando os resultados dos alunos da seguinte forma. O GRUPO 1 alunos com idade abaixo de 10 anos, o GRUPO 2 alunos com 10 anos de idade e o GRUPO 3 alunos com idade acima de 10 anos, além deste agrupamento foram feitas análises também por gênero, localização e turno. Deve-se ter clareza que as medidas de desempenho educacional podem ocasionar imprecisões. De acordo com PONTES e SOARES (2016, apud Koretz, 2008) tais imprecisões se traduzem em problemas de fidedignidade. Percebeu-se que ao detalhar os dados desta forma, discentes do gênero feminino demonstraram índices superiores em 12,2% em relação aos do gênero masculino, foi considerado a proficiência padronizada e o Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática. Os alunos dos GRUPOS 1 e 2 tem praticamente o mesmo rendimento e quando comparamos os alunos do GRUPO 2 e 3, este último apresenta rendimento 59,0% inferior. Os alunos da zona urbana praticamente não têm diferença no aprendizado dos alunos da zona rural, ao agregar os alunos por turno percebeu-se uma ligeira diferença entre o desempenho de ambos, os alunos do turno da manhã apresentaram um crescimento de 2,7% acima dos alunos da tarde. Conclui-se que apesar do Ceará despontar no cenário nacional com bons resultados ainda é necessário ter um olhar mais apurado para os questionamentos ora apresentados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS: SOARES, J. F. A avaliação como instrumento de garantia do direito à educação. 185 cadernoscenpec | São Paulo | v.2 | n.1 | p.183-213 | julho 2012. PONTES, L.; SOARES, T. M. (2016). AS METAS ESCOLARES DO IDEB: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE CÁLCULO Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n.66, p. 690-715, set./dez. 2016.

Palavras-chave: Spaece; desempenho; equidade

REVISITANDO A DESCRIÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA DO SAEB DO ENSINO FUNDAMENTAL

Reginaldo Fernando Carneiro

Glauker Menezes de Amorim

Maria Julieta Ventura Carvalho de Araujo

A proficiência de um aluno é a síntese numérica de seu nível de domínio em uma competência. Esse resultado numérico é alcançado pelo uso da Teoria de Resposta ao Item. Entretanto, embora números possam ser comparados, pois são ordenáveis, números em si nada dizem sobre a capacidade de realização de um indivíduo, é essencial que a ele seja atribuído um significado pedagógico capaz de informar o estágio de desenvolvimento desse indivíduo em relação às competências avaliadas, de maneira a fornecer subsídios para possíveis e necessárias intervenções educativas. O presente estudo tem como uma de suas finalidades revisar a descrição pedagógica da escala de Matemática do Ensino Fundamental do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, divulgada pelo INEP, através de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida a partir de um banco com cerca de 4 mil itens, utilizados em diversas avaliações realizadas pelo CAEd, todos com seus parâmetros apurados. Serão apresentados os resultados parciais dessa pesquisa, cotejando as informações acerca das habilidades descritas na Interpretação Pedagógica da Escala de Matemática do SAEB com aquelas apuradas empiricamente a partir do banco de itens utilizado pelo CAEd, bem como a distribuição e alocação dessas habilidades ao longo da escala. Este trabalho pretende oferecer um refinamento das habilidades descritas nos documentos oficiais do INEP, detalhando-as de maneira a especificar as operações cognitivas demandadas nas tarefas propostas pelos itens bem como a complexidade dessas tarefas. Dessa forma, espera-se contribuir para que os diversos agentes envolvidos no processo de ensino de Matemática no Ensino Fundamental tenham um instrumento que permita alcançar um conhecimento mais qualitativo do perfil dos alunos submetidos às avaliações externas, a partir do número que entrega sua proficiência, possibilitando, assim, planejar de maneira mais pontual as intervenções pedagógicas necessárias para se avançar na direção de garantir a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Escala de proficiência; Matemática; Ensino Fundamental; SAEB

FATORES QUE PROVOCAM A OSCILAÇÃO DO IDEB DO 9º ANO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORES JUVENTINO NUNES

Adriano Vieira da Silva

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A situação – problema a ser estudada pelo gestor da Escola Estadual Professor Juventino Nunes e aluno do mestrado profissional é a Oscilação do IDEB do 9º ano da Escola Estadual Professor Juventino. O caso de gestão a ser estudado tem como pergunta: quais os fatores que provocam a oscilação do IDEB do 9º ano da Escola Estadual Professor Juventino Nunes? O objetivo geral definido para este estudo é compreender os fatores que provocam a oscilação do IDEB da escola e propor ações para o problema analisado. Como objetivos específicos foram definidos: i) descrever o perfil da escola e da sua gestão, da comunidade atendida; ii) analisar documentos, resultados de avaliações internas e externas, registros de reuniões pedagógicas e os fatores que provocam oscilação do IDEB da escola no 9º; iii) é propor ações de intervenção para resolver o problema apresentado. Para o desenvolvimento deste estudo será utilizado como referencial teórico as análises de Gatti (2007), Paz (2009), Horta Neto (2013), Alavarse Bravo e Machado (2013), Pontes (2015). Assumimos como hipótese que a oscilação do IDEB do 9º ano da escola ocorre pela inadequação da apropriação dos resultados das avaliações internas externas e pela falha na aplicação de intervenção pedagógica necessária para sanar eventuais deficiências. Este estudo se pautará em uma metodologia e, para obter informações sobre o problema do estudo, serão realizadas pesquisa documental, entrevista e questionários aplicados, de forma amostral, aos sujeitos da comunidade escolar que estejam diretamente ligados ao caso de gestão aqui analisado.

Palavras-chave: Avaliação em Larga Escala, IDEB, Gestão Escolar.

OS RESULTADOS DAS MÉDIAS NACIONAIS DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA DA PROVA BRASIL: UMA ANALOGIA DESCRITIVA E QUALITATIVA

Maria Lucia de Souza
Verônica de Souza Silva.

As avaliações de larga escala surgiram diante da necessidade de avaliação da educação básica brasileira. A Prova Brasil, integrante do Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), é aplicada desde 2005 e propõe a realizar um diagnóstico do ensino do país através do uso de testes padronizados e aplicação de questionário socioeconômico. O objetivo do trabalho é realizar uma análise descritiva e qualitativa empregando os resultados da média nacional de proficiência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática obtidos pelos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental na Prova Brasil de 2015, última edição com dados disponíveis até então. Para a realização das análises, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP). Segundo os dados do INEP, a média nacional da proficiência em Língua Portuguesa foi de 208 para o 5º ano do Ensino Fundamental e 252 para o 9º ano. Em Matemática, 219 para o 5º ano do Ensino Fundamental e 256 para o 9º ano. No trabalho foi constatado que há uma variação na média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática entre os diferentes estados das regiões brasileiras. Ao confrontar os resultados, constatou-se que o estado de Alagoas obteve escolas com o menor rendimento e Mato Grosso do Sul e São Paulo os maiores rendimentos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas não alcançaram a meta estipulada. Sendo assim, conclui-se que os dados não podem ser analisados isoladamente, pois existem alguns fatores que influenciam no desempenho escolar, que não devem ser mensurados em instrumentos avaliativos de larga escala.

Palavras-chave: Prova Brasil; Língua Portuguesa e Matemática; proficiência; avaliação de larga escala.

BAIXO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NO EXAME DA PROVA BRASIL: O CASO DE SEIS ESCOLAS ESTADUAIS EM PORTO VELHO/RO

Laura de Jesus Ribeiro

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento e tem como objetivo, descrever o baixo índice de participação dos alunos no exame da Prova Brasil no 9º ano do Ensino Fundamental nas edições de 2011, 2012 e 2013 em seis escolas estaduais no município de Porto Velho, e suas implicações para a rede de ensino, as unidades escolares e para os alunos, baseada em evidências detectadas no exercício da minha função de técnica na Gerência de Controle, Avaliação e Estatística na Secretaria Estadual de Educação de Rondônia em Porto Velho, onde tenho a atribuição de interpretar e analisar os dados das avaliações externas das escolas estaduais. Tendo como hipótese de que o baixo índice de participação dos alunos na Prova Brasil ocorre pelo desinteresse dos alunos pela avaliação em decorrência da falta de incentivo por parte dos gestores escolares, coordenadores pedagógicos e dos professores, e pela abstenção de alunos com necessidades especiais, principalmente quando a instituição aplicadora e a escola não dispõem de profissionais especializados para atendê-los no dia do exame. Pretende-se utilizar como metodologia a pesquisa quantitativa para que as perguntas sejam respondidas e relacionadas com os baixos índices de participação dos alunos e a análise qualitativa com a finalidade de entender e responder eventuais dúvidas que surgirem na interpretação dos dados quantitativos coletados nos instrumentos de coleta, como a pesquisa bibliográfica, o questionário com alunos e a entrevista semi-estruturada com gestores da CRE de Porto Velho e das escolas, coordenadores pedagógicos e professores. Os autores de referência são aqueles que abordam conceitos teóricos sobre avaliação externa Werle (2010), e Prova Brasil no cotidiano escolar Szatkoski, (2014). Os procedimentos realizados até o presente foram: a seleção das seis escolas; a descrição da Prova Brasil e sua relação com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Desempenho das escolas na Prova Brasil; e o Ideb das escolas. A partir de então, será feita uma análise da pesquisa in loco para coleta de opinião dos atores envolvidos já mencionados neste texto. Pretende-se propor um plano educacional que vise aumentar a taxa de participação dos alunos no exame e conseqüentemente sanar as implicações decorrente do baixo índice de participação.

Palavras-chave: Prova Brasil; Baixo Índice de Participação; Implicações.

A GESTÃO ESCOLAR E O USO DOS DADOS DO SIMAVE PELOS PROFESSORES DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA

Ronaldo Martins Borges

O presente trabalho, tem a intenção de discutir o uso dos dados das avaliações externas e, mais especificamente, do SIMAVE, pela equipe pedagógica da Escola Estadual Presidente Juscelino Kubitschke de Oliveira pertencente a rede pública do estado de Minas Gerais. Os objetivos definidos para este trabalho foram analisar e compreender os fatores que estão levando os alunos do 3º ano do ensino médio da escola em questão a apresentarem uma queda nos resultados do PROEB, em língua portuguesa e matemática nas últimas medições, bem como a forma com que a gestão pedagógica e os professores desta escola têm se apropriado dos resultados das avaliações externas ao longo dos anos. Assumimos como hipóteses que o baixo desempenho em língua portuguesa e matemática, podem ser reflexo das diferentes variáveis que constituem o universo investigado, sendo que a forma com que acontece a apropriação dos resultados das avaliações externas feita pelos gestores, supervisores e professores pode estar corroborando para estes resultados nas últimas medições. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, sendo a revisão bibliográfica a forma de fundamentação teórica, bem como a definição de roteiros de entrevistas, questionários e levantamento de dados da escola em foco, e, como instrumentos de pesquisa, foram utilizadas a análise documental, a pesquisa bibliográfica e o grupo focal com a participação de toda equipe pedagógica que atua no ensino médio. As discussões desenvolvidas dialogam comigo, enquanto gestor escolar, com os supervisores e com os professores. Pois, todos estamos inseridos neste contexto da gestão pedagógica, do planejamento e dos resultados, dimensionando as avaliações como importantes ferramentas de informação e gestão. Por fim, é proposto um plano de ação educacional capaz de mensurar e avaliar efetivamente o desempenho da escola supracitada a partir da apropriação dos resultados em seu contexto mais amplo, permitindo o monitoramento da mesma de forma que permita identificar os possíveis problemas e, posteriormente, implementar ações estratégicas capazes de corrigir eventuais falhas.

Palavras-chave: Apropriação dos resultados; Avaliações externas; Gestão pedagógica.

PESQUISA DE OPINIÃO DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Geniane Pereira dos Santos
Izabella Cavalcante Martins

A pesquisa desenvolve-se no âmbito da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C e pretende refletir sobre o modelo avaliativo praticado nas escolas estaduais de Minas Gerais à luz das determinações previstas na Lei nº 9394/96 e na Resolução SEE nº 2197/2012. Tem sido comum a utilização pelas escolas estaduais de MG de avaliação substitutiva e quantitativa em detrimento da avaliação contínua, processual, cumulativa e qualitativa prevista nos dispositivos legais. A metodologia escolhida foi de pesquisa quali-quantitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de dados por meio de questionários aplicados em plataforma online. A avaliação da aprendizagem na rede estadual de MG deve estar prevista no Projeto Político Pedagógico da escola e seguir os seguintes critérios: ser contínua, cumulativa, processual, formativa e participativa, devendo observar a prevalência dos aspectos qualitativos da aprendizagem sobre os quantitativos. No acompanhamento às escolas pelo Serviço de Inspeção Escolar foi observada uma tendência a privilegiar a avaliação quantitativa e substitutiva de maneira que a recuperação acaba assumindo um caráter punitivo ao aluno. Durante os estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de aprendizagem, os professores anulam as notas obtidas nas atividades avaliativas em que os alunos não tenham alcançado a média e aplicam nova avaliação, sendo aproveitada, a maior nota. O presente trabalho busca identificar a percepção dos professores sobre o modelo avaliativo adotado pela escola em que trabalham e sobre seu conhecimento e opinião acerca dos dispositivos previstos na Res. SEE nº 2197/2012. Em análise preliminar dos dados levantados a partir de questionários aplicados aos professores de 10 escolas estaduais, é possível observar que muitos deles, embora afirmem possuir conhecimento da legislação, não concordam com sua aplicação e tendem a reproduzir práticas avaliativas criadas em outro momento histórico. Conforme Perrenoud (1999, p. 66), esse modelo tradicional de avaliação gera uma situação de “chantagem” que impede a cooperação entre professores e alunos e gera um “jogo de força”. Na prática, os alunos continuam sendo treinados para fazer provas e obter notas. Referência: PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – Entre duas práticas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Palavras-chave: Avaliação; Avaliação cumulativa; Avaliação substitutiva; Avaliação qualitativa; Avaliação quantitativa; Resolução SEE nº 2197/2012.

● GESTÃO EDUCACIONAL



O presente trabalho tem como objetivo analisar, na perspectiva da gestão, as dificuldades para a efetivação da integração curricular nos cursos técnicos integrados do Campus Santos Dumont do IF Sudeste MG. A proposta de educação profissional a partir da criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2009) propõe uma audaciosa meta: integrar a formação propedêutica com a formação profissional. Neste sentido, intenta-se investigar o papel do gestor na construção do currículo integrado, de modo que, ao formar para o trabalho, leve-se em consideração os conceitos de currículo integrado e politécnica (SAVIANI, 2003; KUENZER, 2002). Tal pressuposto está assentado numa concepção marxista de educação, dentro da qual o ensino público e gratuito mescla a formação humana com a produção material (MARX, 1996), tendo em vista o desenvolvimento integral da pessoa na perspectiva do exercício da cidadania (CANIVEZ, 1991). Através de grupo focal, verifica-se que, entre os estudantes do Campus, prevalece a lógica da formação fragmentada: ou se prioriza a formação propedêutica ou a profissional. Assim, percebe-se que o ensino ofertado, apesar dos esforços da gestão, ainda está distante da formação politécnica integrada. Para enfrentar esta questão, foram analisadas as pesquisas de Ciavatta (2005), Ramos (2010) e Regattiere e Castro (2013) na busca dos eixos a partir dos quais a integração deve ser construída, a saber: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O trabalho de Cardoso (2017) também é usado como roteiro para entender as especificidades da gestão nos Institutos Federais. A partir destes dados, a pesquisa caminha para sua conclusão sinalizando para pontos que precisam ser enfrentados pela gestão tendo em vista a integração curricular: a expectativa dos estudantes quanto a formação profissional, a formação fragmentada do corpo docente, a criação de espaços democráticos de discussão, formação e construção do currículo integrado, a avaliação das ações implementadas e o estudo de exemplos exitosos de integração.

Palavras-chave: Gestão. Ensino Integrado. Formação Profissional.

Este trabalho apresentou uma reflexão acerca da prática e atuação da coordenação de creche pública em Juiz de Fora, com foco em sua gestão pedagógica. Também buscou abordar e compreender historicamente o surgimento das creches. Adotou-se como metodologia pesquisas bibliográficas e entrevista com profissionais que atuam na Secretaria de Educação de Juiz de Fora e com uma coordenadora de creche. O estudo realizado possibilitou conhecer um pouco mais sobre a história da creche e a articulação que deve existir entre as ações de cuidado e educação, tanto pelos educadores da instituição, como também pelas famílias. Mesmo com os avanços nas políticas públicas, ainda há muito a ser feito para termos uma educação de qualidade no atendimento às crianças pequenas. Este trabalho está centrado na investigação sobre a coordenação de creches públicas no município de Juiz de Fora. Cada creche pública possui um coordenador que exerce a função de coordenador pedagógico e diretor da instituição. É em torno da função de gestão pedagógica que o trabalho será direcionado. A metodologia utilizada baseia-se em estudos bibliográficos sobre a inserção da creche na educação, além da atuação do coordenador no âmbito das instituições de educação infantil. Por fim, ainda foram realizadas entrevistas com coordenadora de creches, no intuito de conhecer o trabalho realizado e a forma de como articular as ações de cuidado e educação junto aos profissionais das instituições. Esse estudo abre espaço para outras investigações, de modo a identificar o ponto de vista de outros atores das creches, tais como os educadores/professores, profissionais de serviços gerais, famílias e as próprias crianças. Necessárias pesquisas que mostrem desafios a serem enfrentados, de modo a contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais em direção a uma educação infantil de qualidade. REFERÊNCIA COSTA, Fernanda C. Garcia. Educação Infantil em Juiz de Fora/MG: o processo de transferência da administração das creches da assistência social para educação. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza, ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (orgs). O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Coordenador Pedagógico.

Estudos nacionais e internacionais na área educacional, especialmente no campo da Sociologia da Educação, têm apontado a relevância do clima escolar para a qualidade educacional (AGUERRE, 2004; BRUNET, 1992; BRITO e COSTA, 2010). Em pesquisa anterior, identificamos a percepção dos professores sobre o ambiente escolar como variável de maior significância para o seu nível de satisfação e para os resultados dos alunos. Neste estudo, propus uma reflexão sobre as características do trabalho do diretor escolar, levantando a hipótese de que algumas tarefas, posicionamentos e iniciativas do diretor influenciam diretamente o clima escolar, interferindo no trabalho do professor. Para aprofundar esta discussão, utilizei dados coletados pelos questionários destinados a professores e diretores da rede municipal do Rio de Janeiro - Survey 2016. No survey, aplicado a uma amostra de 20 escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, alguns itens foram especialmente pensados para captar a percepção dos respondentes sobre a liderança e o clima escolar, favorecendo a criação de índices e indicadores. No estudo a partir dos dados construídos, procuramos estimar possíveis relações entre o trabalho do diretor e a qualidade do clima escolar (ambos conforme a percepção dos professores da escola). A análise estatística apresentou importantes pistas para compreendermos esta relação e seus resultados serão detalhadamente apresentados. Nesta análise, buscou-se discutir os aspectos da construção de um clima propício para a aprendizagem que poderiam estar relacionados à atuação dos gestores escolares, trazendo, assim, novos instrumentos de reflexão para o campo.

Palavras-chave: Gestão escolar. Liderança. Clima escolar.

O ABANDONO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DA CDE 05 EM MANAUS/AM

Adriana Boh dos Santos;
Alexandre Chibebe Nicoletta

Este caso de gestão tem como objetivo identificar os motivos do abandono em duas escolas de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa e outra com menor taxa de abandono escolar. da Coordenadoria Distrital de Educação – CDE 05 [Manaus-AM]. Como objetivos específicos, pretendemos: I) Verificar quais os motivos do abandono escolar nas quatro escolas com maior taxa de abandono escolar da CDE 05, na visão de alunos, gestor escolar, assim como do Coordenador da Redução do Abandono Escolar – CRAE - da CDE 05. II) Analisar os motivos mais recorrentes de infrequência e abandono dentre os alunos que abandonaram as escolas em 2016 e que se matricularam nas respectivas escolas selecionadas para esta pesquisa em 2017; III) Propor um plano de ações mais efetivo de combate ao abandono escolar nas duas escolas deste referido estudo. O texto foi organizado em três capítulos que descrevem esta pesquisa. No capítulo I, contextualizamos o abandono escolar no Ensino Médio no Brasil e no Amazonas. No capítulo II, realizamos a análise dos fatores externos e internos à escola que incidem sobre o abandono escolar, sendo maior relevância a análise dos fatores internos que subsidiou a elaboração do plano de ação para prevenção e redução do abandono nas escolas estudadas. A metodologia de pesquisa escolhida foi a qualitativa, por meio do estudo de caso, no qual foram usados instrumentos de coleta como: a aplicação de questionários aos alunos, entrevista semiestruturadas aos gestores escolares e Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05 e uma pesquisa bibliográfica sobre a temática do abandono escolar no Ensino Médio. E, finalmente, no capítulo III, fazemos a proposição de um plano de ação para a prevenção e redução do abandono escolar nas duas escolas onde foi realizado o estudo de caso. Este trabalho apresenta como fundamentação teórica estudos realizados anteriormente sobre o abandono escolar, em que destacamos: Soares et al (2015) e Castelar (2010). A fundamentação teórica desta pesquisa nos demonstrou que vários estudiosos categorizaram os motivos do abandono escolar em 02 grandes grupos: fatores internos e fatores externos à escola. Esta pesquisa se ateve aos fatores internos à escola que incidem sobre o abandono escolar. Dentre esses, o principal motivo destacado é o desinteresse escolar, o que os alunos chamaram de falta de vontade de estudar.

Palavras-chave: Abandono Escolar. Ensino Médio. Rendimento Escolar. Equipe pedagógica. Parceiros externos e internos à escola.

A proposta da disciplina Reflexões sobre a atuação no Espaço Escolar I e o seu Estágio I ofertadas pela licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora de colocar o licenciando dentro da escola e das suas dependências a fim de analisar obter este contato cada vez mais próximo da sala de aula, fez com que eu tivesse a oportunidade de passar um período dentro do Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora². Através do estágio dentro desta instituição, pude acompanhar a dinâmica e didática do professor de Sociologia da escola a fim de identificar aspectos que poderiam me auxiliar na hora que estivesse à frente da turma ministrando a disciplina. Além desta questão, pude acompanhar também e auxiliar os bolsistas do PIBID que também estavam incumbidos de darem aulas durante três semanas como requisito deste programa. Desta forma, uma das minhas preocupações enquanto licenciando é a forma como nós, enquanto futuros professores de Sociologia, e os atuais professores podem contribuir para que os conhecimentos da disciplina sejam assimilados pelos estudantes. Portanto, a prática do estágio escolar tem proporcionado tanto quanto as práticas anteriores analisar não somente o espaço da sala de aula como também todo o contexto escolar que alunos e professores estão inseridos. Este relatório está dividido em seis partes. A primeira refere-se a descrição da escola, seus espaços físicos e localização na cidade. A segunda parte corresponde ao resumo das aulas que pude acompanhar durante o estágio. A terceira será a identificação de uma situação problema que analisei durante o acompanhamento, seguindo por uma análise desta situação baseada em um referencial teórico. Posteriormente colocaremos as nossas considerações acerca da construção do plano de aula e o mesmo será anexado nesta parte. Finalizando este relatório, traremos o nosso relato de intervenção, explicando como foram as aulas nas quais pude ministrar durante o estágio.

Palavras-chave: Estágio. Educação. Sociologia. Prática.

O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO PARA LECIONAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE CARANGOLA – MG: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS ENCONTRADOS

Ariane Pedrosa
Claudia da Costa Guimarães Santana

A presente pesquisa justifica-se pela experiência profissional da autora à frente da emissão das autorizações para lecionar a título precário (antigo CAT), em que vivenciou muitas dificuldades e desafios. O caso de gestão tem como problemática central: Quais são os desafios encontrados no processo de autorização para lecionar na Superintendência Regional de Ensino de Carangola? Nesse sentido, os objetivos definidos para este estudo foram descrever o processo de autorização para lecionar em Minas Gerais e especificamente na SRE de Carangola com base na legislação existente; analisar os critérios utilizados pelos servidores que trabalham com o CAT, as dificuldades vivenciadas por eles durante o processo da autorização e as possíveis consequências para os que recebem ou não a autorização e propor ações que aprimorem o processo na SRE de Carangola, de modo a superar as dificuldades encontradas. Tudo isso foi feito em diálogo com o referencial teórico-metodológico. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, tendo como base a pesquisa qualitativa e como instrumento entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Para tanto, foram feitas entrevistas com o atual e com o antigo gestor da Diretoria de Pessoal (setor responsável pela emissão do CAT); atual servidor, antigo servidor e servidor da SRE de Muriaé que trabalham com o CAT e com uma pessoa prejudicada pelo processo de autorização. Constatou-se que a gestão responsável pelo CAT não fornece capacitação para os servidores que trabalham na função de emitir essas autorizações; que a atual gestão da SRE desconhece os procedimentos adotados para emissão desses CAT e percebeu-se o caráter pouco objetivo desse processo, tanto no âmbito da SRE quanto entre as SREs, o que pode prejudicar os solicitantes das autorizações, pois em anos diferentes, dependendo de quem autoriza, eles podem ser autorizados para disciplinas diferentes; pode prejudicar o servidor que emite o CAT, visto que pode haver processo judicial e pode prejudicar a própria SRE, visto que o serviço é fornecido por ela. Devido a essas constatações nota-se a relevância do presente estudo, principalmente para a educação como um todo, pois diminuindo-se os desafios encontrados no processo do CAT, haverá maior possibilidade de serem autorizadas pessoas que possuam formação mais adequada ao conteúdo a ser lecionado.

Palavras-chave: Autorização para lecionar. Contratação de professores. Formação de professores.

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DOS CONSELHOS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOVERNADOR VALADARES

Andreia Mendes Costa

O presente estudo está sendo desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão aqui estruturado busca abordar os Conselhos ou Colegiados Escolares como instrumentos de concretização da gestão democrática na rede pública estadual de ensino de Governador Valadares. O estudo do assunto foi desenvolvido à luz de referenciais teóricos como Dallari (1984), Cury (2002; 2007), Paro (1992), Riscal (2010), Conti e Silva (2010) e Freire (1980; 1984; 1997). Os objetivos definidos para este trabalho acadêmico consistem em descrever as competências que a legislação e as normas de ensino conferem aos Colegiados Escolares, relacionando-as à atuação destes Conselhos em escolas públicas estaduais de Governador Valadares; analisar de que maneira os Colegiados Escolares têm executado as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora que os competem, verificando a contribuição institucional da SRE Governador Valadares para que este desempenho se efetive; e propor ações que contribuam para o aprimoramento da atuação da SRE junto aos Conselhos Escolares para que estes se fortaleçam enquanto instâncias legítimas de participação e gestão democrática no âmbito das escolas públicas estaduais do mesmo município. Foram assumidos como eixos norteadores deste estudo duas temáticas: a gestão democrática como princípio da educação nacional; e os fatores condicionantes da participação democrática, com ênfase nos aspectos (intra e extraescolares) que atuam como influenciadores da concretização deste princípio. Utiliza-se como metodologia o estudo de caso, adotando-se como instrumentos a realização de pesquisas qualitativas com diretores e conselheiros escolares de três unidades estaduais de ensino de Governador Valadares.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Colegiado Escolar. Gestão participativa do ensino público. Participação democrática.

A ESCOLA DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO GRÊMIO ESTUDANTIL

Cristiano Brugger
Adelaide da Silva Carvalho
Gizele Miranda Silva

O objetivo central desse trabalho é discutir a participação de jovens no cotidiano escolar através do Grêmio Estudantil da rede Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. Após quase uma década da inexistência do grêmio na referida escola, em 2017, houve a conscientização da importância da participação juvenil na gestão escolar. Buscou compreender os possíveis significados das aprendizagens que são adquiridas por estudantes envolvidos nessa agremiação. O Grêmio Estudantil é uma organização composta de estudantes jovens regularmente matriculados e frequentes numa instituição de ensino e que tem como objetivo a luta por direitos na escola, a exposição de suas ideologias e a resolução de problemas relacionados à educação e ao ensino. A organização, o funcionamento e as atividades inerentes aos grêmios são estabelecidos e aprovados através de assembleia realizada com os estudantes de cada estabelecimento de ensino, particular ou público. A atuação de um grêmio estudantil é importante para o protagonismo juvenil e para a gestão democrática da escola, uma vez que representa os anseios de todos os estudantes e atua nas demandas educacionais. Promover ações sociais, culturais e esportivas, políticas e nas áreas da saúde e do meio ambiente, podendo realizar eventos, debates, palestras, campeonatos de recreio, torneios, festas, festivais de dança, show de talentos, festas, excursões, elaboração de jornais escolares, entre outros são algumas das atividades recreativas e culturais que estão à frente da atuação do grêmio. Para uma melhor compreensão do assunto estudado, a principal ferramenta metodológica utilizada foi a observação e entrevistas semiestruturadas com os estudantes componentes do grêmio. Desse modo, a participação juvenil contribui para promover a ocupação de espaços para o reconhecimento de direitos fundamentais à formação do cidadão capaz de problematizar e refletir sobre a juventude numa perspectiva sociocultural. As análises revelaram, dentre outras, que o grêmio é um espaço de socialização e de estabelecimento de aprendizagens significativas que proporcionam aos estudantes lugar de práticas sociais e que as experiências vivenciadas com essas agremiações abrem espaço para reflexão e respeito às opiniões diferentes.

Palavras-chave: Protagonismo juvenil. Grêmio estudantil. Gestão democrática.

O DIRETOR ESCOLAR E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: COMPROMISSO SOCIAL E POLÍTICO

Ivana Corrêa de Souza Faour
Elisabeth dos Santos Tavares

A presente pesquisa, em andamento, tem como objetivo refletir e analisar o papel do diretor escolar na formação dos professores do ensino fundamental dentro do contexto escolar. Busca-se ainda, identificar as ações desse diretor na construção de espaços na escola que possibilitem essa formação permanente. Na abordagem do tema proposto, a pesquisa é alicerçada nas políticas de formação de professores no Brasil, destacando a relevância da formação continuada em serviço, como valorização da prática educativa. A partir de conceitos da gestão da escola, aborda a gestão democrática como caminho para a participação e promoção de espaços coletivos e colaborativos de formação. A partir da hipótese que, na maioria das vezes, o diretor escolar volta-se à burocracia da administração, distanciando-se do contato diário com os professores, principalmente no que se refere ao aspecto pedagógico, o problema da pesquisa se evidencia, o que justifica o presente estudo. Qual o papel do diretor escolar na formação docente? Esse profissional abdica da possibilidade de estabelecer diálogos valiosos para a melhoria do cotidiano escolar e da formação dos professores, fica oculto, mantendo-se no seu espaço de comando, reproduzindo uma cultura que o naturalizou como figura de poder. A pesquisa é de abordagem qualitativa e tem como metodologia o estudo de caso, realizado em uma escola da rede privada de ensino na cidade de Santos, Estado de São Paulo. Os instrumentos de coleta de dados são a entrevista semiestruturada e o questionário. Como resultados parciais, os dados coletados indicam que, na escola pesquisada, os professores apontam o excesso de burocracia que envolve o dia a dia do diretor da escola e sua ausência nos momentos de formação. Os professores demonstram ainda, compreender as demandas que envolvem a função do diretor escolar, mas declaram a importância deste profissional estar mais próximo deles. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os demais dados serão analisados, possibilitando considerações conclusivas acerca da problemática do estudo. Como exigência da apresentação de um produto final, por se tratar de um programa de mestrado profissional, pretende-se desenvolver um curso de extensão online “O diretor escolar e a formação dos professores na escola: compromisso social e político”, gratuito, pela possibilidade da pesquisadora atuar em uma universidade local.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Diretor Escolar. Formação dos Professores.

ESTUDOS ACERCA DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: DO NEOLIBERALISMO ÀS INTERVENÇÕES NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Janete Rodrigues Quintela Caboclo
Mariângela Camba

Esta pesquisa teve por objeto investigar os princípios norteadores e as concepções da Gestão Democrática, visando delinear sob as percepções docentes, o perfil do Gestor Escolar da Rede Municipal de Ensino, considerando sua práxis, articulações e intervenções no processo educacional da Unidade de Educação em que atua, face à Política de Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) Prova Brasil nas edições de 2013 e 2015, a fim de estabelecer relações entre os resultados de desempenho obtidos (Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB) pelos alunos matriculados nos 5ºs anos do Ensino Fundamental e o seu redirecionamento no processo de Ensino e de Aprendizagem. Os aportes teóricos que fundamentaram a pesquisa concentraram-se em Afonso, Azevedo, Bonamino, Dourado, Libâneo, Lück, Oliveira, Paro, Sander, Toschi e Vieira aliados à contribuições de diversos precursores teóricos, como apoio epistemológico para a discussão das Políticas Educacionais, Gestão Educacional e Gestão Escolar, sob o ponto de vista teórico, histórico e político, no cenário educacional. O método aplicado consistiu no descritivo exploratório, com abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta in loco embasaram a pesquisa de campo com a observação do contexto escolar e as entrevistas semiestruturadas e direcionadas aos Gestores e Docentes, além das fontes secundárias: análise documental e investigação bibliográfica. Os dados coletados foram agrupados em três categorias de análise pretendidas e comprovadas na Análise de Conteúdo de Bardin (2011) que consideraram a triangulação entre os embasamentos teóricos, os documentos legais e os elementos obtidos: I. Gestão Democrática, II. Desempenho dos alunos do Ensino Fundamental, III. Modus Operandi da ANRESC/Prova Brasil. Como resultados da pesquisa constatou-se que as concepções de gestão escolar adotadas na Rede Municipal de Ensino de Santos caracterizam-se em três tendências: gerencial, conservadora e democrática. Os gestores e docentes apontam como válida a implementação da ANRESC/Prova Brasil para a reflexão e replanejamento da práxis docente, embora desconheçam o seu Modus Operandi. A Avaliação Externa Prova Brasil tem produzido nos educadores, significados de cunho diagnóstico, de legitimidade técnica, de responsabilização (accountability), de competitividade, seletividade e classificação para o ranking das escolas.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Gestão escolar; Avaliação em Larga Escala (ANRESC) Prova Brasil; Rede Municipal.

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA EM UMA ESCOLA DA ZONA DA MATA MINEIRA

Cristina Mara Moreira
Vítor Fonseca Figueiredo

O presente estudo objetiva analisar o grau de envolvimento e o sentido de democracia que os sujeitos de uma instituição de ensino assumem em seu cotidiano, ou seja, busca refletir sobre os fatores que impedem a mobilização coletiva no espaço escolar. Trata-se de um estudo de caso sobre as dificuldades de envolvimento dos atores de um colégio localizado na Zona da Mata mineira. Para a realização das investigações nos pautamos na metodologia qualitativa e, para obter os dados necessários às reflexões, foram realizadas observações, questionários e entrevistas com representantes de todos os segmentos da escola, inclusive ex-gestores. As análises empreendidas tiveram como suporte teórico as pesquisas de Lück (2002); Paro (1997), Gadotti (1993), Libâneo (2004) e Carvalho (2011), dentre outros que, em alguma medida, lançaram as atenções sobre a construção de gestões escolares democráticas. A partir dos resultados coletados em pesquisa de campo e do referencial teórico escolhido, foi constatado que existe um conceito mal formado de democracia na instituição de ensino analisada e que a participação ocorre de maneira mais individualizada, atendendo antes a interesses próprios, o que afeta a convivência democrática. Observou-se, assim, uma resistência das pessoas em participar dos atos da escola de forma coletiva, o que constitui um obstáculo à realização de uma gestão mais eficiente e atenta aos interesses do grupo em que está inserida. Assim, o trabalho apresentado discute as dificuldades da promoção de uma gestão participativa e propõe ações que podem transformar o espaço escolar incentivando a realização do processo de ensino e aprendizagem por meio de práticas cidadãs compartilhadas, o que implica em atos democráticos. Referências: CARVALHO, J. M.de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 14.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. GADOTTI, M. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1993. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004. LÜCK, H. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002. PARO, V. H. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Ática, 1997.

Palavras-chave: Gestão Democrática e Participativa; Autonomia; Zona da Mata Mineira.

OS CONSELHOS ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA: A SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Aline Ferreira Rodrigues

Alexsandra Zanetti

Mayanna Auxiliadora Martins Santos

Considerando que a participação e mobilização social são elementos importantes para a construção de uma gestão democrática e, ainda, que identificamos que a participação do conselho escolar da Escola Estadual Rainha da Paz não condiz, em sua totalidade, com uma prática participativa efetiva, este estudo, que é parte de uma dissertação em andamento, objetiva compreender os fatores que dificultam a participação da comunidade na referida instituição. Para tanto, procedemos à descrição do cenário e o funcionamento do Conselho Escolar da Escola Estadual Rainha da Paz, referenciando sua caracterização no contexto macro dos órgãos colegiados com base legal. Realizamos, após esse processo, a análise da atuação dos membros deste Conselho e suas relações escolares como promoção da participação e gestão democrática da Escola Estadual Rainha da Paz com base referencial em Paro (1992;2008;2016) e sua abordagem sobre democracia na escola pública e Dallari (1984) em seus conceitos de participação, mobilização e política. Observamos a necessidade de construção de um plano de ação almejado em afetar positivamente a prática democrática de participação com o aumento das possibilidades de participação dos atores escolares, principalmente os membros conselheiros. O problema que deu origem à pesquisa partiu da prática da primeira autora, enquanto gestora da escola analisada, que recolheu evidências (atas de reuniões) que colocaram em pauta algumas percepções dos atores escolares em torno das funções do Colegiado Escolar. Para essa finalidade destacamos documentos oficiais de legitimação da democracia e atuação de instâncias de decisão partilhada nacionalmente e regionalmente. Refletimos os dados a luz da metodologia do tipo qualitativo, ou seja, a análise da realidade dos atores sociais a partir de seu contexto, sua perspectiva, suas falas. Para referenciar esse discurso, a opção das autoras foi pelo uso da entrevista e questionário como instrumentos de coleta de dados. O que este trabalho nos permite concluir até aqui é que já podemos ressaltar que as reuniões colegiadas são realizadas em condições aparentes, seguindo a legalidade, mas impedindo a mobilização social. Ainda destacamos, por hora, que a ausência participativa é relevante nas ações dos membros do Colegiado gerando condições inadequadas para a efetiva gestão democrática escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Conselhos Escolares; Participação; Mobilização Social; Educação.

OUVIDORIA EDUCACIONAL E INSPEÇÃO ESCOLAR: AS IMPLICAÇÕES DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NO TRABALHO DO INSPETOR ESCOLAR

Izabella Cavalcante Martins
Luiz Flávio Neubert

A presente pesquisa é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado discute o aumento do número de manifestações e denúncias recebidas pelo Serviço de Inspeção Escolar da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C. O foco do trabalho são as manifestações recebidas por meio da Ouvidoria Geral do Estado e encaminhadas pela Ouvidoria Educacional. O objetivo geral da pesquisa é analisar as principais causas das denúncias recebidas pelo Serviço de Inspeção por meio da OGE. Os objetivos específicos são: descrever o Serviço de Inspeção Escolar da SRE e o serviço de Ouvidoria Educacional em Minas Gerais, mapear os principais assuntos das manifestações recebidas na SRE nos anos de 2015 e 2016, analisar os principais fatores e, por fim, propor um plano de ação para prevenir e/ou reduzir as reclamações. Assumimos como hipóteses que o inspetor vem acumulando funções ao longo do tempo, contudo com o crescimento do número de denúncias, não vem conseguindo cumprir com parte de suas atribuições, já que grande parte do seu tempo é dedicado ao processo de apuração e resposta. Para embasar a discussão, o referencial teórico contextualiza a administração pública no Brasil e discute a criação das propostas de accountability da administração gerencialista, além de trazer considerações sobre o papel do inspetor nesse contexto e sua atuação na garantia de satisfação do cidadão-cliente. Para realização deste trabalho, utilizaremos como metodologia o estudo de caso, por meio de uma abordagem qualitativa, com a utilização de questionários e análise documental. Serão aplicados questionários a Diretores e Inspetores Escolares, com vistas a identificar sua percepção sobre o processo de apuração e resposta às manifestações e sobre as tipologias mais frequentes. A análise dos dados será feita por meio de análise de conteúdo. O plano de ação a ser proposto pretende definir ações que permitam que o inspetor possa cumprir com todas as suas atribuições, que englobam ações de orientação, fiscalização e controle, além da apuração e resposta às manifestações, com foco em ações preventivas que garantam também maior satisfação dos usuários dos serviços educacionais.

Palavras-chave: Serviço de Inspeção Escolar; Ouvidoria Geral do Estado; Ouvidoria Educacional; Manifestações; Fiscalização; Controle; Administração Pública.

O artigo tem origem na dissertação do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Programa de Pós-Graduação Profissional, que teve como objetivo identificar a influência da atuação do Assistente Técnico da Educação Básica – ATB/Auxiliar da Área Financeira nos processos de prestação de contas das escolas estaduais da circunscrição da Superintendência Regional de Ensino de Ubá (SRE/Ubá). O caso de gestão teve, assim, como objeto de pesquisa, os efeitos positivos da presença desse profissional nos processos de prestação de contas, do período de 2011 a 2016, constatados por meio da análise dos processos de prestação de contas das escolas, dos tipos e frequência das diligências baixadas e pelo exame de dados coletados através de questionários, aplicados aos Diretores Escolares e ATB/Financeiros atualmente designados nas escolas, e realização de entrevistas, com Técnicos e Analistas do Setor de Prestação de Contas da SRE/Ubá. Barroso, Lück, Arretche, Adrião, Peroni, Oliveira e outros fundamentam e dão consistência à análise do sistema de descentralização de recursos financeiros públicos à Caixa Escolar e a autonomia e gestão escolar. Percebemos que a descentralização, na verdade, se constitui numa desconcentração de atribuições de gestão em nível local, de políticas centralmente formuladas, sem levar em conta a capacidade própria de cada escola de assumir tais responsabilidades, resguardando ainda o princípio da soberania, onde a escola deve prestar contas ao governo estadual e/ou federal. A administração local deve se pautar na democracia e na participação da comunidade escolar, construindo sua autonomia, ainda que restrita, devido à impossibilidade de decidir sobre a destinação e priorização de recursos. Soma-se a isso, a falta de apoio técnico ao Diretor necessário à gestão financeira escolar. Deste trabalho, emergem possibilidades de execução de um Plano de Ação Educacional (PAE) com propostas de capacitação para Gestores Escolares, associados da Caixa Escolar e membros da Comissão de Licitação e a designação de ATB, com formação específica, a título de autorização especial da SEE/MG, para, na SRE, analisar e aprovar os processos em atraso, de modo a contribuir para a gestão e melhoria da qualidade da execução financeira nas escolas.

Palavras-chave: Caixa Escolar. Gestão Financeira Escolar. ATB/Financeiro

MATERIAIS PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA ROTINA PEDAGÓGICA ESCOLAR CRIADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE PROTOCOLOS DE AVALIAÇÃO COM FOCO NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Ana Gardennya Linard Sório Oliveira
Denylson da Silva Prado Ribeiro
José Marques Batista

Após a divulgação dos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE de 2016, foram feitas análises do seria exequível de melhora no desempenho dos alunos para a avaliação do ano de 2017. Pudemos observar que o resultado de alguns municípios poderia melhorar. Então, o Eixo de Formação de Gestores junto ao Eixo de Avaliação Externa da Coordenadoria com os Municípios (COPEM/SEDUC-CE), alinhou seus trabalhos focando o segundo semestre de 2017 na criação e divulgação de materiais para disponibilizar aos 184 municípios do estado do Ceará, chamando-os de Rotina de Outubro (com foco no SAEB) e Rotina SPAECE (foco no SPAECE). Para esta pesquisa, utilizou-se os microdados da avaliação referentes ao ano de 2017 chamados de protocolo, e a partir da comparação de resultados, foi possível verificar a evolução, permanência ou queda dos descritores das matrizes avaliadas. Objetivando a melhora no aprendizado dos alunos e, conseqüentemente, um melhor desempenho nas avaliações externas, foram elaborados dois conjuntos de materiais (rotinas e cadernos de itens) de apoio aos gestores escolares, professores e alunos. O primeiro conjunto de materiais foi composto por uma proposta de rotina de trabalho para o Núcleo Gestor da Escola na semana anterior ao SAEB, dois cadernos de itens para os alunos, abordando os conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa que apresentaram menor percentual de acertos no primeiro protocolo de avaliação e dois cadernos para o professor, que eram compostos pelos itens dos cadernos do aluno e um comentário pedagógico para cada item proposto. O segundo conjunto difere do primeiro no fato de conter uma rotina metodológica baseada para auxiliar na gestão de sala de aula, orientar ações dos gestores e que os cadernos para o professor incluem a parte teórica dos conteúdos que apresentaram maior dificuldade pelos alunos. A partir da aplicação dessas rotinas foi possível observar que houve um direcionamento da aprendizagem dos alunos para os conteúdos que se apresentavam críticos nas avaliações diagnósticas além de um maior engajamento dos professores e gestão nas semanas que antecedem as avaliações externas.

Palavras-chave: Gestão educacional; avaliações externas; análise de resultados.

AS AÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR QUE GARANTEM O SUCESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E IMPACTAM NO DESEMPENHO DOS ALUNOS: EXPERIÊNCIAS DE ESCOLAS MINEIRAS

Jânua Caeli Gervásio Galvão

Esta pesquisa, um Plano de Ação Educacional (PAE), tem por objetivo analisar como a gestão escolar de duas escolas públicas do Estado de Minas Gerais/Brasil, que alcançaram bons resultados nas avaliações externas, se apropria de uma política pública; e a partir daí, analisar como essa apropriação impacta positivamente no desempenho dos alunos. Para tanto, buscou conhecer melhor a fase de implementação de uma política que se efetiva na escola sob a coordenação do gestor, envolvendo todos os demais atores escolares (Professores e Especialistas de Educação Básica). Assim, identificou condicionantes comuns nos dois contextos escolares pesquisados que garantem o sucesso na implementação da política pública, bem como apontou o perfil de liderança e as dimensões de gestão escolar evidenciados nas escolas. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise de documentos relativos ao programa investigado, entrevistas semiestruturadas (com Diretoras, Professoras e Especialistas de Educação Básica envolvidos no desenvolvimento do PIP) e ainda observação do cotidiano escolar por meio de visitas in loco, no qual foram levantados dados e informações sobre a relação da ação de gestão escolar e os bons resultados dos alunos e das escolas. Todo o trabalho foi acompanhado por meio de levantamento e estudo de referencial teórico e pesquisas alusivas ao papel do gestor, enquanto membro da equipe de gestão escolar, com possibilidades de intervir positivamente na melhoria da qualidade do ensino da instituição escolar. Os dados encontrados demonstram que há relevância da atuação da gestão escolar com foco na gestão pedagógica na implementação eficaz e eficiente de uma política pública e nos bons resultados dos alunos e da escola. Sendo assim, apresentam-se os resultados positivos traduzidos em “boas práticas” identificadas nessa pesquisa para divulgação, por meio de um projeto, Projeto Laboratório de Gestão Escolar, às demais escolas pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) do município de Nova Era/Minas Gerais, com o intuito de aprimorar, adaptar e disseminar as possibilidades de uma gestão pedagógica bem sucedida.

Palavras-chave: Gestor Escolar; Políticas Públicas; Bons Resultados Escolares.

A GESTÃO ENTRE A APRENDIZAGEM E OS RESULTADOS: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL WALDEMIRO PITTA

Tamara Cecilia Rangel Gomes
Daniel Eveling da Silva
Victor Claudio Paradelo Ferreira

A busca por bons resultados nas avaliações em larga escala tem sido uma preocupação da maioria dos gestores escolares. Um dos fatores que podem influenciar no alcance desse objetivo é a adoção de um adequado modelo de gestão. Partindo desses pressupostos, a pesquisa cujos resultados estão aqui apresentados procurou investigar como tem sido conduzida a gestão do Colégio Estadual Waldemiro Pitta localizado em zona rural do município de Cambuci, região Norte Fluminense, estabelecendo as possíveis relações com o desempenho dos alunos nas avaliações. Ao observar os resultados obtidos pela instituição escolar, notou-se um forte crescimento do seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) entre os anos de 2007 a 2011, passando de 4,3 para 7,8 e, à época, obtendo o segundo melhor índice brasileiro. Frente a esses elementos tornou-se necessário investigar em caráter exploratório, por meio de entrevista semiestruturada, questionários e grupo focal com membros da escola, quais elementos gestores poderiam auxiliar tais dados escolares. Abordando-se qualitativamente as ações gestoras, objetivou-se compreender a percepção dos sujeitos sobre os processos adotados pela escola. A partir da pesquisa constatou-se a adoção de uma gestão participativa e atenta com as questões de inserção “ambiental” (MINTZBERG, AHLSTRAND E LAMPEL, 2010) buscando atender as demandas externas da comunidade, ao mesmo tempo em que inseria-se dentro das preocupações educacionais propostas pela Secretaria Estadual de Educação. Como exemplos de medidas relevantes, podem ser citados: oferecimento de curso normal a pedido da comunidade; estruturação de uma padaria financiada pelo governo estadual, complementando a merenda; envolvimento da comunidade nos projetos; disponibilização das dependências da escola aos finais de semana, favorecendo o funcionamento da biblioteca, quadra e demais espaços fora de dias letivos. Assim, o estudo permitiu correlacionar de forma significativa o resultado das avaliações externas com as práticas democráticas e de ensino da unidade, revelando o quanto são reverberadas para a comunidade em que encontra-se inserida. REFERÊNCIAS. MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B. e LAMPEL, J.. Safári de Estratégia. Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Palavras-chave: GESTÃO; IDEB; ESCOLA RURAL.

O trabalho é resultado de pesquisa concluída que analisou a gestão escolar numa escola estadual de um município do Rio de Janeiro, a partir de aspectos conexos às relações de trabalho em tempo de gerencialismo educacional pautado nas metas e resultados. Objetivava-se compreender como os gestores escolares articulam o processo de melhoria da qualidade educacional baseados nos índices das provas sistêmicas. A metodologia fundamenta-se na pesquisa qualitativa cujos instrumentos de análises foram os relatórios de campo do estágio supervisionado da disciplina de Política e Administração Educacional, obrigatória para estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e os debates feitos em sala de aula, relacionados ao tema. O contexto da escola foi analisado a partir da mudança da direção que ocorreu em 2014 tendo em vista compreender como as cobranças em relação ao desempenho dos estudantes, frente às provas sistêmicas, impactaram ou não a perspectiva da gestão e de que forma interferiram nas ações dos professores. Os gestores da escola organizaram espaços coletivos para repensar a escola e refazer o Projeto Político Pedagógico. Nessa perspectiva, apoiaram-se no trabalho escolar com ênfase nos projetos interdisciplinares, que envolviam os três turnos. Esses projetos foram construídos e efetivados coletivamente, aproximando professores, que tinham como meta sinalizar em índices, o desempenho geral da escola. Os resultados apontam para uma iniciativa de trabalho com ênfase na gestão democrática, com repercussões diretas na organização da escola. Na perspectiva da obtenção da qualidade educacional, outro aspecto salientado se referiu à comparação entre os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) realizados em 2014 e 2015, cujas médias alcançadas pelos estudantes demonstram um pequeno avanço nos seus resultados. Conclui-se que a escola melhorou seu nível de desempenho e que as ações dos gestores possibilitaram um clima de respeito e crescimento profissional coletivo. Além disso, evidenciou-se que mesmo em tempos de controle exacerbado por parte do modelo gerencialista de gestão escolar, foi posto em prática na escola, o processo democrático que possibilitou a participação coletiva que fez a diferença não apenas no interior da escola, mas também, nos resultados referentes às avaliações externas.

Palavras-chave: Escola; Gerencialismo Educacional; Gestão Democrática.

A liderança do diretor escolar, sobretudo em contextos de tensões e contradições, adquire papel de destaque na escola por envolver tarefas relativas à garantia do funcionamento da unidade de ensino, com destaque para os aspectos pedagógicos concernentes ao processo de ensino aprendizagem. Nesta perspectiva, o diretor é apontado como uma liderança capaz de aumentar a qualidade educacional e interferir positivamente no desempenho discente. Entretanto, esta liderança pode estar fundamentada na crença da autoeficácia, que pode ser definida como sendo o julgamento do gestor sobre as próprias capacidades para estruturar cursos de ação específicos a fim de produzir resultados desejados na escola por ele dirigida. Um diretor que confia na própria capacidade para produzir resultados desejados exerce a liderança de modo a possibilitar um ambiente de apoio aos docentes e funcionários, articulando visões diferentes e estabelecendo altas expectativas de desempenho, ao invés de apenas controlar as ações. Neste artigo, pretende-se investigar a crença da autoeficácia, relacionada à direção pedagógica da escola, na percepção de diretores das escolas públicas estaduais pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Uberlândia. Em última instância, o objetivo da socialização desta análise é fornecer aos profissionais e pesquisadores da área de gestão escolar possíveis associações entre autoeficácia e liderança no contexto da SRE de Uberlândia. A perspectiva metodológica adotada é quantitativa, com aplicação de questionários online para os 70 diretores e secretários das escolas estaduais da SRE de Uberlândia. Para realizar a análise dos questionários, foi utilizado o software SPSS, através do qual constatou-se: (i) no que tange a autoeficácia, os diretores se sentem mais eficazes em relação aos procedimentos vinculados a sua função – planejar e cumprir suas atividades, solucionar problemas burocráticos –; do que àqueles que remetem aos aspectos pedagógicos da gestão – elevar o desempenho dos alunos no SIMAVE.; (ii) já a liderança é percebida pelos secretários de forma positiva, embora apresentem indícios de uma gestão que nem sempre é democrática. Portanto, embora os diretores apresentem de forma consistente a crença da autoeficácia, ela pode estar sendo utilizada para exercer uma liderança que mescla aspectos democráticos e autoritários.

Palavras-chave: Autoeficácia; Liderança; Gestão Escolar.

A CONSTITUIÇÃO DE GRÊMIOS ESTUDANTIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DE MINAS GERAIS E SEU LUGAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Andréa Botelho de Abreu
Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

O objetivo deste caso de gestão foi identificar os entraves à constituição do grêmio estudantil, enquanto espaço de participação da juventude no cotidiano das escolas e de fortalecimento da gestão democrática, considerando a Política de Fomento à Participação Estudantil da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que a partir da implementação do Projeto Virada Educação Minas Gerais (VEM) visa combater a evasão escolar da população mineira de 15 a 17 anos e aproximar a escola da juventude. Como recorte de pesquisa foram selecionadas duas escolas estaduais de Belo Horizonte que apresentam situações opostas quanto à participação estudantil e viabilizaram a resposta à questão norteadora: quais os entraves à constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de Belo Horizonte, no contexto da política de fomento à participação estudantil que, dentre outros objetivos, visa à democratização da gestão escola? Na descrição do caso, foram apresentados o contexto de elaboração e implementação da VEM, dados sobre cenário do ensino médio no Brasil e em Minas Gerais e sobre as Unidades Escolares. Para coleta de dados foram criados e utilizados fóruns de discussão em grupos de Whatsapp com estudantes e gestores. O referencial teórico considerou conceitos e discussões de Dayrell (2016); Dayrell, Carrano e Maia (2014); Lück (2013) e Paro (2016) sobre juventude, participação e gestão democrática. A pesquisa revelou que predomina, entre os gestores, uma percepção negativa de juventude, associada a hedonismo, irresponsabilidade e imaturidade, e que a participação reduz-se à verbalização de opiniões. O Plano de Ação Educacional (PAE) proposto intenta, a partir da implementação do Projeto #VemPraJuventude, incentivar o protagonismo juvenil e ampliar os espaços de participação dos jovens, enquanto sujeitos do processo educativo, essenciais ao fortalecimento da gestão democrática da escola. DAYRELL, Juarez (org.). Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Maza Edições, 2016. DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. (org.) Juventude e Ensino Médio: Diálogo, Sujeitos, Currículos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. PARO, Vítor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil; Juventude; Participação; Gestão Democrática.

A GESTÃO DE PROGRAMAS/PROJETOS COMO FATOR DE SUCESSO: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO HOLANDA MONTENEGRO DO CEARÁ

Antonio Roberto de Araujo Souza
Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim
Helena Rivelli

A pesquisa teve como objetivo analisar as práticas da gestão da Escola Francisco Holanda Montenegro no desenvolvimento, articulação e integração entre seus programas/projetos e propor a realização de formação para os gestores escolares das escolas da Regional de Educação 16 a partir das conclusões possíveis do caso de gestão estudado. Este mapeia e discute as ações de articulação entre programas/projetos implantados na escola a partir do bom desempenho em Língua Portuguesa e Matemática no SPAECE no período de 2010 a 2014. A discussão teórica se baseou em Franco et al (2007), Soares (2004), Alves e Soares (2008), Sammons (2008), Polon e Bonamino (2011); Franco e Bonamino (2005); Polon (2013), Lück (2009), Fonseca e Oliveira (2009), Zanon e Pedrosa (2014) e Mello (2014). A metodologia de pesquisa utilizada foi do tipo qualitativa e foram utilizados como instrumentos para coleta de dados a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa revelaram que a escola desenvolve um conjunto de programas/projetos de forma articulada e integrada na rotina de trabalho pedagógico. Mostraram também que tanto o desenvolvimento das ações da escola através de uma pedagogia de projetos quanto a articulação e integração, fortalecida pelo acompanhamento, monitoramento e suporte dado aos professores pelos gestores escolares são fatores que podem ser associados ao desempenho da escola no SPAECE e ENEM. Porém, os bons resultados da escola advêm de uma forte cultura da avaliação implantada e consolidada na escola. Isso tem levado a escola a priorizar o uso das matrizes de referência das avaliações externas em detrimento da matriz curricular do estado, o que permite concluir que os resultados nas avaliações externas a partir da gestão de programas/projetos não indicam por si só fator de sucesso. Entretanto, a pesquisa identificou práticas na gestão de programas/projetos na escola que combinados com uma discussão teórica serve de ponto de partida para a formação de gestores escolares.

Palavras-chave: Gestão escolar. Articulação/integração. Sucesso escolar.

O presente resumo apresenta as conclusões de pesquisa de mestrado empreendida a fim de compreender como as atividades práticas e experimentais eram desenvolvidas pelos docentes da área de Ciências da Natureza em uma escola estadual de Presidente Figueiredo, município localizado na região metropolitana de Manaus. Nesse contexto, o seguinte problema de pesquisa foi delineado: de que modo as atividades práticas e experimentais são incorporadas à prática dos docentes das disciplinas que compõem as Ciências da Natureza? A área de Ciências da Natureza no Ensino Médio compreende as disciplinas de Biologia, Física e Química, que apresentam conteúdos que exigem dos estudantes determinadas habilidades de abstração. Convém esclarecer que as atividades práticas e experimentais aqui discutidas são, assim como propõe Andrade e Massabni (2011, p. 840), “aquelas tarefas educativas que requerem do estudante a experiência direta com o material presente fisicamente, com o fenômeno e/ou com dados brutos obtidos do mundo natural ou social”. A pesquisa foi realizada em dois momentos: (i) uma etapa exploratória, com aplicação de um formulário aos professores da área de Ciências da Natureza da escola pesquisada; e (ii) uma etapa com entrevistas semiestruturadas realizadas também com os professores, a equipe gestora e pedagógica. As análises se desenvolveram em torno de dois eixos principais, selecionados a partir da literatura sobre o tema: o papel da prática e da experimentação no ensino de ciências e as concepções sobre a natureza da ciência. Os dados mostraram que a equipe docente não tem se articulado suficientemente em torno de projetos que aproveitem melhor o recurso das atividades práticas e experimentais. Os professores expressam uma situação não incomum entre os docentes das Ciências da Natureza, que tende a utilizar a prática apenas como uma confirmação da teoria ou ilustração de algo que já foi trabalhado pela exposição. Além disso, a concepção de uma utilização de práticas e experimentos apenas como demonstração foi marcante, sugerindo uma percepção de ciência estática e acabada. REFERÊNCIAS: ANDRADE, M. L. F.; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 17, n. 4, p. 835-854, 2011.

Palavras-chave: Ensino das Ciências da Natureza; Atividades práticas; Ensino Médio.

10 ANOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA EM RONDÔNIA: UM CASO DE GESTÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Francisca Cristina de Oliveira e Pires
Magno Carvalho Martins

O presente resumo é fruto de pesquisa de mestrado, em andamento, que visa discutir sobre a implementação e os 10 anos de execução do programa Formação pela Escola em Rondônia do governo federal brasileiro. Tal Programa iniciou-se no ano de 2006, ocorre na modalidade à distância, visa a formação continuada e tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. O Formação pela Escola em Rondônia já formou, até o momento, 119 tutores que ofertaram 916 turmas, resultando em mais de 27 mil matrículas, contemplando assim 45 dos 52 municípios do estado, o que justifica o nosso interesse de estudo. Temos como objetivos: (i) Apresentar informações sobre a criação e o funcionamento do programa; (ii) Mostrar a realidade do programa em Rondônia; (iii) Apontar os desafios para a sua continuidade. Como trata-se de um estudo ainda em andamento, estamos realizando a leitura de relatórios gerados pelo sistema de informação do programa, bem como da legislação que o normatiza e dos cadernos de estudo dos módulos ofertados pelo mesmo. Pretendemos, de forma a complementar essa pesquisa documental, realizar pesquisa de campo, com amparo de questionários e entrevistas direcionados aos atores envolvidos no processo. De forma a auxiliarmos de todo o material pesquisado, estamos nos amparando em alguns estudiosos da área, como Pires (2017), Preti, Paz e Lino (2013) e Dallari (1984). Pretendemos, portanto, com essa pesquisa de mestrado, não somente nos aprofundarmos no conhecimento do Programa Formação pela Escola em Rondônia, mas também auxiliar a gestão pública na promoção de uma gestão democrática. REFERÊNCIAS DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense, 1984. 104p. PIRES, Francisca Cristina de Oliveira. Dimensões da Tutoria da educação a Distância: perfil, formação e prática. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. JUIZ DE FORA, 2017. Tese de Doutorado. PRETI, Oreste; PAZ, Adalberto Domingos da; LINO, Élide Maria Loureiro. FORMAÇÃO PELA ESCOLA: Módulo Competências Básicas. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2013. 144p.

Palavras-chave: Formação continuada; gestão; educação a distância.

A Superintendência Regional de Ensino - SRE Nova Era aprimorando a gestão de processos nos atendimentos com autonomia e empoderamento dos servidores, buscando a melhoria do desempenho dos serviços educacionais prestados nas/para as escolas, aposta na utilização da Ferramenta de Gestão do Google - DRIVE. O trabalho iniciou com o Núcleo de Tecnologias Educacionais num processo de monitoramento de serviços utilizando ferramentas educacionais da web. Equipes foram capacitadas para seu uso, de forma sistêmica, aplicada às suas demandas. Com o conhecimento técnico adquirido, foi vislumbrada a possibilidade de expandir sua funcionalidade aos serviços executados pela SRE. Após alguns ensaios e estudos, verificou-se que seria aplicável na gestão pedagógica dos programas, projetos e serviços da Diretoria Educacional. Assim, nasceu o PROJETO GESTÃO COMPARTILHADA VIRTU@L, abarcando uma tendência, em via de regra, a consolidação de uma marca, demandando uma ação atenta, diária e sistemática por parte dos gestores. O Projeto consiste no uso do e-mail institucional que dá acesso ao Drive (ambiente virtual) e permite, de forma organizada, prática e on line, a elaboração de formulários e planilhas sobre conteúdos e serviços com perspectivas de compartilhar e monitorar as demandas de trabalho em andamento ou concluídas, identificando as necessidades com promoção de intervenções e melhorias. Neste passo, há ações distintas. São criadas pastas por serviços, de forma padronizada e de uso restrito, para edição ou para visualização. Outra ação é a divulgação no Site/SRE dos conteúdos e serviços de acesso público. Este projeto foi apresentado a outras SREs, à SEE e SMEs no intento de disseminar a prática de monitoramento e atuação no gerenciamento pedagógico. Algumas SREs iniciaram sua implementação. O projeto apontou alguns desafios. A mudança de comportamento das equipes faz-se necessária no sentido de ampliar a visão das demandas, de organizar as ações na SRE e nas Escolas, com celeridade e ainda de obter dados coerentes e reais. Os resultados traduzem em demanda quantificada, em informações disponíveis de rápido acesso, comprovando a eficiência do Projeto. Assim, partiu-se para a orientação dos servidores das Escolas no sentido de usarem a ferramenta de forma autônoma. Equipes caminhando juntas no PROJETO GESTÃO COMPARTILHADA VIRTU@L rumo à excelência!

Palavras-chave: Gestão compartilhada; educação; tecnologias.

A partir das aulas vivenciadas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), o grupo do convênio firmado com a Prefeitura do Recife, demonstraram o desejo de realizarem rodas de conversas, abertas a Gestores Escolares, Coordenadores Pedagógicos e professores, para socializar alguns temas voltados para liderança, gestão escolar, planejamento estratégico, financiamento da educação, análise de políticas públicas, entre outros temas. A ideia foi sendo ampliada e resultou na instituição de uma rede com os professores com perfil de pesquisadores e de através de instrução normativa da Secretaria de Educação, foi instituída a TEIAS: Rede de Doutores e Mestres. Cujo objetivo é Interconectar Professores Doutores, Mestres e Estudantes de Pós-graduação (Stricto Sensu) da Rede Municipal de Ensino do Recife, visando ampliar, aprofundar e compartilhar pesquisas desenvolvidas no campo da educação, como também incentivar a produção científica e suas publicações. A materialização deste objetivo através das ações de encontros mensais, seminários de socialização, divulgação de defesas, participação em eventos científicos, publicações de artigos, grupos de trabalhos temáticos e intercâmbio com IES. Tais ações fomentam o surgimento de novas práticas pedagógicas e o desenvolvimento de metodologias que minimizem os desencontros entre as teorias e as práticas, bem como buscarão articular os estudos realizados com a Política de Ensino da Rede e as pesquisas realizadas nas unidades educacionais da Secretaria de Educação, inclusive emitindo cartas de anuência e acompanhamento sistemático. Atualmente a rede TEIAS consta com 264 professores cadastrados, já foram realizados dois seminários de socialização de pesquisa e algumas cerimônias de reconhecimento para os professores que concluíram seus cursos de mestrados, realizados através de convênios da Prefeitura do Recife e universidades, incluindo a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Pesquisa, Valorização Profissional, Professor Pesquisador.

UMA PRÁTICA DIFERENCIADA NA COORDENAÇÃO DE ENSINO: UMA UTOPIA?

Miriam Raquel Piazzini Machado
Alesandra Maia Lima Alves

A prática escolar na coordenação de ensino do primeiro segmento do ensino fundamental no Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é apresentada nesse relato de experiência. Fizemos um recorte e pretendemos destacar iniciativas de gestão democrática desenvolvidas por nós, professoras coordenadoras, na nossa atuação cotidiana. No exercício da coordenação temos a oportunidade de estabelecer laços mais estreitos entre as famílias, técnicos administrativos, professores e os estudantes, considerados como atores participativos no processo educacional. Há uma constante resolução de conflitos e, conseqüentemente, um outro olhar sobre a realidade escolar, num processo em que a escola e suas questões são vistas sob um ponto de vista mais amplo. Portanto, o trabalho na coordenação se dá em parceria com os professores, Assistente de alunos, Psicóloga, Assistente Social, Pedagoga e os próprios alunos. O planejamento do dia a dia, calendários, reuniões e propostas de trabalho possibilitam uma compreensão diferenciada e mais global do ambiente escolar, assim como uma intervenção mais direta. A mediação que se busca nos amplos espaços escolares contribui para a resolução de muitos conflitos que impedem que a aprendizagem aconteça. Consideramos que esse modelo de gestão representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no dia a dia escola. Enfatizaremos nesse trabalho, ainda, o Programa de Treinamento Profissional da UFJF e Monitoria Júnior. Esses programas são regulamentados pela UFJF e têm como objetivo principal possibilitar o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de discentes da graduação, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. Concluímos que pensar a gestão de forma democrática não é uma utopia, mas uma necessidade. Na escola se relacionam diferentes atores e encontrar o consenso é uma necessidade para a construção de uma instituição pública democrática, que atenda aos interesses da comunidade escolar.

Palavras-chave: Coordenação de Ensino; gestão democrática; aprendizagem.

● ENSINO SUPERIOR



FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM CAMPUS JANAÚBA

Maria Gisenilda Barbosa
Amédís Germano dos Santos

Uma das estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 para atender ao objetivo de elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior é estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas, assim essa proposta traz à tona uma série de questões relevantes para os gestores universitários, dentre elas, o desafio de entender as escolhas dos estudantes pelo curso de graduação. Dessa forma, o objetivo deste estudo é identificar quais os fatores que influenciam o estudante a escolher o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BC&T) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM – Campus Janaúba, bem como as expectativas em relação a qual curso decorrente (engenharia) que os alunos desejam ingressar no 2º ciclo de formação. A amostra da pesquisa é composta por 143 alunos regularmente matriculados no BC&T do referido Campus no mês de setembro de 2017. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionários e a análise está sendo realizada numa abordagem quali-quantitativa com o auxílio de um software estatístico. Os resultados parciais da pesquisa demonstram que 49,6% dos alunos decidiram ingressar no BC&T durante a inscrição no processo seletivo (SISU e SASI), no entanto somente 12,5% declararam que a escolha se deu pela facilidade do ingresso, pois foi o único curso que a sua nota do ENEM permitiu ingressar; outros 30,7% escolheram o curso pela oportunidade de estudar em uma universidade federal; 28,6% pelo possível sucesso profissional e financeiro que o curso permite, outros 12,5% optaram pelo BC&T por ser a única graduação gratuita perto de casa ou pela oportunidade de voltar a morar na casa dos pais e estudar e somente 15,3% escolheram porque se identificaram com o curso. Quanto à escolha dos cursos de formação profissional a serem cursados após a conclusão do BC&T, somente 45,5% dos alunos pretendem ingressar no próprio Campus. O conhecimento desses fatores possibilita reflexões acerca dos desafios da redução das vagas ociosas que serão geradas nos cursos de engenharias decorrentes do BC&T, devido à migração dos alunos para outros Campi, bem como evidencia o debate sobre a oferta de novos cursos com maior atratividade para a região.

Palavras-chave: Política de expansão; Interesse Público; Bacharelado interdisciplinar.

O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A FORMAÇÃO DA PROFESSORA DA CRECHE?

Patrícia Maria Reis Cestaro
Núbia Aparecida Schaper Santos

O trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado, circunscrita no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF. A investigação tem como objetivo principal: compreender como estão sendo delineadas as estruturas curriculares dos cursos presenciais de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no que se refere à formação de professoras que atuam ou vão atuar no contexto da creche. Pretende-se abordar a revisão bibliográfica relativa ao tema, com base nas seguintes fontes: Grupo de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); ScientificElectronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). É importante ressaltar que a educação das crianças de 0 a 5 anos vem sendo discutida no contexto das políticas públicas e produções acadêmicas, no entanto, este ainda é um processo lento, com pouca visibilidade e reconhecimento de sua importância. São muitas as pesquisas que tratam da formação docente, porém, são poucos os trabalhos que direcionam o seu olhar para a formação de professoras da Educação Infantil. Em se tratando da creche, a situação é ainda mais preocupante. Pode-se evidenciar a fragilidade a partir do próprio levantamento das produções aqui abordadas. Em um universo de 36 trabalhos, apenas 13 são direcionados às especificidades da atuação no contexto da creche, ou seja, 36,11% do total. E desses 13, apenas 5 analisam a estrutura curricular dos cursos de Pedagogia, especificamente no tocante a formação da professora da creche, ou seja, 13,88% do total dos trabalhos. Pode-se considerar que há um movimento na direção do reconhecimento da Educação Infantil, com a inclusão de disciplinas que tratam dessa área, principalmente após o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006). No entanto, há que se repensar a necessidade de superar o modelo escolarizado e caminhar rumo à legitimação de uma pedagogia mais adequada às práticas educativas que reconheçam os direitos, interesses e necessidades dos bebês e crianças bem pequenas no cotidiano da creche.

Palavras-chave: Cursos de Pedagogia; Formação docente; Produções acadêmicas; Creche; Bebês e crianças bem pequenas.

A GESTÃO DE PROCESSOS DO ENSINO DE GRADUAÇÃO: ESTUDO SOBRE AS DEMANDAS DE VISITAS TÉCNICAS E TRABALHOS DE CAMPO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Edilvana Mara da Silva Lopes
Cassiano Caon Amorim

O presente trabalho é um recorte de dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão apresentado discute os problemas de gestão acadêmica das demandas por trabalhos de campos e visitas técnicas, entres outras denominações por experiências formativas realizadas em espaços distintos do campus da UFJF, que chegam à Pró-Reitoria de Graduação por meio de pedidos de custeio. Dessa forma, este estudo tem por objetivo geral analisar os processos de viagens formativas nos eixos pedagógico e administrativo. Especificamente objetiva-se: i) descrever os fatos que caracterizam a falta de sistematização de processos para custeio de trabalho de/em campo dos cursos da graduação, como um problema de gestão da PROGRAD; ii) analisar a dimensão do problema, nas perspectivas pedagógicas e gerenciais; iii) propor um Plano de Ação Educacional, envolvendo ações administrativas e gerenciais, para a resolução do problema. Assumimos como hipóteses que a temática envolve ações administrativas entre diversos setores, não existem processos sistematizados para atendimento às demandas das viagens e não há um sistema eficiente de difusão de informações e conhecimentos sobre o tema. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho possui natureza aplicada, com abordagem qualitativa e descritiva de estudo de caso, buscando analisar como são constituídos os processos administrativos e pedagógicos para viagens formativas e qual a importância do tema para a formação discente. Para tanto, utilizamos como instrumentos a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas com coordenadores de sete cursos de graduação do campus de Juiz de Fora. Com base nas evidências trazidas pelas pesquisas, propomos ações administrativas participativas, interativas e transparentes, visando à implementação de processos sistematizados e à difusão da gestão do conhecimento para o atendimento e fomento das viagens formativas nos cursos de graduação da UFJF.

Palavras-chave: Trabalho de campo. Visita técnica. Viagens formativas. Sistematização de processos. Gestão do conhecimento.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO E ALGUNS DOS SEUS IMPACTOS SOBRE A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS

Cristiane Silva França

O presente trabalho objetiva instigar a reflexão sobre conceitos que envolvem a gestão democrática da educação, no tocante à sua realização no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras. Considerando-se aspectos legais e políticos que nortearam e norteiam a educação brasileira a partir da década de 90 até o momento atual, este estudo traz à tona algumas questões relacionadas às políticas públicas nacionais para o ensino superior e suas implicações sobre a gestão das instituições universitárias públicas de ensino - aspectos que impactam diretamente em seu funcionamento e em sua gestão. A esse respeito, vale ressaltar que as últimas décadas foram marcadas por profundas mudanças nas políticas educacionais e, conseqüentemente, as IPES têm se deparado com a necessidade de reorganizar-se acadêmica e administrativamente, em sua gestão, para melhor atender seus públicos interno e externo (hoje mais diversificados do que antes). Para além da análise aqui proposta, salienta-se a relevância deste tema para a atualidade, especialmente porque, como alguns dos reflexos destas políticas tem-se a expansão desse nível de ensino, contemplando maior número de pessoas nos cursos de graduação das Universidades, e a necessidade de maior participação em instâncias institucionais colegiadas de decisão, dos atores que dela fazem parte. É neste contexto que a busca pela realização de uma gestão que seja democrática, torna-se ímpar. Para tanto, a revisão de literatura é a metodologia utilizada no presente artigo, que é parte da etapa inicial de uma pesquisa de doutoramento na linha 'Gestão, políticas públicas e avaliação educacional', do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sobre os documentos norteadores de uma análise inicial legal, importante se faz citar a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996. Entre as referências teóricas consultadas estão as abordagens de Dalila Andrade Oliveira (1997; 2011; 2013), Luiz Antônio Cunha (2004), Luiz Fernandes Dourado (2002) e Vitor Henrique Paro (2002). Tais autores contribuem para o alcance do objetivo proposto para este estudo, oferecendo elementos que subsidiam a construção de uma visão mais ampla sobre a gestão das IPES brasileiras.

Palavras-chave: Gestão. Gestão democrática. Ensino superior. Políticas públicas. Educação.

Objetivo(s): Compreender o desenvolvimento do Conceito de Diálogo dentro da formação de educadores do ponto de vista de uma epistemologia pedagógica crítica como proposta por Paulo Freire. -Problema da pesquisa: Qual a compreensão de Paulo Freire sobre o conceito de diálogo? Como o conceito é apresentado dentro da “Pedagogia do Oprimido” e como se desenvolve tendo como proposta de fundo a epistemologia de uma educação crítica? -Metodologia utilizada: A metodologia utilizada é a análise bibliográfica crítica, que busca compreender determinado construção teórico-prática dentro da obra do autor, interagindo-se com outros autores da época e seu contexto sócio-histórico. -Discussão dos dados: A análise da obra Pedagogia do Oprimido constitui o grande corpus desta pesquisa. Com atenção ao terceiro capítulo da obra, onde Paulo Freire reflete acerca do que chama de ‘Dialogicidade’. Nesse sentido, Freire apresenta o diálogo como ‘encontro entre homens mediatizados pelo mundo’. Três aspectos chamam a atenção: a) a ideia de que diálogo é um encontro, uma possibilidade ou acontecimento dentro da existência; b) Este encontro não se dá entre coisas, mas entre homens e mulheres, seres históricos e socialmente constituídos e c) há a mediação do mundo no encontro: o contexto onde a palavra é pronunciada é o próprio mundo, entendendo-se aqui como aquilo que circula e constitui o que Paulo Freire chama de ‘Identidade Cultural’. Ainda neste capítulo, o autor desenvolve a ideia da do diálogo como ‘exigência existencial’, ou seja, o homem se constitui existencialmente no diálogo e, por isso mesmo, a educação não poderia se furtar de ser um processo dialógico. Ainda Freire apresenta condições do que considera como diálogo e sua operacionalidade nos ‘temas geradores’. Estes e outros aspectos são sumários dentro da formação de educadores, como o mesmo autor retomará em seu livro “Professora Sim, Tia Não: Cartas a quem ensina”. - Considerações finais: A formação dos educadores, se pensada de forma crítica, perpassa pelo diálogo. Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido”, defende tal pressuposto apresentado toda sua formulação epistemológica que posteriormente seria constantemente revisitada. Neste sentido, voltar a obra e aprofundar a compreensão do tema se faz fundamental para a formação de educadores que desejam a emancipação dos educandos juntamente com eles.

Palavras-chave: Diálogo; Pedagogia Dialógica; Pedagogia Crítica.

O presente estudo, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), apresenta um caso de gestão que busca discutir as principais causas da reprovação entre os alunos dos cursos de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo geral da pesquisa é: compreender os aspectos que envolvem a reprovação nos cursos de Engenharia Elétrica da UFJF. E os objetivos específicos são: (i) descrever o problema da reprovação nos cursos de Engenharia Elétrica na UFJF; (ii) analisar as principais causas da reprovação nos cursos de Engenharia Elétrica; e (iii) apresentar um Plano de Ação Educacional, visando a amenizar esse problema nos cursos de Engenharia Elétrica. Os principais achados da pesquisa apontaram para um conjunto de causas que puderam ser agrupados em três dimensões: a dimensão individual, associada à falta de dedicação dos alunos aos estudos; a dimensão contextual, associada à falta de domínio de conteúdos básicos de matemática e física; a dimensão institucional, organização curricular das disciplinas, apresentando pouca relação entre a teoria e prática profissional, associada ao excesso de créditos em alguns períodos, forma como os professores ministram as aulas e a falta de estrutura física nas unidades acadêmicas. A partir de tal análise, apresenta-se um Plano de Ação Educacional, que visa principalmente a medidas que venham contribuir com a diminuição da reprovação nos cursos de engenharia, consistindo na criação do serviço de acompanhamento pedagógico aos alunos do curso, na criação de disciplinas de nivelamento em física e matemática, na criação de um fórum para discutir a grade curricular do curso, na oferta de curso de capacitação didática para os professores que atuam no curso, na criação da disciplina Metodologia de Ensino Superior para os alunos do curso de doutorado em Engenharia Elétrica.

Palavras-chave: Reprovação; Reuni; Políticas de acesso.

ANÁLISE DO PROCESSO DE RETROFIT DE UMA DISCIPLINA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEMIPRESENCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Julio Candido de Meirelles Junior
Camyla Delyz do Amaral Meirelles

Em maio de 2002 foi criada a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ, incorporando o Consórcio CEDERJ, formado por sete instituições públicas de ensino superior: CEFET/RJ, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO. Atualmente conta com mais de 45 mil alunos matriculados em seus 15 cursos de graduação a distância. A Universidade Federal Fluminense – UFF, aderiu ao Consórcio, ofertando o curso de bacharelado em Administração Pública semipresencial, que é parte integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP, e neste curso é ofertado a disciplina “Planejamento e Programação na Administração Pública”. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é descrever e analisar o processo de Retrofit na disciplina e seus objetivos específicos são: i) identificar as dificuldades teórica ou práticas, desde a criação do curso, por uma demanda dos coordenadores e dos alunos, e; ii) (re)construir e (re)planejar o processo do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A questão problema está em: como efetuar a mudança para um novo processo de aprendizagem ativa? Para a verificação desta investigação foi solicitado aos discentes e coordenadores de disciplina responderem a um questionário contendo perguntas direcionadas ao entendimento das questões objetivadas no estudo e entrevistas para uma análise quantitativa e qualitativa, bem como a técnica de brainstorming, com vistas à produção de soluções originais e possíveis de aplicação. Como principal resultado observou-se que o AVA não era padronizado e estava enquadrado em um processo de produção fragmentado, onde os atores não se apresentavam articulados, com salas de aulas díspares que não proporcionavam ao aluno uma experiência sistêmica e uma aprendizagem ativa. A partir destas análises foi criada uma sistemática para mudança no design instrucional do AVA, conteúdos multimídia, atividades individuais, mediação orientada, atividades de colaboração, suporte de tutoria a distância, monitoramento, aprendizagem ativa com favorecimento da autonomia do aluno e facilidade de movimentação. O Retrofit proporcionou o replanejamento do AVA e os alunos ressaltaram que houve uma melhoria significativa, proporcionando rapidez e agilidade para o aprendizado de forma ativa e colaborativa com respostas tempestivas.

Palavras-chave: Retrofit; Administração Pública; Ambiente Virtual de Aprendizagem.

OS SABERES/FAZERES PARA A PRÁTICA DOCENTE NA CRECHE E SEU ESPAÇO NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

Juliana Lima da Silva

Esse texto apresenta parte do que vem sendo desenvolvido em uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Objetiva-se com essa pesquisa compreender como acontece a formação inicial para professores e professoras do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazeres para atuar com bebês e crianças pequenas na faixa etária de 0 a 3 anos. Uma das primeiras ações dessa pesquisa foi a revisão bibliográfica realizada em alguns bancos de dados como ANPEd, SciELO, GRUPECI e BDTD, no sentido de ampliar a visão sobre a temática em âmbito nacional e de conhecer os trabalhos que falam das especificidades da prática na creche que justificam a necessidade de uma formação mais adequada e os que dizem sobre a abordagem da Educação Infantil, inclusive da creche, nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia. São algumas das informações obtidas a partir da leitura desses trabalhos que serão aqui apresentadas. Pesquisas que permitem compreender que alguns avanços existem em relação às disciplinas de Educação Infantil oferecidas nos cursos de graduação, mas que há ainda muitos obstáculos a serem vencidos no que diz respeito a uma maior abordagem do trabalho do professor na creche e suas singularidades nas discussões, valorização desse profissional e dessa faixa etária, além do reconhecimento da creche como uma instituição para além da assistência e cuidados, mas também de educação. Em alguns cursos, a Educação Infantil é pouco falada e quando abordada, há um maior destaque para o pré-escola e a creche acaba ficando em segundo plano. É urgente e necessário reconhecer a creche como parte integrante da primeira etapa da educação básica e tratá-la como tal. Os professores que saem dos cursos de Pedagogia são habilitados a trabalhar também com essa faixa etária, por isso é necessário valorizar esse profissional, reconhecer os bebês e crianças pequenas como sujeitos potentes e oferecer uma formação adequada para que esses profissionais possam de fato contribuir para o desenvolvimento dessas crianças em todos os seus aspectos.

Palavras-chave: Revisão bibliográfica; Formação de Professores; Creche.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES: O CASO DAS SECRETARIAS DE CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DA UFJF EM GOVERNADOR VALADARES

Karine Rocha Nery

O caso de gestão a ser estudado irá discutir o processo de capacitação dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da UFJF lotados nas secretarias dos cursos do Instituto Ciências da Vida (ICV), no campus avançado em Governador Valadares, tendo a seguinte questão norteadora: quais são os entraves enfrentados pelos servidores das secretarias de curso do campus avançado da UFJF em Governador Valadares quanto a capacitação? O objetivo deste estudo é a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE), e para alcançar esse objetivo, foi feito um estudo sobre as capacitações dos servidores lotados nas secretarias dos cursos do campus avançado da UFJF em Governador Valadares (UFJF-GV) e suas limitações, com o intuito de mostrar a necessidade de ações que contribuam para o aperfeiçoamento do trabalho dos servidores lotados nas secretarias do ICV, propondo ações que visem um melhor aproveitamento dos TAEs em seus setores e também a padronização de serviços, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados. Assumimos como hipóteses que a capacitação ofertada pela UFJF não atende às demandas das secretarias do ICV, e que os servidores não recebem treinamentos específicos para atuarem no setor. Para tanto, utilizamos pesquisas bibliográficas e documentais como metodologia da pesquisa, e também foi realizada uma entrevista com os servidores lotados nas secretarias dos cursos do ICV para o levantamento das evidências. No intuito de aprofundar na problemática descrita no primeiro capítulo, será aplicado questionário a todos os servidores Assistentes em Administração, nível D, que atuam no campus avançado. Ao final da pesquisa foi constatado que a capacitação ofertada aos TAEs do ICV não atendem às necessidades dos servidores e não são suficientes para o bom desenvolvimento das atividades, levando a vários problemas, como: atraso nos trâmites de processos, erros em documentos, insegurança nas ações, duplicidade de informações, falta de padronização, desperdício de recursos financeiros, perda de autonomia.

Palavras-chave: Capacitação de Servidores; Treinamentos para iniciantes; Gestão por competências.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA REALIZADA NO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

Antonio Sávio Teixeira Carneiro
Marco Aurélio Kistemann Junior

Esse trabalho teve como objetivo investigar o estágio supervisionado obrigatório realizado no Bacharelado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E para isso, foi necessário o estudo de algumas das legislações que abordam sobre a temática. Dentre as leis estudadas, realizamos um estudo da atual norma reguladora da prática, a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, a qual descreve como os principais envolvidos na atividade, os seguintes: o estagiário, a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Empresa. Nesse estudo, consideramos a IES como a UFJF, com representação pela Comissão Orientadora de Estágios (COE), presente em cada curso da referida instituição. Nossa investigação evidenciou que existe um distanciamento entre os envolvidos na atividade do estágio realizada no referido curso, e que tal fato pode ser prejudicial para os participantes dessa prática. Desse modo, destacamos que a aproximação entre IES-Aluno-Empresa, deve ser feita de forma mais próxima possível. Como metodologia, utilizamos entrevistas e questionários como instrumentos de coleta de dados. A análise dos dados foi realizada sob o enfoque de 3 (três) eixos: a dualidade burocrática-pedagógica do estágio; aquisição de competências; relação empresa-instituição. E, como conclusão, apresentamos um Plano de Ação Educacional (PAE), subdividido em 3 (três) ações que se complementam, as quais objetivam minimizar o problema observado. As propostas foram: Workshop do Estagiário, Reuniões Trimestrais e Defesa do Estágio.

Palavras-chave: Estágio supervisionado obrigatório; Engenharia de produção da UFJF; Empresa-Instituição.

O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Rosana Oliveira Dilly

Com processo de democratização do acesso ao ensino superior um novo perfil de estudante ingressou nas universidades públicas brasileiras. Estudantes em situação de vulnerabilidade social tiveram acesso aos cursos de graduação, exigindo das políticas de assistência estudantil ações para que estes estudantes permaneçam nos cursos e tenham sucesso em sua formação. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, Decreto 7.234/2010, se traduz em diversas ações com o objetivo de proporcionar a permanência do estudante nos cursos de graduação, a redução das desigualdades sociais e regionais para a conclusão do ensino superior, redução da evasão e retenção e a inclusão social pela educação. Dentre essas ações existe a previsão do desenvolvimento de atividades esportivas. Foi verificado que a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PROAE da Universidade Federal de Juiz de Fora, lócus da presente pesquisa, não estava desenvolvendo ações relativas ao esporte. Enquanto servidora técnica administrativa da PROAE estou envolvida nas atividades realizadas no desenvolvimento de projetos para o atendimento dos objetivos do PNAES. Sou licenciada em Educação Física e pretendo me dedicar à pesquisa levando-se em conta o desenvolvimento da atividade esportiva na instituição. A PROAE é a gestora das políticas de assistência estudantil na estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora. Conta atualmente com um Pró-Reitor de assistência estudantil, assistentes sociais, pedagogas, psicólogos e servidores administrativos. Realiza atendimentos pedagógico, psicológico, com assistente social e avaliações socioeconômicas para a concessão das bolsas. A partir do exposto, torna-se importante verificar os motivos que levaram ao não cumprimento das ações esportivas pela PROAE e porque essa omissão se mantém nos dias atuais, o que verifiquei em minha prática enquanto servidora desta Pró-Reitoria. Pretende-se com o presente trabalho propor soluções para implementar as ações na área do esporte, com o objetivo de atender a determinação do PNAES.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Esporte; Avaliação de política pública.

DIFERENCIAIS NA ESCOLHA DE CARREIRA DO ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA

Elisangela de Souza
Maria Lucia de Souza
Veronica de Souza Silva

A desigualdade na sociedade brasileira é manifestada principalmente na educação e no trabalho. O acesso ao ensino superior ilustra as diferenciações de oportunidades existentes no país. Encontramos a consequência de tal fato no ingresso por carreira, na qual em determinados cursos, por serem considerados de alto ou baixo prestígio, apresentam um padrão de sexo, raça e condição socioeconômica. A política de ação afirmativa nas universidades públicas foi implantada com o intuito de reduzir as disparidades no ingresso neste nível de ensino, beneficiando por exemplo, estudantes oriundos de escolas, negros, pessoas com deficiência física. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a política de cotas nas universidades públicas e a opção do curso universitário, considerando a questão de gênero. Para este fim, utilizou os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O estudo demonstra que, apesar da política de reserva de vagas contribuir para o ingresso de alguns grupos pouco representados nas universidades públicas, ainda se nota que os diferenciais por sexo prevalecem.

Palavras-chave: escolha profissional; ensino superior; desigualdade de gênero.

A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE ASSOCIATIVA: O CASO DO PMBqBM NA UFJF/GV

Joicy da Fonseca Guimarães
Leonardo Ostwald Vilardi

O presente trabalho apresenta parte dos resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O estudo discute os desafios do processo de implementação do Programa Multicêntrico de Pós-graduação em Bioquímica e Biologia Molecular na UFJF campus Governador Valadares (PMBqBM/UFJF-GV). Os objetivos definidos para este estudo foram descrever e analisar os processos de regulamentação e de funcionamento do PMBqBM/UFJF-GV e propor um Plano de Ação Educacional para a consolidação da autonomia do programa em relação à Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq). Assumimos como hipótese a existência de potencial e de condições para que as instituições associadas tornem-se independentes. Utilizaremos como metodologia a pesquisa qualitativa e como instrumentos a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Partindo do eixo teórico “políticas públicas”, mostraremos que o PMBqBM consolidou-se como exemplo de uma política pública educacional que segue o modelo “bottom/up” (CONDE, 2012) em que os atores internos participam e contribuem com a construção da política e são corresponsáveis por seu bom desempenho. No eixo teórico “desenho de curso”, a partir dos parâmetros assentados na Portaria nº 59 (CAPES, 2017) e da avaliação quadrienal do programa, apontaremos a necessidade de regulamentação e comprovação dos papéis de cada representante com foco na melhoria da atividade de nucleação e no estímulo à interação entre docentes e discentes. Em conclusão, mostraremos que a criação de condições de autonomia para as instituições associadas é um trabalho coletivo que requer a definição e regulamentação das atribuições dos representantes de cada instância e o aperfeiçoamento dos sistemas de interação e comunicação entre seus membros. REFERÊNCIAS BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. PORTARIA Nº 59, DE 21 DE MARÇO DE 2017. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de março de 2017. Nº 59, Seção 1, p. 51. CONDE, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa - elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. Revista Pesquisa e debate em educação. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, 2012.

Palavras-chave: Pós-graduação. Regulamentação. Interação. Autonomia.

O Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação (LaPEADE/FE/UFRJ) vem desenvolvendo pesquisas que versam sobre as temáticas de inclusão social e, em especial, inclusão em educação, a fim de apoiar e promover a participação e a diversidade em educação nas dimensões culturais, políticas e práticas das instituições e sistemas institucionais. No que diz respeito ao Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica (OIIIPe), trata-se de uma pesquisa colaborativa em rede que se consolidou em 2015, mas que vem sendo desenvolvida, desde 2004, pelo LaPEADE em parceria com instituições de ensino estrangeiras. Objetivamos com este artigo, apresentar um rastreamento histórico acerca da parceria do LaPEADE com o OIIIPe no que tange aos processos de inclusão e exclusão, no âmbito do ensino superior e como essa parceria vem se consolidando com a participação de 23 instituições de ensino, brasileiras e estrangeiras, na pesquisa intitulada Formação de Educadores: inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica em contextos internacionais de ensino superior. No que diz respeito à metodologia, nosso estudo trata-se de uma pesquisa colaborativa (CAPELLINI, 2004), bibliográfica (LUDWIG, 2015) e documental (CELLARD, 2008) fazendo uso da etnografia digital (PAVIANOV, 2013). Como resultado destacamos a consolidação do observatório; o fortalecimento de redes de pesquisa e parcerias interinstitucionais; o intercâmbio de discentes e docentes, assim como a realização de eventos acadêmicos em quatro estados brasileiros.

Palavras-chave: Inclusão; interculturalidade; inovação pedagógica; ensino superior; formação de professores.

OS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: O CONTEXTO INSTITUCIONAL, A BUROCRACIA E PROPOSTAS PARA SOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS

Pablo de Oliveira Pereira; Marco Aurélio Kistemann Júnior

Os estágios obrigatórios são parte fundamental na formação de licenciados, visto que são nessas atividades que os futuros professores têm efetivamente contato com as instituições de ensino que irão ingressar. O presente trabalho irá analisar os processos utilizados para a gestão dos estágios obrigatórios nos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A escolha do tema foi pautada em observações feitas no exercício das funções de técnico Administrativo em educação na Coordenação de Estágios da PROGRAD – UFJF, em que pude observar como hipótese de pesquisa uma centralização administrativa das atividades de estágios obrigatórios em licenciatura na Faculdade de Educação da UFJF. Além disso, a escolha dos referidos cursos de graduação foi estratégica, uma vez que visamos compreender como é o funcionamento dos estágios obrigatórios em Licenciatura nas três áreas da ciência na UFJF, a saber, Ciências Humanas, Exatas e da Saúde. Para o desenvolvimento da pesquisa foi verificada a estrutura dada aos estágios obrigatórios em licenciatura, a normatização existente para seu funcionamento, bem como do papel dos órgãos gestores na sua administração. Portanto, diante destes problemas citados, iremos, em um primeiro momento, apresentar o contexto institucional dos estágios obrigatórios na UFJF, com atenção especial aos estágios em licenciatura, descrevendo todos os dados levantados a partir da investigação de documentos oficiais. Em seguida, analisar o problema de pesquisa. Para isso, apresentar-se-ão alguns conceitos fundamentais e argumentos sobre o assunto, baseando-se em obras de autores, tais como: Max Weber; Zhu Qianwei; Norbert Alter, entre outros. Pretende-se também realizar entrevistas com atores institucionais chave neste processo administrativo dos estágios obrigatórios em licenciatura na UFJF. Por fim, serão apresentadas, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), alternativas para mais eficiente administração de tais estágios, baseadas em alguns dispositivos já presentes na instituição visando à gestão de estágios dos cursos de licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Licenciaturas. Estágios Obrigatórios da UFJF. Gestão Acadêmica.

AVALIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD ICHS-UFF: ANÁLISE E APONTAMENTOS

Alessandra dos Santos Simão; Julio Candido de Meirelles Junior; Israel Carvalho Drumond; Camyla Delyz do Amaral Meirelles

A Educação a Distância - Ead nos últimos anos apresentou uma grande expansão no Brasil. Diante desse crescimento, especialistas consideram necessário a avaliação da qualidade dos cursos EaD. Diante desse contexto, é baseado na seguinte problemática: Qual a percepção dos discentes sobre a qualidade de ensino do curso de Administração Pública semipresencial do ICHS UFF? A presente pesquisa objetiva avaliar a percepção dos discentes sobre a qualidade de ensino oferecida no curso de graduação em Administração Pública semipresencial do ICHS UFF. Para cumprir esse objetivo utilizaram-se como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e a aplicação de um questionário com os alunos. Para a tabulação e análise dos dados utilizou-se Excel®. Como principais resultados pode-se verificar que a percepção da qualidade sobre o curso é de regular qualidade visto que as médias ponderadas acima de 3,0 (numa escala de 0 a 5) exceto para a questão sobre a comunicação (avaliada como um todo) que a qualidade percebida pelos alunos configura uma qualidade baixa com média ponderada de 2,53. Como principal contribuição, a pesquisa permite que a coordenação do curso reavalie as condições e possa melhorar o processo para atender de melhor forma as perspectivas dos alunos.

Palavras-chave: educação a distância; qualidade; percepção discente; avaliação.

- DIVERSIDADE E
DESIGUALDADE NA
EDUCAÇÃO



PROJETO EQUOTERAPIA EDUCACIONAL UFRRJ/CAIC PAULO DACORSO FILHO: RELATO DAS CONTRIBUIÇÕES E VIVÊNCIAS

Bruna Nogueira Pereira
Vanessa do Sacramento Florenço da Conceição de Oliveira
Clodoaldo F. de Oliveira, do Sacramento
José Ricardo da Silva Ramos

A Equoterapia é um tratamento terapêutico, realizado a partir do agente terapêutico cavalo, com intermédio de uma equipe multidisciplinar que escolhe o plano de treinamento adequado e desenvolve as atividades que serão realizadas nas sessões para atender as necessidades específicas de cada praticante, com finalidades para saúde e educação das pessoas com deficiência. A Equoterapia possui quatro programas de treinamento: Hipoterapia, Educação/ Reeducação, Pré esportivo e Para equestre. (ANDE, 2014). O objetivo dessa pesquisa foi investigar e identificar as principais contribuições do Projeto de Equoterapia realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ em conjunto ao Centro de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente - CAIC Paulo Dacorso Filho, ambos situados na cidade de Seropédica/RJ. O grupo atendido é composto por três discentes, do sexo masculino, na faixa etária entre cinco a treze anos, matriculados na escola e, após os diagnósticos, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e Deficiência Física, e encaminhamento médico para a prática iniciaram no projeto. O método utilizado no projeto são as sessões com duração de cinquenta minutos, uma vez por semana, realizadas com atividades com o cavalo, sendo conduzindo-o, sobre ou inserido em atividades pedagógicas e psicomotoras. O processo metodológico realizado para o relato das experiências foi através dos registros áudio visuais, relatórios da equipe multidisciplinar, composta por profissionais da saúde, da educação e da equitação, e relatos dos responsáveis, durante os dois últimos anos letivos do colégio. As observações relatam que a terapia auxiliou no desenvolvimento das habilidades motoras, nos aspectos psicossociais e comportamentais como a autoestima e a independência, e, no caso do TEA, na diminuição das estereotípias e/ou movimentos repetitivos. Observou-se, também, o crescente desenvolvimento das funções executivas, principalmente ligadas à flexibilidade, planejamento e concentração. Desta forma, a terapia equestre auxiliou no desenvolvimento da qualidade de vida das pessoas com deficiência, como também a das suas famílias, além de ser a possibilidade de um método complementar para êxito no processo educacional, principalmente nas escolas do campo. Referências: ANDE-BRASIL. Associação Nacional de Equoterapia. Curso básico de Equoterapia. ANDE-Brasil: Brasília, 2014.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Equoterapia; Equoterapia Educacional; Equipe Multidisciplinar; Qualidade de Vida.

A VISÃO DA ESCOLA PÚBLICA CURSADA POR JOVENS EGRESSOS DO PROUNI: UM ESTUDO DE CASO

Yasmin de Moraes Borges

A relação dos jovens com a escola é de suma importância, pois nesse espaço se iniciam as primeiras aspirações em relação ao futuro, principalmente no que diz respeito às suas perspectivas de prosseguimento aos níveis de ensino mais elevados, fortemente ligados às suas aspirações profissionais. Pesquisas mostram que a percepção do aluno sobre a escola influencia diretamente em suas escolhas futuras de continuidade dos estudos ou escolha das profissões. Neste relato de experiência trazemos a fala de nove egressos entrevistados do Programa Universidade para Todos (Prouni) e suas percepções em relação à escola pública que cursaram, sua influência positiva ou negativa no processo de aprendizagem e ingresso na universidade. Dos nove entrevistados, quatro deles cursaram a educação infantil e o primeiro segmento do ensino fundamental na escola privada, o que acreditam ter feito diferença na formação destes, trazemos também as relações entre o discurso dos que cursaram integralmente a escola pública e dos que transitaram nos dois espaços educacionais. A fala dos egressos instiga a pensar sobre a desigualdade de oportunidades no sistema escolar, visto que menciona a dura disputa no acesso a uma faculdade pública, uma realidade distante para os jovens de origem popular devido a inúmeros aspectos como escola de origem, condições socioeconômicas, incentivo familiar e escolar, carreiras restritas, entre outros.

Palavras-chave: Desigualdade; Escola Pública; Trajetórias.

CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES: A IDENTIDADE DE GÊNERO SENDO “(DES)CONSTRUÍDA” PELO DISCURSO ESCOLAR

Ana Paula Xavier
Mariana Rocha Fontes

Pensar as relações de gênero constituídas no espaço escolar precisa ser pauta recorrente de diálogos entre profissionais da educação. Diante do novo cenário, pós estruturalista, marcado pela pluralidade e pela diversidade cultural, é imperioso refletirmos como a escola vem lidando com as diferentes expressões de gênero e como esse espaço pode ser, tanto fomentador de inclusão, respeitando a diversidade que o compõe, como também um marcador de identidade, excludente e normatizador. O presente estudo, ainda em andamento, é realizado em um Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) na cidade de Juiz de Fora. A proposta de pesquisa teve como fagulha encaminhamentos formais de dois alunos matriculados em duas escolas da rede pública municipal para o referido CAEE em função de apresentarem comportamentos que se distanciavam de uma conduta “socialmente aceitável”, fugindo à regra do par binário, menino/menina, promovendo, assim, uma “transgressão à regra”. O fato de os alunos terem sido encaminhados devido a essa transgressão revela certa inabilidade da escola para lidar com a diversidade, com as expressões singulares desses alunos, vistas com estranheza devido à fuga da “norma”, ao “padrão”. Bordieu (2008) denuncia, com os conceitos de “violência simbólica” e “reprodução”, que a escola além de legitimar o poder estabelecido também o reforça, fazendo com que os indivíduos enxerguem e avaliem o mundo com os padrões e critérios definidos por um discurso dominante; ou seja, ideias coletivas que buscam estabelecer (e solidificar) comportamentos e visão de mundo dentro dos padrões estabelecidos. O objetivo desta pesquisa é levantar as impressões e construções subjetivas desses sujeitos pelo olhar da escola. Para tal a metodologia aplicada tem como base a pesquisa documental, através da análise dos encaminhamentos feitos pelas escolas dos dois alunos para o referido CAEE e dos relatórios de visita as escolas. Os dados ainda são preliminares, porém já apontam concepções “engessadas” acerca da identidade de gênero e da própria construção da subjetividade destes sujeitos dentro dos espaços escolares. BORDIEU, P.; PASSERON, J.C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Palavras-chave: Identidade de gênero; Diversidade; Subjetividade.

A pesquisa, ainda em andamento, pretende explorar o processo de inclusão de alunos com deficiência no Programa nacional de Aprendizagem. O perfil do pesquisador, que é auxiliar educacional no SENAC- MG, possibilitou uma perspectiva teórica-prática do processo de inclusão de 8 alunos PCD's, com deficiências variadas, e seu desenvolvimento educacional e profissional. O Programa de Aprendizagem Profissional, amparado pela lei 10.097 de dezembro de 2000, vem crescendo em todo país. Inúmeras instituições vêm formando parcerias com empresas acionadas pelo ministério do trabalho, nem todas preocupadas ou preparadas para receberem alunos PCD's (Pessoa Com Deficiência) de acordo com os critérios da lei brasileira de inclusão (Lei 13.146 de 2015). A lei em questão visa assegurar e promover o exercício dos direitos e das igualdades da pessoa com deficiência, de forma a promover a cidadania e a inclusão social além de regulamentar os conceitos de deficiência em âmbito legal. O Programa de Aprendizagem Profissional usado como base visa o atendimento a empresas do setor do comércio e prestação de serviços, os discentes possuem idades entre 14 e 24 anos, sendo que somente PCD's podem continuar no programa após esta idade, os alunos precisam comprovar frequência escolar ou apresentar documento que comprove o término do ensino médio. Os alunos alternam semanalmente entre a instituição de ensino e a empresa na qual realizam a prática profissional referente ao curso. Neste período são realizadas diversas reuniões com responsáveis legais e orientadores das empresas participantes, nestas são expostos problemas comportamentais, pedagógicos e profissionais e a partir destes a supervisão pedagógica da instituição de ensino busca soluções e ferramentas para os problemas levantados. As atas destas reuniões ficam arquivadas e servirão como base de relatos para o estudo a seguir. A maior dificuldade das empresas ligadas ao programa diz respeito a tecnologias assistivas e ao processo de inclusão propriamente dito. Problemas normalmente sanados em reuniões do programa e palestras oferecidas pela instituição de ensino. Porém, para chegar a esta resolução muitas vezes a ação só acontece após o aluno expor o caso a pais e professores, o que nos leva a crer no despreparo de empresas para contratação destes alunos e no descaso com o Programa de Aprendizagem Profissional.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência, LBI, Mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS NAS DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Amanda Sangy Quiossa
Kátiuscia Cristina Vargas Antunes

Este trabalho tem como objetivo apresentar um panorama das dissertações com as temáticas da Educação Especial e da Educação Inclusiva, defendidas no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação pública (PPGP/CAEd/UFJF). Os dados apresentados são resultado de uma pesquisa exploratória realizada a partir do banco de dissertações do Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação pública. A partir dela foi identificada uma crescente no quantitativo de dissertações que versam sobre as temáticas, assim como foram identificados diferentes olhares e abordagens com relação à Educação Especial e à Educação Inclusiva. As dissertações foram desenvolvidas por alunos de diferentes redes públicas de ensino, em diferentes regiões brasileiras, o que permite uma investigação acerca de demandas de pesquisa em diferentes contextos educacionais. Este levantamento faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada no âmbito do grupo de pesquisa Inclusão escolar, culturas e práticas cotidianas, em um movimento de se buscar compreender as problemáticas abordadas nos casos de gestão, assim como as propostas dos planos de ação educacional nas dissertações defendidas no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Pesquisa em Educação.

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado efetuada sob o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujos estudos tratam das relações de poder inscritas no campo social vinculado ao Colégio de Aplicação João XXIII e seus impactos na gestão educacional. A etapa ora abordada diz respeito aos estudos bibliográficos exploratórios realizados para a construção da matriz conceitual da pesquisa. Com o objetivo de delinear a influência do contexto político, econômico e social no campo analisado, recorre-se à gênese do neoliberalismo encontrada em Dardot e Laval (2016). Posteriormente, confronta-se com os conceitos de práticas de educação inclusiva encontradas em Pacheco (2007). No cenário contemporâneo brasileiro as ameaças à educação pública tomam uma ordem de grandeza ainda desconhecida na História do país. Além do enrijecimento das políticas de austeridade, fruto da aderência do neoliberalismo às esferas política econômica, avulta-se, conforme Dardot e Laval (2016), um fenômeno ainda mais danoso: o movimento de capilarização de sua lógica empresarial rumo à esfera pública, às relações sociais, e mesmo às subjetividades. Fundamentada no imperativo da concorrência, trata a vida como resultante de escolhas individuais, responsabilizando o indivíduo por sua sorte. Trata a exclusão como consequência de cálculos errados, cabendo ao indivíduo a gestão de seu “capital humano”, que deve dar lucro, em uma visão que trata as questões da saúde, educação, emprego e velhice como de ordem contábil. A educação inclusiva, por sua vez, assenta-se em valores diametralmente opostos, de coletividade, compartilhamento de responsabilidades e trabalho colaborativo, conforme identificado por Pacheco (2007), para o qual são fundamentais as ideias de coletividade e de compartilhamento de responsabilidades. Delineado o contexto externo, faz-se necessário o mapeamento das condições internas ao espaço social pesquisado, cujos dados resultantes irão, posteriormente, subsidiar a realização das análises em profundidade. Referências bibliográficas DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Palavras-chave: Concorrência; Coletividade; Inclusão; Neoliberalismo; Racionalidade.

A ampliação da jornada escolar do educando para uma educação em tempo integral tem o potencial de diminuir os processos de desigualdade na educação exigindo, tão somente, uma atuação educativa diferenciada que, por meio de uma concepção de educação voltada para integralidade do sujeito – dentro e/ou fora da sala de aula – possa produzir novas formas de construção de conhecimento. Este artigo objetiva socializar parte de uma pesquisa em andamento intitulada “Representações, Formações e Práticas Educativas Não Escolares e extracurriculares no município de São Gonçalo”, organizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão Fora da Sala de Aula (UERJ/FFP). A fundamentação teórica se debruçou sobre três formas distintas de Pedagogias, buscando dialogar e encontrar elementos importantes para uma educação em tempo integral de qualidade, a saber: Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1996); Pedagogia da Convivência (JARES, 2008) e Pedagogia da Hospitalidade (BAPTISTA, 2012). Essa parte da pesquisa evidencia a fundamentação teórica necessária para pensar a temática da pesquisa como um todo: a Educação Integral e(m) Tempo Integral em diálogo com os aportes teóricos organizado pelas pedagogias supracitadas. As conclusões parciais de nossa pesquisa mostram que as três “Pedagogias” estabelecem como um ponto de convergência – para a materialização de uma educação em tempo integral, efetivamente, integral – a busca pela construção de uma ética pedagógica que potencialize a aprendizagem dos educandos, consoante podemos identificar na Pedagogia da Autonomia (os saberes ‘éticos’ necessários à prática educativa), na Pedagogia da Convivência (os princípios ‘éticos’ inseridos nos conteúdos de natureza humana, de relação e de cidadania) e, ainda, na Pedagogia da Hospitalidade (valores ‘éticos’ necessários à prática socioeducativa) – constructos estes que ressaltam a importância de promoção de um cotidiano escolar – e/ou não escolar – integral, integrado e em tempo integral.

Palavras-chave: Pedagogias; Educação em Tempo Integral; Desigualdade Educacional.

A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIMÃO PEREIRA (MG)

Sandra Lia de Oliveira Neves

Os problemas de aprendizagem e dificuldades na implementação das políticas educacionais inclusivas, a qualidade da educação e as relações afetivas e sociais dos educandos passam por momentos problemáticos, que geram o fracasso escolar, a evasão e a baixa estima dos alunos. Neste sentido, o trabalho apresenta estudo sobre as formulações das políticas educacionais inclusivas de Simão Pereira (MG), visando descrever o processo de formulação das ações governamentais em prol da inclusão dos alunos com deficiência. A metodologia empregada constou do estudo documental das políticas públicas e da elaboração de estratégias empregadas pela Secretaria de Educação, da rede pública de ensino do referido município. A universalização do ensino, o investimento na qualidade da educação e a valorização da diversidade estão presentes nas diretrizes do Plano Municipal Decenal de Educação (PMDE) de Simão Pereira. No PMDE a meta 4, que trata da inclusão, é composta de doze estratégias. De acordo com os dados do PMDE 77,5% do público alvo estão matriculados na rede municipal e desfrutam do apoio em sala multifuncional. De acordo com o PPP mais de 70% das pessoas entre 4 e 17 anos com deficiência recebem o atendimento especializado e frequentam o ensino regular. A formulação das políticas educacionais inclusivas favorece a população simonense, o apoiando o desenvolvimento das habilidades cognitivas e afetivas de seus filhos. Para uma melhor compreensão dos resultados das políticas educacionais inclusivas de Simão Pereira está em andamento à pesquisa de campo, a fim de avaliar como as formulações dessas políticas são implementadas, e quais os sucessos obtidos e os desafios que precisam ser superados. REFERÊNCIAS: SIMÃO PEREIRA. Plano Municipal Decenal de Educação (2015-2024). Simão_Pereira_-_Lei_nº_797_-_PDME_-_C. <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 15/06/2016. SIMÃO PEREIRA. Projeto Político Pedagógico (2016). Secretaria Municipal de Educação. 2016. SIMÃO PEREIRA. Regimento Escolar (2016). Secretaria Municipal de Educação. 2016.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Políticas Públicas.

- POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS



SIGNIFICADOS DA DIMENSÃO PARTICIPATIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES: UMA PROBLEMATIZAÇÃO ANALÍTICA DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADOS NA SRE/JUIZ DE FORA

Fernanda Antunes Spolaor
Angélica Cosenza

A pesquisa que ora se apresenta, concluída no ano de 2017 no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional (PPGP), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), objetivou a compreensão dos significados tangentes à dimensão participativa intrínseca em dois Projetos de Educação Ambiental elaborados e implementados por duas escolas da rede estadual de ensino jurisdicionadas à Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora (SRE/JF). Ao se fundamentar em observações empíricas e na abordagem da pesquisa qualitativa, enfatizou “linhas convergentes de investigação” (YIN, 2001, p. 123) tangentes a conceitos considerados imprescindíveis à implementação de uma Educação Ambiental Crítica que se volta para a busca da justiça ambiental (COSENZA, et al., 2014), tais como participação, intervenção, protagonismo, empoderamento e emancipação. Nesse direcionamento, a pesquisa problematizou a seguinte questão: em que medida os Projetos de Educação Ambiental otimizaram a relação escola-comunidade tendo em vista o envolvimento docente e discente em ações educativas e práticas pedagógicas desenvolvidas a partir de suas respectivas realidades socioambientais? Apropriando-se teórica e metodologicamente de um estudo de caso múltiplo, as análises de cunho interpretativo (MARKONI; LAKATOS, 2003) evidenciaram a apropriação de propostas que transpiram oficialidade governamental e preconizam o paradoxo público-privado, como a Com-Vida e a Agenda 21 (LOUREIRO, 2016). As inferências resultantes destacaram a emergência de relações esvaziadas de sentido socioambiental entre escola-comunidade, uma vez que as ações educativas e as práticas pedagógicas desenvolvidas a partir dos Projetos de Educação Ambiental sustentam preceitos político-econômicos neoliberais atrelados à noção capitalista de mercado. Apesar de toda essa prevalência, foi possível observar indícios capazes de deslegitimar a lógica hegemônica que envolve a dimensão participativa em âmbito escolar, pois, através da transformação de momentos participativos, efêmeros e reducionistas, em processos participativos emancipadores (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2012) configurados a partir da proposta dos Círculos de Cultura de Paulo Freire (LOUREIRO; TORRES, 2014), as escolas viabilizam o protagonismo e o empoderamento necessários à intervenção em realidades contextuais problematizadas socioambientalmente.

Palavras-chave: Participação; Intervenção; Protagonismo; Empoderamento; Emancipação; Educação Ambiental Crítica; Justiça Socioambiental

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ E OS REFLEXOS DO DUALISMO HISTÓRICO NA FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: DA FORMAÇÃO OMNILATERAL AO MODELO DE GESTÃO EMPRESARIAL SÓCIO EDUCACIONAL

Dulcimaria Portocarrero Pinheiro

O presente artigo tem o intuito de analisar a trajetória da Política Pública de Educação Profissional no Ceará, a partir de um comparativo entre as práticas de gestão e os documentos norteadores do programa, utilizando como referencial teórico os estudos de Conde (2012) e Boneti (2007) sobre análises de políticas públicas no campo da educação, entendendo que todo contexto de referência para implementação defende a formação integral do estudante, com base em um discurso centrado na omnilateralidade, enquanto o modelo de gestão executado nas escolas profissionais é baseado na proposta da Tecnologia Empresarial Sócio-educacional (TESE), fomentando a discussão de contraposição entre os conceitos marxistas da formação integral e o modelo de gestão, que se caracteriza pela ênfase no atendimento ao mercado de trabalho. Na estruturação da Educação Profissional, o estado do Ceará não se diferenciou dos demais, alinhando-se às diretrizes educacionais vigentes, ao mesmo tempo em que objetivou atender às exigências do mercado empresarial, evidente na Teoria do Capital Humano, incentivadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial. A Política de Educação Profissional defende a ideia de uma escola politécnica, que almeja o desenvolvimento humano e social a partir de uma concepção humanística, desviando-se, assim, do dualismo histórico vivenciado pela formação técnica no Brasil. Entretanto, o presente trabalho referendado por autores, como Santos (2000), analisam se é possível, dentro das contradições entre a proposta e o modelo de gestão executado, afastar-se do dualismo histórico. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica, entretanto houve também pesquisa em campo, pela necessidade de ouvir e observar os atores escolares e suas relações com a gestão. Com isso, evidencia-se como se configura o currículo e as práticas escolares, numa compressão de escola integrada, articulando a formação técnica e a propedêutica em prol da formação do estudante e/ou da mão-de-obra qualificada. BONETI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2007 CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa— Elementos para melhor compreender a análise das políticas públicas. PPGP/CAED. Revista Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, UFJF, v. 2, n. 2, 2012. SOARES, Rosemary Dore. Gramsci, o estado e a escola. Ijuí: Unijuí, 2000, 488p.

Palavras-chave: Política Pública; Educação Profissional; Gestão Sócio-empresarial

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA E LIBERTADORA - PARA ALÉM DA FORMAÇÃO TÉCNICA PARA O TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP: 2009 a 2016

Terezinha Cristina Nakamatsu Siraque

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA E LIBERTADORA - PARA ALÉM DA FORMAÇÃO TÉCNICA PARA O TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP: 2009 a 2016 Terezinha Cristina Nakamatsu Siraque terezinha.siraque@hotmail.com

O presente trabalho teve como foco de pesquisa a análise qualitativa das práticas pedagógicas da educação profissional na perspectiva crítica e libertadora freireana em São Bernardo do Campo – SP, editadas em 4 publicações onde foram registradas uma amostragem das práticas pedagógicas da rede municipal de educação de jovens e adultos e educação profissional. A análise qualitativa documental teve como referência as Diretrizes Curriculares da EJA de São Bernardo do Campo, uma construção coletiva que traz a orientação de um currículo crítico e libertador sustentado em Paulo Freire. A pesquisa analisou as práticas da educação profissional buscando nelas elementos de um currículo crítico e libertador freireano para além da formação técnica para o trabalho, numa formação integral do trabalhador/a, que segundo Ciavatta (2014) “...se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual...” apontado em suas Diretrizes Curriculares e buscando apreender os avanços, os desafios e os tempos que cada coletivo escolar apresentou em seu percurso. É uma experiência que pretende contribuir para ampliar a discussão da temática de uma educação profissional com rigor técnico, mas não reducionista e mercadológico, trazendo a possibilidade real da efetivação de um currículo humanizador, em uma ação ética, para que se construa um novo homem, uma nova mulher e uma nova sociedade justa, fraterna e solidária para todos/as.. Referências Bibliográficas CIAVATTA, Maria (2014). “O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?” Trabalho & Educação, vol. 23, nº 1, Belo Horizonte, jan/abr. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1919/1425>. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Diretrizes Curriculares da EJA, 1 ed., 2012. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Práticas Pedagógicas I, II, III e IV: Experiências e Vivências em EJA, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Palavras-chave: Educação profissional; currículo; reorientação curricular; currículo crítico e libertador freireano.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO E DE INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA ANÁLISE DA UFVJM - CAMPUS JANAÚBA, NO PERÍODO 2012-2017

Maria Gisenilda Barbosa
Amédís Germano Dos Santos

A política pública mais recente de expansão e de interiorização das universidades públicas foi apoiada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e marcada por um conjunto de iniciativas que propiciou a criação de várias instituições e Campi, a diversificação de cursos, a ampliação das vagas, a aquisição de equipamentos, a construção de novos espaços físicos e a contratação de professores e técnicos administrativos. Atualmente o Brasil conta com 63 universidades federais, 328 Campi/unidades distribuídos em 290 cidades de diversas regiões. Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar os processos de criação, de implantação e de funcionamento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM - Campus Janaúba, ocorridos no período 2012-2017, a partir da percepção da comunidade acadêmica. A amostra da pesquisa é composta por sujeitos das três categorias: discentes, docentes e técnicos administrativos. Na coleta de dados, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários e esta prevista a entrevista de grupo. A análise dos dados está sendo realizada numa abordagem quali-quantitativa. O referencial teórico apresenta a cronologia de criação das universidades federais e de seus Campi/Unidades levando a perceber que desde o período colonial há forte influência política na escolha tanto das cidades contempladas quanto dos cursos criados. Procurou-se diferenciar o interesse público primário (da coletividade) do interesse público secundário (da própria administração pública) demonstrando que a escolha da oferta de cursos, por parte dos gestores, deve ser baseada não só em critérios técnicos e legais como também na demanda social. Os resultados parciais da pesquisa demonstraram que o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BC&T), implantado em 2014 no Campus Janaúba, possui 68% das suas vagas ociosas e que apenas 2 dos 5 cursos de engenharias previstos para o 2º ciclo de formação foram implantados. Dessa forma, acredita-se que os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para a compreensão e enfrentamento dos desafios presentes e futuros de consolidação do Campus e de seus cursos.

Palavras-chave: Política de expansão; Interesse Público; Bacharelado interdisciplinar

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA COORDENADORES PEDAGÓGICOS EM MINAS GERAIS: O PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES

Maria Cristina Moraes de Carvalho

O objeto desta pesquisa é uma política pública de formação continuada voltada para coordenadores que compõem a equipe gestora de escolas públicas de Educação Básica, desenvolvida pelo Ministério da Educação por meio do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública (PNEGEBP). O campo está delimitado pelo curso de especialização lato sensu em Coordenação Pedagógica do PNEGEBP realizado em Minas Gerais, sob a responsabilidade da Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Ouro Preto, ambos na modalidade da Educação à Distância. O argumento que sustenta a investigação é que a formação do coordenador pedagógico e seu desenvolvimento profissional são necessários para a construção de uma gestão pedagógica bem sucedida, quando articulada ao direito à educação e comprometida com a sua dimensão pública e democrática. Dentre as questões mobilizadoras, destaca-se qual o alcance de uma política de formação continuada para os coordenadores pedagógicos e a sua relação com o contexto da prática desses profissionais. O objetivo da pesquisa é compreender as possibilidades que tal política representa para o fortalecimento das instituições públicas e sua democratização. O referencial teórico-metodológico adotado na pesquisa é a abordagem do ciclo de políticas (BALL, 1994), por possibilitar uma análise dos aspectos macro e microestruturais e das relações entre eles, enfatizando a trajetória da política em diferentes contextos. A análise dos resultados do curso e de entrevistas com os egressos combina abordagens qualitativa e quantitativa. Utiliza-se ainda como referencial analítico o conceito de desenvolvimento profissional (DAY, 2001; MARCELO GARCÍA, 2009). Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, destaca-se neste trabalho algumas reflexões já realizadas, relacionadas ao paradoxo que acompanha as políticas de formação inicial e continuada para gestores, no Brasil. Muitas vezes os objetivos das políticas acenam para uma formação voltada para a democratização da educação, mas marcadas por viés técnico, com apelo gerencial. A superação deste paradoxo passa pela reafirmação da dimensão pública e democrática da educação, com ênfase nos aspectos pedagógicos e nas possibilidades da educação como prática democrática (PARO, 2009).

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Formação continuada do Coordenador Pedagógico; Desenvolvimento profissional do coordenador pedagógico

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE: ÊXITOS E DESAFIOS.

Elizabeth Oliveira de Medeiros
Priscila Campos Cunha

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), concluída em 2016. Trata da política de educação integral desenvolvida no âmbito da Prefeitura do Recife, oferecida aos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais, com o objetivo de analisar o processo de implementação do Programa Municipal de Educação Integral (Pmei) e a organização das Escolas Municipais em Tempo Integral(EMTIs), considerando as variáveis do tempo, do currículo e dos espaços, com o suporte dos fundamentos do Ciclo de Políticas, na perspectiva de averiguar quais são os entraves encontrados na implementação da política de educação integral na Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER)? Na pesquisa de campo foram utilizados os fundamentos da pesquisa qualitativa e a pesquisa documental, a observação participante e a entrevista semiestruturada, realizada com quatro diretores, um vice-diretor, dois coordenadores pedagógicos e dois professores, todos que estavam presentes deste o início do programa. Na análise dos dados, detectamos alguns entraves com relação ao entendimento dos principais conceitos do programa, uma fragmentação pedagógica e sérias dificuldades com a infraestrutura. No Plano de Ação Educacional (PAE), estruturado a partir de três eixos: da ampliação do tempo, da organização curricular e da otimização dos espaços, com base na concepção de um Arranjo Educativo Local (AEL). As ações foram elaboradas na perspectiva de garantir uma gestão colegiada ampliando o diálogo, com os executores da política: a criação do programa através lei municipal, a instalação do fórum permanente de educação integral, a instituição de um programa de formação continuada e a elaboração das diretrizes curriculares para a educação integral. A pesquisa esta sendo utilizada como fundamentação para estudos e as ações propostas no PAE estão sendo executadas: o programa foi ampliado para mais três escolas, foi realizando revisão dos instrumentos normativos do programa e da organização das escolas, mudanças na matriz curricular, implantação do fórum de debate com gestores escolares, coordenação pedagógica e representação dos professores, intercâmbios de gestão e possível incentivo através de gratificação.

Palavras-chave: Educação Integral. Tempo Integral. Políticas Públicas

AS DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL – UM ESTUDO DE CASO NO CETI ÁUREA PINHEIRO BRAGA EM MANAUS/AM

Renata do Monte Rodrigues

O estudo é um recorte da dissertação “As dificuldades de Implementação da Proposta Pedagógica para as Escolas de Educação em Tempo Integral – um estudo de caso no CETI Áurea Pinheiro Braga em Manaus/Am”, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). O objetivo da pesquisa foi compreender as dificuldades que o CETI Áurea Pinheiro Braga encontra para implementar as atividades interdisciplinares conforme orienta a proposta pedagógica para as escolas de tempo integral adotada no Estado do Amazonas. O estudo descreve as dificuldades que a escola tem para implementar as proposta de educação em tempo integral, propondo uma análise dos dados articulando com o referencial teórico e propõe um Plano de Ação Educacional. A metodologia utilizada foi pautada na concepção qualitativa, por meio de um estudo de caso. Os instrumentos utilizados foram a observação e entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestora, a pedagoga, os três Coordenadores de Áreas e a Supervisora Pedagógica da CDE 4 que acompanha a escola. Para embasamento teórico utilizamos o documento da Proposta Pedagógica das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Educação em Tempo Integral, dialogando com as reflexões dos autores Ana Maria Cavaliere (2002a, 2002b, 2007a, 2007b), Vitor Henrique Paro (1988a, 1988b), Lúcia Velloso Maurício (2014a, 2014b), Mainardes (2006), dentre outros. As ações propositivas do PAE abrange os principais entraves: desconhecimento da concepção de educação em tempo integral e da proposta pedagógica adotadas pelo estado do Amazonas; reestruturação da jornada escolar; reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola; e formação continuada, com ênfase na elaboração de projetos. O objetivo da pesquisa foi alcançado, pois permitiu entender quais as dificuldades que a escola encontra para implementar as demais propostas pedagógicas pertinentes à educação em tempo integral e através do PAE propor ações para a CDE 4 refletir sobre os procedimentos que estão sendo tomados em relação ao acompanhamento/orientação ao CETI Áurea Pinheiro Braga e para a escola possibilidade para os atores responsáveis pela implementação das propostas em conhecer de fato o que a proposta pedagógica orienta para esta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação em tempo integral. Formação Continuada. Políticas públicas.

PROGRAMA DE MELHORIA NA QUALIDADE DE ENSINO – EXCELÊNCIA: IMPLEMENTAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DO ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE CACOAL (RO)

Suzi Mara Ramires Gonçalves May
Daniela Fantoni de Lima Alexandrino
Luísa Gomes de Almeida Vilardi

O presente artigo é um recorte da pesquisa de Mestrado Profissional, em fase de andamento, estruturado em torno do problema: Quais as dificuldades do processo de implementação do Programa Excelência pela gestão escolar em duas escolas estaduais de ensino médio em 2017, na cidade de Cacoal/RO? Diante de tal questão, o presente estudo toma como objetivo a apresentação de um caso de gestão em que se discute a implementação de uma política pública voltada para melhoria dos índices de aprovação no ensino médio. A pesquisa justifica-se pelo fato de que, mesmo com a implantação da política nas escolas selecionadas; os índices do IDEB e dos indicadores de aprovação ainda não se modificaram de forma satisfatória. Num primeiro momento, verificou-se que a referida política, em suas várias edições e reedições, sofreu diversas modificações, nem sempre de forma a suprir as reais necessidades das escolas; o que se constata, principalmente, pela pouca clareza dos objetivos iniciais do projeto, na ausência de orientações práticas para efetivação da política no ambiente escolar; já que ela demanda o desenvolvimento de projetos interdisciplinares para os quais a gestão não está preparada administrativa e pedagogicamente. Sem seguida, como parte constituinte ainda da fase inicial, no âmbito do percurso metodológico, definiu-se a pesquisa qualitativa como estudo de caso; para a qual foram eleitos como referenciais teóricos Mainardes (2006), Lotta (2012) Hernades e Ventura (1998) e Fazenda (2008). Com Hernades e Ventura (1998) analisa-se a questão da metodologia de projetos, focalizando a influência de contextos internos e externos, de suas nuances em relação ao andamento e aos resultados da implementação de políticas públicas. Fazenda (2008) contribui com discussões acerca da questão da interdisciplinaridade, analisando seus níveis e as formas de sua implantação no contexto escolar. Desse modo, para compreendermos o processo de implementação da política em questão recorreremos aos pressupostos de Mainardes (2006) que, apoiado nas ideias de Bowe e Ball (1992), focaliza os contextos dos ciclos de políticas públicas. Posteriormente, na fase de análise e discussão dos dados coletados, serão elaboradas considerações relativas a uma proposta de intervenção em razão da problemática relacionada à implementação de projetos interdisciplinares idealizados por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Metodologia de Projetos; Interdisciplinaridade; Ensino Médio.

POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO CURRÍCULO

Sirlei Adriani dos Santos Baima Elisiário
Diovana Paula de Jesus Bortolotti
Roberto Perobelli Oliveira

Este estudo é um recorte da Dissertação defendida pela primeira autora no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa discute os entraves para a implementação da proposta curricular na educação integral amazonense no Ensino Médio de uma Escola Estadual. Nosso objetivo é compreender as dificuldades na implementação curricular da Proposta Pedagógica de Tempo Integral do Amazonas de 2011 no CETI lócus da pesquisa. Adotamos a metodologia qualitativa, tendo como instrumentos a observação, entrevistas com a gestora escolar, coordenadora pedagógica e coordenadora de área, além de grupo focal direcionado aos professores da área de Linguagens. Fundamentada nos postulados de Arroyo (2013), Garcia e Moreira (2012) e Padilha (2012), a pesquisa propõe pensar em um currículo atrelado às proposições de uma educação integral e em tempo integral. A partir do percurso analítico traçado, esta nos mostra a insatisfação da equipe escolar quanto à divisão curricular adotada na escola de Tempo integral, pois a escola adota tempos de uma hora o que torna o currículo engessado destoando da proposição de disponibilizar atividades significativas aos alunos. Por sua vez, a equipe reconhece que tal postura não configura uma educação integral, no entanto, esses atores acreditam que a mudança deve ser feita pelos órgãos superiores e não creem na possibilidade de mudarem tal realidade. Além disso, foi expressa a dificuldade da equipe em propor projetos sistematizados capazes de auxiliar na condução da educação em tempo integral. Em suma, a pesquisa aponta para o desafio da equipe escolar em propor um currículo significativo que dialogue com as complexidades sociais e com a realidade escolar, levando-se em consideração o melhor aproveitamento dos tempos e espaços educativos, de modo a tornar o currículo condizente com as proposições da educação em tempo integral. GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Orgs.). Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. PADILHA, Paulo Roberto. Educação Integral e currículo intertranscultural. In: MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

Palavras-chave: Educação Integral; Escola de Tempo Integral; Currículo.

ESCOLAS CHARTERS E POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: discutindo sobre os pressupostos da política

Henrique Dias Gomes de Nazareth

Este trabalho almeja discutir a política de gestão compartilhada de escolas públicas com organizações sociais que vem sendo implementada na rede estadual de Goiás. O modelo é inspirado nas escolas charters existentes em países como Estados Unidos e Inglaterra. São escolas financiadas com recursos públicos e geridas por instituições privadas, geralmente sem fins lucrativos. Os modelos de escolas charters variam de acordo com as legislações e contextos locais, no entanto, três características comuns podem ser apontadas: (1) em geral essas escolas recebem financiamento público de acordo com o número de matrículas e são gerenciadas, totalmente ou em parte, por uma instituição privada; (2) são instituições que gozam de mais autonomia para selecionar e reter gestores e professores; e (3) os estudantes são admitidos por meio de sorteio ou critérios geográficos (DIAS, 2010). O objetivo geral do trabalho é debater a política, buscando compreender seus pressupostos, influências e especificidades provenientes da legislação local. Para isso realizou-se uma pesquisa qualitativa, com a abordagem da análise documental. Foi estudada a legislação brasileira que estabelece os parâmetros para a formalização dos contratos de gestão compartilhada, e no âmbito do estado de Goiás foram analisados os editais de chamamento, decretos, portarias e manifestações públicas de formuladores da política em jornais. Mesmo tratando-se de uma pesquisa em andamento, é possível afirmar que a política parte do pressuposto que essas organizações são capazes de conferir mais eficiência na gestão de recursos e melhorar os índices de proficiência. Além disso, essas escolas podem exercer maior autonomia de gestão e contratação, no entanto, são atreladas a uma maior responsabilização pelos resultados acadêmicos que aparecem como diretrizes e metas vinculadas ao contrato de gestão. REFERÊNCIA DIAS, Maria Carolina Nogueira. O modelo de escola charter: a experiência de Pernambuco. São Paulo: Instituto Fernand Braudel/Fundação Itaú Social, 2010.

Palavras-chave: escola charter; organizações sociais; política educacional.

A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA SEDUC/AM DA CIDADE DE MANAUS SOBRE A HORA DE TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA.

Aline Santos de Almeida
Priscila Campos Cunha

O presente trabalho é fruto da dissertação da primeira autora, defendida no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAEd/UJFJ), que teve como objetivo analisar as possíveis dificuldades percebidas pelos professores de 14 escolas da SEDUC/AM de ensino fundamental regular, de tempo parcial, da cidade de Manaus na implementação da Hora de trabalho Pedagógico (HTP) na escola. Como sabemos as atribuições dos professores não se restringem apenas as interações com os alunos nas salas de aulas. A política nacional de valorização profissional docente, por meio da Lei Federal Nº 11.738/2008, passou a contemplar uma jornada de trabalho composta de 1/3 para HTP. Esta foi implantada pela SEDUC/AM de forma integral a partir de 2015. Nesse contexto, de recente implantação da HTP pela rede estadual de ensino do Amazonas consideramos relevante responder a seguinte questão: Quais as dificuldades percebidas pelos professores da SEDUC/AM de ensino fundamental da cidade de Manaus, na implementação da Hora de Trabalho Pedagógico (HTP) na escola? Tratou-se de uma pesquisa de método misto, justificada pela necessidade de uma análise integrada dos aspectos qualitativos e quantitativos, resultante da pesquisa bibliográfica, documental, de campo, por meio da aplicação de questionário online e impresso respondido por 85 professores, e entrevistas com quatro gestores do macro sistema. Os resultados obtidos na pesquisa revelaram que a implantação da Hora de Trabalho Pedagógico na SEDUC/AM não se deu de forma sistemática e que sua implantação nas escolas apresenta alguns desvios e dificuldades, dentre elas a perda ocasional dos professores de anos iniciais da HTP semanal quando substituem professores faltosos ou de licença médica, e a fragmentação de sua organização na escola que não permite um melhor desenvolvimento dos planejamentos e da formação continuada no coletivo de professores. As dificuldades percebidas pelos professores apontaram para a necessidade do macro sistema monitorar sistematicamente a política, para que a partir de novas reformulações alcance os objetivos propostos que é a melhoria das condições de trabalho docente, o aperfeiçoamento profissional e a melhoria da qualidade na educação.

Palavras-chave: Trabalho docente; Hora de Trabalho Pedagógico; Formação Continuada.

O presente trabalho tem como objetivo a análise de duas propostas de usos de dados educacionais implementadas na rede estadual e na rede municipal do Rio de Janeiro. Ambas as políticas criaram funções burocráticas com o intuito de formar, orientar, mediar e acompanhar gestores e professores quanto à utilização dos dados relacionados aos indicadores das escolas. Na rede estadual, a função de Agente de Acompanhamento da Gestão Escolar foi criada a partir do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro e da Gestão Integrada da Escola. Na rede municipal, o projeto “Escolas em Foco” foi criado a partir do Sistema de Avaliação Municipal do Rio de Janeiro, do Sistema de Avaliação Nacional e da Gerência de Educação. Assim como a política estadual, a municipal também criou um grupo de acompanhamento, chamado de Professores de Acompanhamento Estratégico e Supervisores. Nossa argumentação era que as funções burocráticas foram criadas para aumentar o conhecimento técnico de gestores e professores nas escolas. Além disso, a formação para o uso de dados educacionais (SHILDKAMP & POORTMAN, 2015; MANDINACH & GUMMER, 2013), tenderia a diminuir as resistências das gestoras às avaliações em larga escala (ROSISTOLATO, PRADO & FERNANDEZ, 2014) e a ampliar e potencializar os usos pedagógicos dos dados educacionais. Esta investigação tem como objetivos: apresentar os desenhos e finalidades das políticas mencionadas, descrever e compreender as percepções dos Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar da rede estadual e dos gestores escolares da rede municipal sobre as políticas e os usos pedagógicos dos dados educacionais, pensando aspectos de suas formações. As metodologias foram realizadas em tempo e espaços distintos. Na rede estadual, em Duque de Caxias, coletamos os dados a partir de análise documental, observação participante durante as reuniões e entrevistas em profundidade. Já em relação ao projeto “Escolas em Foco”, a coleta de dados ocorreu durante o curso de extensão “Compreensão e uso de indicadores educacionais” para gestores do município do Rio de Janeiro, em que foram realizados: grupo focal, entrevista em grupo, observação etnográfica e análise documental. Em ambas as políticas, percebemos que as formações não foram suficientes para a utilização dos dados no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Uso de dados educacionais; Políticas educacionais; Agente de Acompanhamento da Gestão escolar; Escolas em Foco.

A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS – SEE/MG: ALGUMAS REFLEXÕES

Perla Vilma Barbosa Lima
Mayanna Auxiliadora Martins Santos
Alexandre Chibebe Nicoletta

O presente trabalho é fruto de pesquisa desenvolvida na dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do CAEd/UFJF. A pesquisa foi motivada nas observações da pesquisadora, que atua na Superintendência de Organização e Atendimento Escolar, a partir da análise dos processos de regularização de vida escolar dos alunos solicitantes de vagas em escolas estaduais no ensino noturno. Havia evidências de um processo de diurnização do Ensino Médio. O problema de pesquisa foi construído em duas perguntas: quais as dificuldades de implementação do Ensino Médio Regular Noturno enfrentadas pela SEE/MG? A SEE/MG sabe como irá criar as vagas necessárias para atendimento das demandas existentes para o Ensino Médio Regular Noturno? Os objetivos de pesquisa foram descrever o processo de implementação da política pública de oferta do Ensino Médio Regular Noturno nas escolas da Rede Estadual de Minas Gerais, a partir de 2016; analisar esse processo com foco nas possíveis dificuldades existentes na implementação no aspecto das vagas disponibilizadas e daquelas necessárias, além de propor um Plano de Ação Educacional (PAE), com sugestões de ações que possam minimizar os problemas analisados no trabalho. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2014, que revelavam haver 1.053.179 jovens entre 15 e 17 anos de idade, que deveriam estar cursando o Ensino Médio. Desse total, 13% não estudavam e aproximadamente 25%, ainda estavam no Ensino Fundamental SEE/MG apresentou o EMRN. Os elevados índices de reprovação, evasão e infrequência escolar são fenômenos persistentes e entraves à universalização do Ensino Médio. Uma avaliação de implementação de política pública, focada no ciclo de políticas, na gestão de vagas precisa ser considerada. A metodologia desenvolvida foi a pesquisa qualitativa por meio de estudo de caso e os instrumentos de coleta de dados foram questionário para gestores de SRE, a análise documental, com foco na resolução da SEE/MG e seus registros de implementação como relatórios diagnósticos, legislações, relatórios gerenciais e registros no SIMADE. Da reflexão dos resultados da pesquisa surgiu o PAE propondo um conjunto de ações visando à minimização dos problemas para que o Ensino Médio Regular Noturno seja implementado alcançando os objetivos de garantia de ensino público de qualidade.

Palavras-chave: Ensino Médio Regular Noturno; universalização; evasão; fluxo escolar; Juventude; Vagas; Matrículas

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUALIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS: A EXPERIÊNCIA MINEIRA NA CORREÇÃO DE FLUXO

Tatiana Gariglio Clark Xavier

O Ensino Fundamental é etapa de escolarização reconhecidamente importante para a formação básica do cidadão brasileiro. Em cinco anos de atuação como Analista Educacional na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, na Diretoria de Ensino Fundamental do Órgão Central foi possível perceber ausência de políticas públicas federais na tratativa dos anos finais do Ensino Fundamental. Minas Gerais registrou, em 2016, mais de 2 milhões de matrículas no Ensino Fundamental, em números absolutos são 2.603.248, segundo dados do INEP(2017). Desse total, 762.290 matrículas são nos anos finais da rede estadual. Nesse universo de matrículas, o Estado registrou como taxa de reprovação e de distorção idade-ano, considerando somente a rede estadual, respectivamente, 12,3% e 21,2% nos anos finais dessa etapa do ensino. Taxas como essas, significam um número elevado de estudantes. Com o foco em promover maior regularidade do fluxo escolar e diminuição da distorção idade – ano foi implantado, em 2016, o Projeto Elevação da Escolaridade – Metodologia Telessala, através de contrato firmado com a Fundação Roberto Marinho, objetivando a correção do fluxo escolar através da oferta de um ensino com metodologia diferenciada com foco em estudantes dos anos finais entre 15 e 17 anos que apresentam distorção idade-ano de dois anos ou mais. Dessa forma, evidenciam-se dois objetivos a serem alcançados com a pesquisa: a) realizar levantamento dos desafios verificados nas políticas implementadas no Estado de Minas Gerais voltadas para a correção de fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental, entre 2013 e 2017, tendo como foco o Projeto Elevação da Escolaridade; b) propor intervenções e ações para a implementação de futuras políticas de equalização de oportunidades educacionais, como a correção de fluxo, com foco nos anos finais do Ensino Fundamental no Estado, visando contribuir para melhorias na trajetória dos estudantes por toda a educação básica. As evidências reunidas na pesquisa demonstram um sistema educacional público fragilizado, pois garante ao estudante, a sua entrada, mas não a permanência até o fim de sua escolarização básica e nem uma formação cognitiva de qualidade. INEP. Indicadores Educacionais. Disponível em: . Acesso em: 01 fev. 2017.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Anos Finais; Correção de Fluxo

PROGRAMAS DE CORREÇÃO DE FLUXO: SUA IMPLEMENTAÇÃO PELOS GESTORES ESCOLARES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE TERESINA (PI)

Dayane Martinelle da Silva Santos

O presente resumo é um recorte da pesquisa de dissertação em andamento que elege como problema: Quais as dificuldades dos gestores escolares na implementação das políticas de correção de fluxo Se liga e Acelera Brasil no contexto de quatro escolas do ensino fundamental da rede pública municipal de Teresina? Frente a isso, o trabalho tem como objetivo apresentar o caso de gestão que discute a implementação das duas políticas de correção de fluxo no contexto de quatro escolas da rede municipal; bem como também referenciais teóricos que serão utilizados e metodologia de pesquisa a ser feita. Tal pesquisa deve-se às escolas em estudo implementarem os programas de correção de fluxo desde 2001 e continuarem com problemas de distorção idade-ano. Inicialmente, constatou-se que os programas possuem objetivos, métodos e rotinas bem definidas; contam com diretrizes formativas, que preveem implementação ordenada, monitoramento com instrumentos de análise gerencial e visitas sistemáticas. Contudo, com pouca variação, as taxas de não-aprovação e de distorção idade-ano ainda são preocupantes, especialmente no 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental. Posteriormente, ainda em fase inicial, na metodologia foi definida pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso; e elencamos alguns referenciais teóricos dos quais Condé (2012), Setubal (2010) e Mainardes (2006). Dentre as reflexões, Condé (2012) ressalta a não neutralidade da ação dos atores, pois mesmo com referências definidas na formulação de políticas públicas, por vezes decisões serão feitas na implementação que não foram previstas. Setubal (2010) reconhece nesses programas o apoio no combate ao fracasso escolar, mas não o bastante para promoção de mudanças substanciais na escola, por constituírem políticas emergenciais para o combate à distorção idade-ano. Assim, para entender a implementação dos programas de correção de fluxo, recorreremos à abordagem do “ciclo de políticas” de Ball e Bowe discutido por Mainardes (2006) e buscaremos compreender os processos neles envolvidos, por meio de questionários com mediadores dos programas e professores; e realização de entrevistas com gestores escolares e coordenador de projetos especiais. Por fim, após análise e discussão dos dados, em construção futura, será elaborado o Plano de Ação Educacional (PAE) com proposições de melhoria ao problema de pesquisa.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Correção de fluxo; Teresina (PI).

O(S) PERFIL(IS) DOS ALUNOS INGRESSOS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO EM AGROPECUÁRIA, INFORMÁTICA E MEIO AMBIENTE DO INFMG – CAMPUS ARINOS.

Marcele Maria Ferreira Lopes
Djanine Raquel Cantuária Santos Fonseca

O projeto de pesquisa é desenvolvido no Campus Arinos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e visa a traçar um perfil dos alunos ingressos no primeiro ano do Ensino Médio integrado aos Cursos Técnicos em Agropecuária, Informática e Meio Ambiente do Campus Arinos, com vistas a identificar aspectos referentes às características do corpo discente, às dificuldades encontradas pelos professores, bem como as estratégias traçadas por eles diante dessas. A justificativa para a pesquisa centra-se na necessidade de se conhecer as dificuldades apresentadas pelos alunos no decorrer do primeiro ano de cada um dos cursos integrados, com base nos dados a respeito de retenção e evasão escolar apresentados no campus; e, ainda, verificar quais são as semelhanças e diferenças entre os alunos provenientes das escolas públicas do município de Arinos/MG e os provenientes de outros municípios. A metodologia aplicada será de base qualitativa: até o momento, já foi realizado um grupo focal (GF) do qual participaram as pesquisadoras, dez professores de disciplinas propedêuticas das turmas de primeiro ano e uma representante do núcleo pedagógico do Campus; em seguida, será realizada entrevista semiestruturada com o corpo discente da mesma série. A partir da análise da transcrição do GF, pôde-se identificar na fala dos docentes participantes informações como: os alunos do primeiro ano são provenientes de cidades distintas da região conhecida como Vale do Uruçuia, chegando a percorrer diariamente mais de 100 km para chegar ao campus; os alunos provenientes do município de Arinos apresentam desempenhos menores que os alunos provenientes das demais cidades; dentro do campus, entre os próprios estudantes, há a disseminação da ideia de que alunos que cursam Informática apresentam melhores desempenhos e que os que cursam Agropecuária, os piores. Essas e outras informações coletadas no GF e nos demais instrumentos de pesquisa serão analisadas de forma a se caracterizar o perfil desse segmento de estudantes e de que maneira esse perfil impacta e/ou contribui na/para a retenção e na/para a evasão discente. Posteriormente, pretende-se abrir espaço à investigação sobre as políticas públicas voltadas à qualidade da educação no município de Arinos/MG e região, estreitando o diálogo com as secretarias municipal e estadual de educação.

Palavras-chave: Desempenho escolar; Evasão; Retenção.

CAMINHOS PERCORRIDOS PELA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE/PE, NO COMBATE AO ANALFABETISMO FUNCIONAL DE 2013 A 2016.

Taciana Durão Leite
Fernando Gaudereto Lamas
Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos

O presente artigo nasceu a partir de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação. O problema da pesquisa foi descobrir quais são as ações que a Rede Municipal de Ensino do Recife – RMER desenvolveu com o intuito de combater o Analfabetismo Funcional nas turmas dos Anos Iniciais e Finais de EJA, de 2013 a 2016 de modo a contribuir para atingir a meta 9 do PNE. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando a análise documental e de campo através de entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados a docentes que atuam na modalidade. Constatou-se que não havia programas, projetos e ações cujo foco fosse o Analfabetismo Funcional, portanto, a RMER precisa assumir a modalidade como protagonista de si mesma. Através das entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos formadores e dos questionários aplicados aos professores descobriu-se uma superficialidade no entendimento das prioridades e no modo de proceder em relação às especificidades que se fazem necessárias à modalidade tanto como gestão, como também no âmbito acadêmico e conceitual. Para tanto, foram apresentados dois planos de ações, o primeiro sugere uma nova estrutura de organograma para a modalidade e o segundo uma nova organização para a concepção de formação para toda a equipe técnica que atua na modalidade, incluindo os formadores que sem dúvidas refletirá numa nova concepção para formação dos professores da EJA. Considera-se, que esta pesquisa, indica caminhos para que a modalidade avance significativamente não só no combate ao Analfabetismo Funcional, mas, principalmente para que os estudantes possam conquistar, através de um trabalho sério e responsável, seu espaço de direito na sociedade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Analfabetismo Funcional, Políticas Públicas.

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A LEI “DO PISO” (Nº 11.738/2008)

Laura do Nascimento Fortes
Flávia Hévila Martins
Elita Betania de Andrade Martins

Percepções de professores sobre a Lei “do Piso” (nº 11.738/2008) Flávia Hevila Martins Laura do Nascimento Fortes Elita Betania de Andrade Martins Este texto é parte das reflexões feitas a partir de uma pesquisa em desenvolvimento pelo Grupo de pesquisas GESE/UFJF, a qual tem como objetivo identificar transformações nas práticas docentes e gestoras na rede pública (MG), reconhecidas por estes profissionais, como decorrentes das atuais políticas educacionais. O estudo que se baseia no ciclo de políticas de Stephen Ball, envolve 4 escolas públicas de Juiz de Fora (estaduais e municipais) e utiliza instrumentos como a análise de documentos, aplicação de questionário e entrevistas. Na fase atual, trabalhamos com a análise dos questionários respondidos por professores e gestores das escolas selecionadas. No referido questionário, os respondentes se posicionaram sobre temas das políticas educacionais, dentre as quais, destacamos neste texto, as mudanças na organização da escola a partir da implementação da Lei 11.738/2008. A LDB (Lei nº 9.394/1996) reforça a questão da valorização profissional apresentada na Constituição Federal, ao estabelecer o piso salarial nacional como um dos elementos de valorização docente. Com a aprovação da Lei 11.738/2008, o piso é assegurado, assim como a organização da carga horária docente, com a destinação de 1/3 para atividades extraclasse, o que exigiu que os sistemas de ensino reorganizassem o tempo de trabalho do professor, implicando na contratação de novos professores ou no pagamento de horas destinadas a tais atividades, porém as respostas ao questionário indicaram que para 66,2% dos docentes, a referida legislação não trouxe mudanças na organização de seu trabalho; 23% afirmaram que aconteceram mudanças e 10% não quiseram responder. Tais porcentagens aliadas às justificativas apresentadas pelos respondentes, parecem indicar uma dificuldade em estabelecer relações entre a legislação conhecida como “Lei do Piso” e a organização do trabalho docente. REFERÊNCIAS BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Professores; Lei Do Piso.

Alessandra Maia Lima Alves
Elita Betania de Andrade Martins
Denise Rangel Miranda

Este texto apresenta algumas reflexões a partir dos dados obtidos em um questionário aplicado em quatro escolas públicas do município de Juiz de Fora. Tal instrumento faz parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo grupo GESE/UFJF. O referido questionário foi respondido por 80 professores de escolas públicas de Juiz de Fora e tratava sobre temas de políticas públicas educacionais. As respostas ao instrumento de pesquisa tabuladas com ajuda do programa Google Forms, indicaram que os professores consideram-se razoavelmente informados sobre as atuais políticas educacionais. Além disso, apontaram a avaliação externa como a política educacional mais discutida na escola, correspondendo a 70% das escolhas. Vale destacar que as avaliações externas às quais as escolas têm sido submetidas, no caso brasileiro, iniciaram-se no final dos anos de 1980, quando era forte a resistência docente a tais avaliações, porém esta parece ter diminuído com o tempo, inclusive podendo passar a influenciar a organização do trabalho escolar. As respostas ao questionário indicaram que 37,5% as avaliações externas influenciam no seu planejamento pedagógico e outros 32,5% influenciam parcialmente. Além disso, 67,5% dos respondentes afirmaram que a escola tem desenvolvido ações voltadas para a melhoria da IDEB. Coelho (2009, p. 68) afirma que “os procedimentos de avaliação constituem hoje um dos mais importantes meios de controle da educação”, assim, as respostas podem nos indicar um possível aumento no controle exercido pelo Estado via avaliação sistêmica, o que poderá ser melhor compreendido com a realização das entrevistas, próxima etapa da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Públicas, Escola Pública, Avaliação Externa Referência: COELHO, Maria Inês de Matos. Estado-avaliador, regulação e administração gerencial: implicações para o que é ser professor (a) na educação básica no Brasil in: BRITO, Vera Lucia Ferreira Alves. (Org.) Professores: identidade, profissionalização e formação. Belo Horizonte, MG: Editora Argvmentvm, 2009, p.79-100.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Escola Pública, Avaliação Externa

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO BÁSICA E INDICADORES DE QUALIDADE: UM ESTUDO COM MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

João Paulo Rodrigues de Lima
Renan Lucas Vieira dos Santos
Wellington de Oliveira Massardi

Ao longo da última década, o Brasil evoluiu na gestão de políticas públicas que fossem direcionadas à educação, compreendendo desde a manutenção das instituições – no tangente a recursos financeiros – à criação de instrumentos para acompanhar o desenvolvimento real das mesmas. Dessas políticas, é destacável o Decreto 6.094/2007, que trata do “Termo de Adesão ao Compromisso Todos Pela Educação” (BRASIL, 2007), que dispõe o IDEB como “indicador objetivo para verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao compromisso” (BRASIL, 2007a). Visando um fundo que pudesse gerir a educação básica, o governo federal instituiu, através da Lei 11.494/2007, a criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, cujos recursos destinam-se a manter e desenvolver a educação pública, bem como valorizar os profissionais da educação. Partindo desses pressupostos, objetivou-se verificar, no estado de Minas Gerais, como o investimento em educação interfere no comportamento do IDEB através de uma análise de regressão linear; efetuou-se um recorte nos municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes no ano de 2015, e recolheram-se os dados referentes à população, ao IDEB e ao investimento, ambos disponibilizados em sítios governamentais. Durante a análise dos dados, percebeu-se que à medida em que os municípios elevam os investimentos per capita, há uma tendência de redução no IDEB em 0,0013 pontos. Aferida a média em 6, dos municípios analisados, cidades com o maior investimento per capita não ultrapassam o índice, enquanto cidades com o menor investimento per capita, superam a média entre esses municípios, atingindo nota 7. Ao final deste estudo, considerando o investimento como variável utilizável para a explicação dos índices do IDEB, conclui-se que o investimento educacional tem relação inversa no IDEB dos municípios estudados, premissa confirmada ao analisar-se através da regressão linear, indo em contradição à premissa de que quanto maior o investimento, maiores índices; tal fato pode ser explicado ponderando a gestão empregada nos recursos. Palavras-chave: IDEB, Investimento, Políticas Públicas, Educação. Referências Bibliográficas BRASIL. Decreto 6.094, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação.

Palavras-chave: IDEB; Investimento Educacional; Políticas Públicas; Educação.

A expansão da oferta de educação no profissional federal, no Brasil, nos últimos quinze anos, levou as instituições federais de educação profissional onde não se esperava, passou a ser uma oportunidade para quem – profissionais e estudantes – ali não enxergava uma possibilidade, provocou institucionalidades novas. Contudo, não existiu só um polo nesse movimento expansivo. Com o aumento, passou a existir também falta – cresceram os campi, mas sem professores, sem técnicos para os laboratórios; cresceu o acesso, mas seguido de uma enorme evasão; multiplicaram-se turmas e cursos sem antes fazer o mesmo com o número de salas de aula. Nosso trabalho trará elementos da formulação política dessa expansão, que esclarecem tamanhos descompassos e inúmeras contradições. Também explorará evidências objetivas das ambivalências da expansão. Com esse fito, apresentamos, numa primeira abordagem, a pavimentação normativa, iniciadas no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, até a Lei que criará a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei Ordinária Federal N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008), e uma nova institucionalidade, que são os Institutos Federais. Concentrando uma maior atenção no tramite, no Congresso Nacional, que redundará naquela lei, mostraremos – através da consulta aos Diários Oficiais da Câmara e do Senado Federal, dos áudios de reuniões das Comissões das casas Legislativas e de Notas Taquigráficas de Audiência Pública – como esse momento é decisivo, pela falta de planejamento e fundamentação concreta no encaminhamento do projeto. Em seguida, exploraremos a materialidade decorrente desse primeiro processo, que estará – em parte, mas de maneira consistente – no Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União. É esse relatório que primeiro apresenta a contradição da expansão com déficit – e até o momento é o que com mais substância esclarece o caminhar da Rede Federal e dos Institutos Federais. Desse modo, explicitamos como a gestão da educação profissional, em âmbito federal, tanto em suas dimensões institucionais, quanto política, é legatária de um desleixo – na acepção clássica apresentada por Sérgio Buarque de Holanda, em seu Raízes do Brasil – que perpassa todas estas suas dimensões, que precisa ser seriamente considerada para uma melhor condução da expansão, para que redunde em uma maior democratização.

Palavras-chave: Educação Profissional; Expansão; Rede Federal; Institutos Federais; Desleixo

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA

Laís Regina Serrath da Silva

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Análise da Implementação do Projeto de Educação Profissional Concomitante ao Ensino Médio em Rondônia Autora: Laís Regina Serrath da Silva Resumo: A educação é um direito fundamental, universal e inalienável. É vista como dever do Estado implementar políticas públicas capazes de garantir sua qualidade social, bem como o acesso e permanência de todos. Sendo necessário construir espaços de participação direta, indireta e representativa, nos quais a sociedade civil possa atuar efetivamente na definição, gestão, execução e avaliação de políticas públicas educacionais para a educação pública. Deste modo a pesquisa - em andamento – busca analisar a implementação do Projeto de Educação Profissional Concomitante ao Ensino Médio, integrante das ações da Política de Desenvolvimento da Educação Profissional em Rondônia (RO). Tal projeto educacional foi formulado para atender 1.100 alunos matriculados no 2º ano do Ensino Médio de 08 (oito) escolas, pertencentes a 04 (quatro) dos 52 (cinquenta e dois) municípios do estado. O projeto planejava ofertar 37 (trinta e sete) cursos mediante contratação de empresa especializada em cursos técnicos no estado, com início para o segundo semestre de 2016 e término em 2018. Objetiva-se com esta pesquisa descrever a Política de Desenvolvimento da Educação Profissional em RO e analisar como ela foi estruturada, para então propor ações que otimizem as implementações, tornando-as cada vez mais eficazes e vantajosas, tanto para a comunidade estudantil quanto para a Administração, em termos de investimentos públicos. Assumimos como hipótese que podem ter sucedido falhas na estruturação da política educacional, uma vez que essa política educacional pode ter assumido um caráter “impositivo”, segundo Condé (2012). A pesquisa de natureza qualitativa, utilizou-se de coleta de dados através de pesquisas documentais e pré-entrevistas semiestruturadas com servidores que contribuíram para a implementação das políticas de desenvolvimento da educação profissional no estado, com fins de levantar evidências, certa feita a falta de registros em arquivos disponibilizados pela SEDUC. Os fundamentos teóricos que estão embasando as análises são compostos pelas reflexões de Mainardes (2006), Condé (2012), Miranda (2012), Silva (201), Lima e D’Ascenzi (2013), e Souza (2017).

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Profissional; Implementação

O objetivo desse texto é apresentar um mapeamento do conhecimento já produzido sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que foi instituído pelo governo federal através da Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e pretende ampliar a oferta de vagas na primeira etapa da Educação Básica a partir do repasse de recursos federais para construção de unidades de Educação Infantil e aquisição de equipamentos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, considerando, para efeito de levantamento, as publicações realizadas a partir de 2007, ano em que o Programa Proinfância foi instituído no Brasil. Para consulta, foi realizado um levantamento das teses e dissertações disponíveis no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), artigos publicados no banco de dados do Scientific Electronic Library (SCIELO), portal de periódico Capes, trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), no evento bienal Grupo de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI), na Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e no site do Ministério da Educação. A pesquisa bibliográfica possibilitou visualizar a narrativa da produção acadêmica no período de uma década (2007/2017) contribuindo para a construção de uma análise da trajetória do Programa Proinfância desde sua gênese. A pesquisa realizada evidencia que, apesar da estratégia eficaz do governo federal, alicerçada no regime de colaboração entre União e entes federados para a efetivação do direito à Educação Infantil, surgem demandas que vão muito além da cooperação financeira entre os entes federados. Entre alguns entraves observados destaca-se a fragmentação das políticas educacionais, a desarticulação entre o político e o pedagógico, aspectos relacionados à formação e valorização dos professores, gestão e fragilidade nas práticas pedagógicas. Para além da ampliação e garantia do acesso, é necessário a consolidação de concepções e práticas de qualidade na Educação Infantil, políticas articuladas para o financiamento e gestão dos programas, formação inicial, continuada e valorização dos professores. Esse é um caminho imprescindível para se avançar no campo em que esta narrativa das produções acadêmicas possibilitou conhecer.

Palavras-chave: Programa Proinfância; Educação Infantil

PIBID: CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL DE LICENCIANDAS DE PEDAGOGIA DA FAFIA

Fernanda Senhorelo da Silva
Klaynne Ferreira Costa
Adriana Moreira dos Santos Ferreira
Rosane Maria Souza dos Santos

O presente trabalho busca refletir sobre os benefícios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), iniciativa da CAPES, visando o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, para a formação de licenciandas de pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (ES). Ao permitir-lhes um contato mais efetivo com a escola e com a rotina da prática docente, o PIBID proporciona experiências significativas em sua formação docente inicial. Tendo em vista alcançar os objetivos propostos para o Programa, os bolsistas são inseridos no cotidiano de escolas públicas, o que lhes viabiliza a criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, são produzidos materiais didáticos, como jogos, livros, vídeos entre outros. Incentiva-se, também a participação dos bolsistas em congressos, com a apresentação de resumos e publicações de textos completos. Tais atividades contribuem para a capacitação do bolsista, reafirmando a importância da pesquisa como processo fundamental em sua formação. Assim, para que o professor ensine seus alunos ele deve rever sua maneira de construir experiências e de aprender, seu trabalho envolve reflexão contínua. O professor reflexivo, portanto, conquista métodos e ferramentas conceituais baseados em diversos saberes e, se for possível, conquista-os mediante interação com outros profissionais. Tal reflexão constrói novos conhecimentos, os quais são reinvestidos na ação. Um profissional reflexivo, portanto, não se limita ao que aprendeu em sua formação inicial ou em seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente seus objetivos, sua práxis profissional e seus saberes, ingressando em um ciclo permanente de aperfeiçoamento. (PERRENOUD, 1999). Possibilitando uma prática docente mais eficaz e comprometida com a formação de sujeitos críticos, criativos e participativos. Percebe-se que a participação dos alunos da licenciatura no projeto tem se mostrado uma oportunidade enriquecedora para a construção de uma identidade docente reflexiva e inovadora. Referências: PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Palavras-chave: PIBID; Formação docente; Professor reflexivo.

O presente trabalho busca refletir sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e seus alcances na formação inicial de bolsistas, alunos dos cursos de licenciatura em psicologia e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA). O PIBID é uma iniciativa da CAPES, visando o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. Os bolsistas são inseridos nas escolas públicas, tendo em vista a criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. Buscando compreender quais os impactos da experiência de inserção no espaço escolar, durante a participação como bolsistas no PIBID, foram aplicados, em abril de 2017, questionários on line, compartilhados por e-mail com os egressos do PIBID que colaram grau entre os anos de 2014 e 2016. Em unanimidade, os participantes afirmaram que participar do PIBID contribuiu muito para a sua formação, afirmando se sentirem mais preparados. Benefícios também são relatados quanto ao desenvolvimento da habilidade de falar em público, e de uma postura reflexiva diante dos desafios da carreira docente. A experiência adquirida pelos bolsistas do PIBID contribui para amenizar o choque com a realidade do professor no início de sua carreira. Contudo, a formação inicial não dá conta, sozinha, de formar um profissional preparado para exercer a complexa função docente, entretanto, ela tem um papel fundamental na inserção do profissional no campo de trabalho. A formação docente pode ser entendida a partir de três aspectos: como função social de transmissão de saberes, de saber-fazer ou de saber-ser; como processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa e como instituição (BANDEIRA, 2006), ultrapassando a dimensão meramente técnica. O PIBID busca atender aos aspectos mencionados, de modo a desenvolver nos bolsistas uma concepção crítica de educação pautada na consideração de que o ato educativo não ocorre de forma isolada. Referências: BANDEIRA, H. M. Formação de Professores e Prática Reflexiva. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_13_2006.PD Acesso em: 10.fev.2015.

Palavras-chave: Formação docente; PIBID; Prática Docente

A FORMAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR: EIXO SUBSTANCIAL PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Eduardo Santos Araújo
Daniel Eveling da Silva
Victor Cláudio Paradela Ferreira

É recorrente nas agendas de políticas públicas, por vieses político-partidários ou midiáticos, a indicação da necessidade de melhorias educacionais nas escolas públicas brasileiras. Já em 2009, um relatório sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2008 assinalava a carência de enfoque nos eixos do financiamento e da gestão (BRASIL, 2009) - reiterado no PNE vigente, no qual uma das estratégias indica a necessidade da formação de diretores. A pesquisa cujos resultados são apresentados neste trabalho visa discutir essa formação, considerando sua relevância e, ainda, o número relativamente baixo de pesquisas acadêmicas que tratam especificamente da temática (FERNANDES, 2015). Para isso, foram selecionados como sujeitos de pesquisa os diretores de escolas estaduais mineiras da Regional de Ensino Metropolitana B. Como objetivo geral, foi definido: analisar quais as dificuldades da gestão e o gap existente entre as múltiplas tarefas do diretor e a formação existente para o mesmo. A pesquisa foi conduzida com base em uma metodologia qualitativa. A discussão teórica foi fundamentada em autores como Paro (2010) e Teixeira e Malini (2012), escolhidos por problematizarem a formação de diretores. A partir dos dados colhidos, foi constatada a inexistência de esforços sistemáticos para uma formação inicial em gestão, além do aparecimento recorrente de certo “sentimento de abandono” dos sujeitos pesquisados por parte da gestão da rede. Com tais constatações, o trabalho apresentado pretende discutir os resultados, apontando para suas reverberações para a educação oferecida aos alunos das escolas públicas. Referências: BRASIL. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 – 2008. Volume 3. Magistério da Educação Básica Financiamento e Gestão Educacional. Brasília: Inep, 2009. FERNANDES, Cássia do Carmo Pires. O programa escola de gestores da educação básica e seus efeitos para a formação de gestores escolares em Minas Gerais. Tese (Doutorado em educação). Juiz de Fora: UFJF, 2015. PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. TEIXEIRA, Beatriz de Basto; MALINI, Eduardo. Formação de diretores: Exigência à melhoria da gestão escolar. Artigo. III Congresso Ibero Americano de Política e Adm. da Educação. Zaragoza – Espanha, 2012.

Palavras-chave: Gestão escolar; Formação de diretores; Dificuldades gestoras.

O presente trabalho apresenta o programa Erasmus e discute questões políticas que o norteiam. A ênfase da pesquisa recai sobre três aspectos principais: o fortalecimento da identidade europeia entre os alumni, a questão empregatícia implicada no programa e o papel do Reino Unido no Erasmus. Conduzimos uma pesquisa documental, e os resultados obtidos da análise dos dados indicaram que existe um fortalecimento da identidade europeia entre os participantes do programa. No entanto, alguns trabalhos apontaram o contrário. Outros artigos sugerem que o país de origem e a formação educacional do participante determinam tal apoio, ou que bolsistas do Erasmus já tendem a ter uma atitude europeia por já terem realizado contatos fronteiriços. Outro ponto a ser levantado é a questão da empregabilidade promovida pelo Erasmus com ênfase nos países do sul da Europa, onde o desemprego entre os jovens é alto. A questão da fuga de cérebros receberá destaque por não beneficiar diretamente os países mais pobres da União Europeia, podendo causar conflitos locais. A importância dos resultados pode sugerir mudanças para a versão atual do programa (Erasmus+) e orientar esquemas similares em outros países, em especial o Ciência sem Fronteiras, no caso do Brasil.

Palavras-chave: Programa Erasmus, Identidade Europeia, Fuga De Cérebros, Ciência Sem Fronteiras.

Professores Formadores estão no Jogo Resumo O artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em nível de Mestrado em Educação que consistiu em pesquisar o campo da Formação Continuada, com foco nos sujeitos que fazem parte dos bastidores. Tem como objetivo investigar o processo de desenvolvimento profissional dos Professores Formadores de Professores da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, no ano de 2016. Vislumbrando caracterizar quem é este, e, como o Formador que compõe os grupos que atuam na Formação Continuada, desenvolve sua função. O referencial teórico pauta-se em estudos sobre o processo constitutivo desse profissional ao longo de sua atuação, bem como na reflexão sobre seus saberes e suas práticas como elementos fortalecedores da profissionalização. Para tanto, utilizamos Bourdoncle, Sacristán, Paquay, para discutir a profissão e a profissionalidade docente; Jobert, Perrenoud e Altet para discutir a profissionalização. Empregamos a abordagem qualitativa numa perspectiva de Estudo de Caso, tendo como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, a análise documental, o questionário e a entrevista narrativa. A pesquisa aponta que os Professores Formadores, se reconhecem como profissionais que constroem e desenvolvem conhecimentos pedagógicos, tendo papel determinante no processo formativo dele mesmo e dos professores. No entanto, não nos parece possível afirmar que “Eles” tenham desenvolvido uma identidade profissional como Formadores de Professores. Alguns deles se reconhecem como professores que exercem funções ligadas à formação docente. Eles não se reconhecem como Formadores e nem reivindicam coletivamente melhores condições para sua atuação profissional. Parecem distantes do movimento que Altet, Paquay e Perrenoud (2003) denominaram como sendo de profissionalização dos Formadores de Professores. Não há de fato uma efetiva valorização desse trabalho. Os Professores Formadores estão no Jogo, mas, não sabem mover as peças o Tabuleiro a seu favor. Palavras-Chave: Professores Formadores, Profissionalização, Formação Continuada. Referências: ALTET, Marguerite; PERRENOUD, Phillipe; PAQUAY, Léopold e colaboradores. A profissionalização dos formadores de professores. São Paulo: Artmed Editora S.A, 2003.

Palavras-chave: Professores Formadores, Profissionalização, Formação Continuada.

O programa Idiomas sem Fronteiras é um facilitador para a obtenção de proficiência em línguas estrangeiras com foco em contextos acadêmicos. Esse programa oferece cursos em inglês, francês, italiano, japonês, alemão, espanhol, mandarim e português para estrangeiros. A ênfase do trabalho se situa no IsF-inglês devido à sua relevância quantitativa para programas de mobilidade acadêmica. Por meio de uma pesquisa documental foi possível identificar duas áreas de impacto no programa: a formação docente dos professores-bolsistas e a consolidação do projeto como um elemento-chave no processo de internacionalização das universidades no Brasil. O déficit linguístico em língua inglesa e as dificuldades no que concerne à adequação por parte expressiva dos candidatos do Ciência sem Fronteiras são a gênese do Idiomas sem Fronteiras. O programa apresenta características com perfil único que envolve atividades cujo foco é a escrita de gêneros acadêmicos, a recepção de alunos estrangeiros, bem como a rotina profícua e ampla de atividades de reflexão e formação dos professores-bolsistas. Apesar das disparidades regionais, a herança do IsF faz-se holisticamente relevante, pois auxiliar demais programas de mobilidade acadêmica, potencializando a maturação científica por parte das universidades brasileiras em um contexto de internacionalização da educação mundial.

Palavras-chave: Idiomas Sem Fronteiras, Internacionalização da Educação, Políticas Públicas.

REFERENCIAIS FREIREANOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (2009- 2016)

Nívia Dantas Ribeiro Zanardo

REFERENCIAIS FREIREANOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (2009-2016) Em face aos desafios contemporâneos da Educação de Jovens e Adultos, marcados por uma visão hegemônica de educação, cujo currículo desconsidera o perfil e o contexto social do educando jovem e adulto, a presente pesquisa propôs-se a investigar possibilidades e desafios na construção de um currículo crítico, apoiado em referenciais freireanos, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos(EJA), na rede municipal de São Bernardo do Campo. O referencial teórico utilizado para compreender e analisar os dados produzidos apoiou-se, principalmente, em categorias freireanas e em autores que pesquisam a modalidade de EJA. O estudo de campo teve abordagem qualitativa e foi desenvolvido por meio de um estudo de caso em uma unidade escolar que atende especificamente a EJA. Os procedimentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas com professores, educandos e equipe gestora. Os elementos identificados, a partir das respostas dos diferentes sujeitos e à luz das categorias freireanas, foram analisados e confrontados com os documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo. O currículo crítico-libertador foi destacado como um caminho para atender o contexto da sala de aula de EJA, pois tem como ponto de partida a realidade do educando, considerando os seus conhecimentos, possibilitando o diálogo, trazendo conhecimentos que sejam significativos e, conseqüentemente, promovendo a transformação social, no caminho para uma vida digna e justa para todos. Propôs-se, assim, indicar caminhos que contribuam para o trabalho e formação de educadores que atuam nessa modalidade de educação. Referências Freire, Paulo . Pedagogia do oprimido. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2011b. GIOVEDI, Valter Martins. Violência Curricular e a práxis libertadora na escola pública. Curitiba: Appris, 2016. HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000 SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria da Educação de São Bernardo do Campo. Diretrizes Curriculares de Educação de Jovens e Adultos de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, 2012a.

Palavras-chave: Currículo; EJA; Paulo Freire

● TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO



A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA PARA A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

Álvaro Dyogo Pereira

Este artigo tem como objetivo principal apontar caminhos para a solução de um problema notado em suas perspectivas micro e macroestrutural, vivenciado pelas redes de ensino que possuem sistemas específicos (estaduais ou municipais) de avaliação educacional em larga escala. Na perspectiva microestrutural, procuramos investigar as limitações da modalidade online na formação continuada com a temática da apropriação dos resultados das avaliações. A educação a distância (EAD) aparece como uma boa oportunidade para ampliar o alcance desse tipo de capacitação, com potencial para minimizar outro problema, que aqui chamamos macroestrutural: as dificuldades de apropriação efetiva dos resultados das avaliações externas pelas equipes pedagógicas, que reverberem em ações capazes de transformar as realidades educacionais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. As discussões aqui estabelecidas se deram no contexto da avaliação educacional a partir da consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme os apontamentos de Sousa e Oliveira, entre outros autores. Bruno e Alves, entre outros autores, embasaram as discussões acerca da EAD, suas possibilidades e limites. A partir das reflexões levantadas e do embasamento teórico, foram traçados alguns caminhos possíveis para intervenção no problema observado. As propostas apresentadas visam a estimular o desenvolvimento de uma reflexão mais madura entre os educadores, para que possam articular as políticas nas quais se inserem com as avaliações externas, sendo eles mesmos detentores da capacidade de modificar o quadro educacional no qual se encontram. O fortalecimento dos espaços virtuais de relação e interação pode ampliar, cada vez mais, o acesso às discussões de qualidade que possam transformar a educação pública brasileira.

Referências BRUNO, A. R. et al. Capacitação de professores: Programa integrado de capacitação. Universidade Aberta do Brasil / Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011. _____. A aprendizagem do educador: estratégias para a construção de uma didática on-line. Programa de Pós- Graduação em Educação: Currículo. 2007. 252 p. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de educação: Uso dos resultados, ações e tendências. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.793-822, set./dez. 2010.

Palavras-chave: Educação a distância; Apropriação de resultados; Avaliação Educacional; Avaliação em larga escala.

O cenário social hodierno, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento tecnológico da informática, propicia meios mais céleres e eficientes à área educacional. Nesse contexto se dá a minha experiência na prestação de serviços em cursos on line de formação e orientação em eventos de educação. Atuei como colaboradora externa nos eventos do ENEM, ANA e em curso para a formação de certificadores do ENEM, nos anos de 2016 e 2017. A minha atribuição em todos os supramencionados cursos era de tutora virtual, ou seja, de prestação de assessoramento e auxílio aos cursistas do determinado evento, como forma de controlar a qualidade e a eficiência da atuação das pessoas na ocasião das avaliações. Nas três oportunidades, a plataforma virtual foi bastante eficiente ao curso que se propôs. Com recursos visuais modernos, lúdicos e de fácil compreensão, os cursos on line explanaram seu conteúdo de forma acessível e rápida ao cursista, com instruções claras e objetivas. Ademais, o formato dos cursos facultou o envolvimento dos alunos, em razão de não se apresentar monótono ou prolixo a eles. Não obstante a eficiência dos recursos da plataforma, os cursistas, frequentemente, apresentaram dúvidas no que concerne ao evento, bem como algumas dificuldades técnicas no acesso do curso. Nesse viés exsurgia meu papel como tutora virtual, que devia estar a postos para atender a contento a demanda de quem porventura necessitasse. A prestação da tutoria exige, portanto, presteza, objetividade e técnica para ser bem sucedida. Em todos os eventos observei tais exigências. As dúvidas surgidas eram sanadas com rapidez e com uma linguagem clara e simples para a correta compreensão do demandante. Outrossim, era mantida uma relação cordial com os cursistas, de forma a criar um ambiente favorável aos aprendizados. Nas ocasiões nas quais atuei, percebi uma grande eficácia nos cursos e nos formatos em que eram apresentados. Ressalte-se que no evento para formação de aplicadores do ENEM houve uma maior demanda de dúvidas em comparação aos demais, haja vista o grande número de instruções relativas ao processo. Porém, em todos os cursos houve uma absorção visível dos procedimentos por parte dos participantes, demonstrando, destarte, a eficiência do processo de formação e do desempenho dos tutores e colaboradores envolvidos.

Palavras-chave: Cursos on line; tutoria; eventos de educação; eficiência; eficácia.

Esta pesquisa tem como objetivo, investigar o papel das tecnologias digitais (TD) nos cursos de Licenciatura em Matemática a Distância, a partir da visão dos Coordenadores dos cursos. Elegemos como campo de pesquisa, as oito Instituições Federais de Ensino Superior de Minas Gerais, vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferecem este curso. O campo da Educação a Distância (EaD) passou por mudanças significativas nos últimos vinte anos, ao ganhar status de modalidade de ensino e expandir significativamente o número de cursos, tendo como culminância o advento da internet. Nesse contexto, a EaD tornou-se uma das mais expressivas políticas públicas de expansão do ensino superior. Os cursos de formação de professores também estão em processo de expansão, nessa modalidade, e, conseqüentemente são alvo de pesquisas e debates, principalmente no que se refere ao uso das TD como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem, ampliando assim, o campo de investigação. Alguns autores afirmam que há uma demanda de competência técnica e crítica sobre a EaD e quanto ao uso de TD no processo de formação de professores, a qual virá com a capacitação dos profissionais que nela atuam. Considerando essa demanda, acreditamos que capacitar esses profissionais, assim como, melhorar a qualidade do ensino, prescinde conhecer esta realidade. Entendendo a pesquisa e a construção do conhecimento como o resultado de uma ação coletiva, em um movimento constante de ir e vir, composto por verdades inacabadas, relativas a um ponto de observação. O processo de produção e análise dos dados será pautado na perspectiva da Pesquisa Qualitativa. As informações foram levantadas por meio de dois instrumentos: o questionário e a entrevista. Além disso, contamos com a leitura e análise dos Projetos Pedagógicos e Curriculares desses cursos. Nesse momento iniciamos o processo de análise dos dados. Identificamos quais TD são disponibilizadas pelos cursos nos diferentes espaços de formação do licenciando e localizamos quais são as possibilidades e os limites que os cursos vivenciam acerca do uso dessas. Esperamos ao final desse processo discutir sobre o modo e a finalidade dos diferentes usos das TD disponíveis e verificar por meio dos diferentes discursos se está prevista uma formação técnica e crítica dos licenciandos, para o uso destas na educação.

Palavras-chave: Educação a Distância; tecnologias Digitais; Formação de Professores.

O caso de gestão aborda o exercício da docência em uma iniciativa educacional mediada por tecnologia no estado de Rondônia, mais especificamente denominado Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMT), desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (SEDUC), para dar acesso a essa etapa de ensino a alunos das comunidades mais distantes. A presente pesquisa tem como objetivo investigar as práticas docentes resultantes desta iniciativa educacional, assim como as dificuldades enfrentadas pelos Professores Presenciais que atuam no EMMT. A escolha deste tema de pesquisa se deu em função da autora deste trabalho ter atuado como Professora Ministrante no EMMT. O problema de pesquisa definido para este estudo foi: Como é exercida a docência dos Professores Presenciais no Ensino Médio com Mediação Tecnológica em Rondônia? Para buscar compreender essa questão utilizamos a metodologia de natureza qualitativa. Para tanto prevê a coleta de dados através de pesquisas documentais, registros em arquivos disponibilizados pela SEDUC, aplicação de questionário e realização de entrevistas semiestruturadas junto aos Professores Presenciais. Tem-se como resultados preliminares a constatação que mesmo diante da possibilidade de universalização do acesso ao Ensino Médio possibilitada pelo Projeto, existem críticas a ele, provenientes, sobretudo, quanto aos problemas de sua implementação, na sala de aula e fora dela, a falta de infraestrutura para mediação pedagógica, além das dificuldades no exercício das atividades didático-pedagógicas, técnicas e operacionais. Nesse contexto, os Professores Presenciais, que diferentemente do professor convencional, tende, em várias situações, exercer a docência em todos os Componentes Curriculares do Ensino Médio, exigindo desse profissional competências diferenciadas no processo de ensino e aprendizagem que levam desenvolvimento de novas formas de docência. Os pressupostos teóricos estão embasados nas reflexões de Belloni (2012), Kenski (2014), Mainardes (2006) e Tardif (2014). Dessa forma, espera-se contribuir com alternativas e sugestões para a melhoria na atuação do Professor Presencial, além dos aspectos estruturais e de gestão que atendam a contento toda a demanda do EMMT.

Palavras-chave: Ensino Médio com Mediação Tecnológica; Mediação pedagógica; Professor Presencial.

O presente estudo apresenta os dados obtidos em uma pesquisa, realizada com professores dos anos finais do ensino fundamental, de uma escola privada, na cidade de Santos/SP. Foi possível verificar como vem se dando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e assim identificar os fatores que motivam, inibem e/ou dificultam o seu uso pedagógico. Considerando que o aumento da oferta de aparelhos portáteis com acesso à internet, o uso de tablets e smartphones se tornou uma realidade no ambiente escolar e trouxe uma série de inquietações e reflexões acerca da formação docente o que se exigem ações diretas e assertivas. Em busca de respostas a estes questionamentos, o referencial teórico-metodológico TPACK, sigla em inglês para Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo foi utilizado na pesquisa. A premissa básica do conceito de TPACK é a de que a atitude de um professor no que diz respeito às tecnologias é multifacetada e que uma intersecção combinada para a integração das TIC no currículo resulta de conhecimentos em nível científico ou dos conteúdos, em nível pedagógico e também em nível tecnológico. A metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa e o levantamento dos dados se realizou por meio da aplicação de um questionário fechado a doze professores e complementada com entrevistas abertas semiestruturadas com dois destes professores, os quais demonstraram maior familiaridade com as TIC. Os resultados analisados destacam a relevância das TIC no contexto educacional e ratificam que a formação docente em tecnologias é primordial para se alcançar a complexa integração de TPACK. Assim, se evidenciou que o uso pedagógico e efetivo das TIC no âmbito escolar se faz possível por meio de formação continuada, na troca de experiências docentes e, acima de tudo, na afirmação de que não são as tecnologias em si que farão a diferença e sim como elas serão utilizadas pelos professores. Por se tratar de pesquisa realizada em um programa de mestrado profissional, o produto final desenvolvido é a criação de um ambiente virtual de aprendizagem aberto “Redes e Saberes” cujo objetivo é promover a integração entre recursos pedagógicos, conteúdos das disciplinas e tecnologias por meio dos fundamentos representados pelo TPACK. E assim, abrir espaço para que professores, estudantes e demais interessados compartilhem saberes docentes por meio da Internet.

Palavras-chave: TPACK; Formação Docente; TIC.

A PRODUÇÃO DO AUDIOVISUAL NA ESCOLA COMO INCENTIVO À AUTORIA E À AUTONOMIA DISCENTE

Carla Silva Machado
Priscila Fernandes Sant'anna
Elizabeth Caldas

Pretende-se apresentar o relato de experiência de uma oficina de produção de audiovisual desenvolvida para um grupo de alunos do Ensino Fundamental II, de uma escola municipal de tempo integral da cidade de Juiz de Fora, inserida no Projeto Contadores de Histórias, desenvolvido no contraturno das atividades escolares. A atividade ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2016, com a duração total de 6 horas, culminando em um curta-metragem a partir de um argumento criado pelos alunos. O Projeto teve como atividade principal, durante o ano letivo, a exibição de filmes com grandes bilheterias e protagonistas jovens. A produção de um filme foi, portanto, a última etapa das atividades e trabalhou na perspectiva do protagonismo juvenil, incentivando os alunos a tornarem-se não só espectadores, mas autores de audiovisual. Os participantes da oficina foram responsáveis pela escrita do roteiro, e por toda a concepção de direção e equipes necessárias num set de filmagem: direção, trilha sonora original, produção, direção de fotografia, captação de som, figurino, maquiagem, som direto e trabalho com atores e figuração. Com exceção da edição, todo o processo foi feito durante a oficina e por grupos de whatsapp, com a direção presente em todo o processo. A partir deste relato, pretende-se discutir as questões que envolveram a participação da comunidade escolar no processo de produção do audiovisual. Discutem-se, também, questões relacionadas à aprendizagem das técnicas de produção do audiovisual como importantes para a socialização dos alunos, para a ampliação do conhecimento cultural e para a visibilidade quanto ao processo de autoria, além da possibilidade de construção de uma temática que faça sentido, que seja familiar e representativa. Acredita-se que dessa forma a escola torna-se muito mais que um espaço de ensino-aprendizagem dos conteúdos, mas abre-se para atividades que afetam os alunos de diversas maneiras, principalmente, dando a eles ferramentas para uma cidadania mais plena. O curta produzido discute uma importante questão do cotidiano escolar: o bullying e percebe-se, a partir deste curta-metragem, o quanto é possível transpor e discutir a realidade vivenciada por eles através de produções artístico-culturais. O filme “3Forces – três forças” pode ser encontrado no youtube, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=swiZ7TObn2U>.

Palavras-chave: Audiovisual. Produção. Autoria. Protagonismo Juvenil.

Vivemos em um mundo cada vez mais globalizado, devido a enorme disponibilidade de tecnologias de informação acessíveis ao público. Uma dessas ferramentas, indispensável nos dias de hoje e de fácil aquisição, é o aparelho celular. Nesse contexto, a possibilidade de integrar esse instrumento tecnológico a um projeto pedagógico inovador é ímpar, como forma de se aproximar ainda mais da realidade dos adolescentes que estão hoje nas salas de aula, além de proporcionar novas modalidades de trabalho na escola. Porém, não se pode “perder de vista” o respeito às Leis e as regras que devem ser norteadores da inserção das novas mídias no ambiente escolar. Para os pesquisadores da UNESCO, as restrições envolvendo o acesso às TIC é fase ultrapassada, tendo como problema pontual encontrar uma maneira de dar sentido a esse uso. Corrêa (2006) pondera que o uso das inovações tem como meta estabelecer um novo ponto de contato entre educação e tecnologia, onde esta passa a ter papel fundamental na prática educativa: permitir a formação de um currículo de excelência ao aluno. Existem várias formas de se utilizar um celular fora da sala de aula de maneira pedagógica e sem infringir qualquer legislação. Diante desta possibilidade apresentamos aqui uma estratégia que utilizamos em uma turma do Projovem urbano no município de Juiz de Fora. Atividade foi desenvolvida após uma Palestra sobre Doping em Academias, tema escolhido em função das observações realizadas pelos professores em diversas conversas entre os alunos. A equipe do Núcleo Tecnológico Municipal entrou em ação e criou um aplicativo para ser disponibilizado aos alunos após a palestra. A intenção: fornecer informações através do aplicativo fora do contexto escolar, promovendo o uso do celular aliado ao processo de ensino e aprendizagem. O resultado em sala de aula demonstrou que as estratégias diversificadas são de fundamental importância para alcançar o êxito na aprendizagem. O Aplicativo pode ser conferido em: Doping-em-academias: <http://app.vc/doping-em-academias> Palavras-chave: Aplicativo, Celular, Educação. Referências: CORRÊA, Juliane. Novas tecnologias da informação e da comunicação: novas estratégias de ensino/aprendizagem. In: COSCARELLI, C.V. (Org.). Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar. 3a. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Palavras-chave: Aplicativo. Celular. Educação.

O USO DO COMPUTADOR COMO FERRAMENTA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NUMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Márcia Aparecida Batista Ferreira

Este relato de experiência partiu de uma prática da professora que atua no Laboratório de Informática de uma escola municipal de Juiz de Fora. O estudo justifica-se pela concepção de que o computador é uma ferramenta tecnológica mediadora na aprendizagem dentro do contexto escolar. O trabalho inicial da Informática Educativa esteve focado na leitura e escrita dada à orientação da coordenação da escola. Foram utilizados como recurso, vários jogos educativos baixados em flash que funcionam offline. Nosso objetivo foi usar o computador como uma ferramenta de apoio às situações de aprendizagem iniciadas em sala de aula e também oportunizar a aquisição dos conhecimentos de uso de seus aplicativos na realização destas atividades. A grande dificuldade apresentada no trabalho realizado na Informática Educativa foi a utilização de sites para pesquisa e jogos educativos que necessitavam do recurso da internet. A internet da escola tem uma velocidade lenta e muitas das vezes não funciona em determinados computadores, o que dificulta sua utilização. Em todas as disciplinas e turmas, procuramos fazer uma ligação do conteúdo trabalhado em sala com atividades no laboratório de informática, criando, dessa maneira, um sistema versátil em que o aluno pudesse utilizar o computador como ferramenta para seu aprendizado. Nossas ações foram desenvolvidas através de conversas informais com os professores, procurando ressaltar a importância da informática no contexto escolar e no desenvolvimento dos alunos. Inicialmente procuramos organizar os horários enfatizando a qualidade do trabalho. Fizemos um levantamento das turmas e número de alunos e disponibilizamos para todos os professores da escola. Ao final do trabalho, podemos destacar que os alunos demonstraram interesse em participar das aulas no laboratório de informática e foi possível perceber os avanços do processo ensino aprendizagem dos mesmos. Nosso único problema foi a falta de manutenção dos computadores e a conexão lenta internet, o que dificultava a inserção de novos instrumentos para desenvolver o trabalho.

Palavras- chave: Informática. Educação. Aprendizagem.

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO PEDAGÓGICA DE SOFTWARES LIVRES EDUCACIONAIS: REFLEXÃO DAS PRÁTICAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA SRE DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Marco Antonio Pereira
Adriana Rocha Bruno

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir a utilização de softwares livres educacionais como instrumentos de ensino e de aprendizagem nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino (S.R.E.) de Conselheiro Lafaiete. Para isso serão descritas e analisadas as características e funcionalidades de alguns jogos e softwares livres educacionais. Ao término da pesquisa, será proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) para difusão da experiência em outras escolas da rede. Os objetivos definidos para este estudo foram: investigar e analisar as iniciativas e experiências dos professores na utilização de softwares livres educacionais no processo ensino-aprendizagem dos alunos nas escolas estaduais da SRE de Conselheiro Lafaiete, além do papel do gestor escolar incentivando-os nessa tarefa. Trata-se de uma pesquisa cuja metodologia foi qualitativa e que utilizou como instrumentos de coleta de dados: os questionários aplicados para os gestores e professores e as entrevistas semiestruturadas para professores que se destacaram na pesquisa inicial na utilização dos softwares livres educacionais. As evidências iniciais apontam que a equipe do NTE de Conselheiro Lafaiete não consegue atender adequadamente as demandas de suporte técnico, nem de capacitações pedagógicas para os professores que são insuficientes para a efetiva incorporação das TDIC às práticas pedagógicas. Outro ponto negativo é que as conexões à internet das escolas apresentam baixa velocidade e qualidade, o que compromete a sua utilização pedagógica. A pergunta norteadora da referida pesquisa foi a seguinte: Quais são as possibilidades para a utilização pedagógica de softwares livres educacionais como instrumentos de ensino e de aprendizagem, produzidas nas escolas estaduais da S.R.E. de Conselheiro Lafaiete? Os resultados preliminares indicam que os softwares livres educacionais possuem potencial para utilização como instrumentos de ensino e aprendizagem, apresentando diversas características que podem ser aproveitadas nas atividades de ensino. Portanto merecem ser mais divulgados e difundidos entre todos os professores com capacitações continuadas na própria escola.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC); Softwares livres educacionais; Formação continuada.

DESAFIOS NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE DIVINÓPOLIS-MG

Kênio Cristino Borba

A sociedade moderna está imersa num contexto em que a tecnologia e os equipamentos eletrônicos estão cada vez mais presentes. Com o avanço da tecnologia e seu crescimento acelerado; a escola tende à necessidade de acompanhar e participar da atual cultura digital. O que vem agregar uma nova ferramenta no processo de ensino aprendizagem. Ocorre assim a necessidade de busca pela construção do conhecimento que utilize os recursos tecnológicos no espaço escolar de forma consciente, que venha agregar valores à formação intelectual dos discentes. É importante relatar a construção de discussões que alterem o projeto político pedagógico. Há uma constante busca de alternativas para a organização do trabalho pedagógico aliado ao uso das tecnologias e que ressalte a importância e valorização do ser humano, priorize o conviver e o ser, contribuindo para a formação de um cidadão que seja capaz de exercer o seu papel na sociedade com competência e responsabilidade. Pretende-se com esse trabalho analisar e diagnosticar o uso dos recursos tecnológicos na E.E. Dona Antônia Valadares, sediada no Centro do município de Divinópolis-MG, com base nas observações do mestrando Kênio Cristino Borba do Curso de Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) onde o pesquisador foi professor no período de 2010 a 2015 e é gestor desde janeiro de 2016. Pretende-se analisar e diagnosticar o uso dos recursos tecnológicos nessa unidade de ensino, bem como propor um plano de ação afim de sistematizar o uso dos recursos tecnológicos como instrumento didático pedagógica, possibilitando uma aprendizagem mais significativa. A metodologia utilizada será a pesquisa exploratória e como instrumentos um questionário para um coletar as evidências do caso de gestão em tela e posteriormente entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Novas tecnologias; Prática docente; Tecnologia

